

KAREN SILVIA SALLES SILVA

**SENTIDOS DE SOLIDARIEDADE EM PSICODINÂMICA DO
TRABALHO: uma pesquisa conceitual**

ASSIS

2021

KAREN SILVIA SALLES SILVA

**SENTIDOS DE SOLIDARIEDADE EM PSICODINÂMICA DO
TRABALHO: uma pesquisa conceitual**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de doutora em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Dr. Francisco Hashimoto

ASSIS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Laura Akie Saito Inafuko - CRB 8/9116

S586s Silva, Karen Silvia Salles
Sentidos de solidariedade em psicodinâmica do trabalho:
uma pesquisa conceitual / Karen Silvia Salles Silva. Assis,
2021.
164 f.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Prof. Dr. Francisco Hashimoto

1. Solidariedade. 2. Trabalho. I. Título.

CDD 158.7

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: SENTIDOS DE SOLIDARIEDADE EM PSICODINÂMICA DO TRABALHO: uma pesquisa conceitual

AUTORA: KAREN SILVIA SALLES SILVA

ORIENTADOR: FRANCISCO HASHIMOTO

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em PSICOLOGIA, área: Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. FRANCISCO HASHIMOTO (Participação Virtual)
Departamento de Psicologia Social / UNESP/Assis

Profa. Dra. MARIA THEREZINHA LODDI LIBONI (Participação Virtual)
Departamento de Psicologia / UEM/Maringá

Prof. Dr. GUILHERME ELIAS DA SILVA (Participação Virtual)
Departamento de Psicologia / UEM/Maringá

Prof. Dr. MATHEUS VIANA BRAZ (Participação Virtual)
UEMG/Divinópolis

Profa. Dra. ANA MARIA RODRIGUES DE CARVALHO (Participação Virtual)
Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho / UNESP/Assis

Assis, 05 de março de 2021

O que é, o que é?
Luiz Gonzaga do N. Júnior - Gonzaguinha
(in memoriam)

E a vida?
E a vida o que é, diga lá, meu irmão?
Ela é a batida de um coração?
Ela é uma doce ilusão?
Mas e a vida?
Ela é maravilha ou é sofrimento?
Ela é alegria ou lamento?
O que é, o que é, meu irmão?
Há quem fale que a vida da gente
É uma nada no mundo
É uma gota, é um tempo
Que nem dá um segundo
Há quem fale que é um divino mistério profundo
É o sopro do criador numa atitude repleta de amor
Você diz que é luta e prazer
Ela diz que a vida é viver
Ela diz que melhor é morrer
Pois amada não é e o verbo é sofrer
Eu só sei que confio na moça
E na moça eu boto a força da fé
Somos nós que fazemos a vida
Como der ou puder ou quiser
Sempre desejada, por mais que esteja errada
Ninguém quer a morte, só saúde e sorte
E a pergunta roda e a cabeça agita
Fico com a pureza da resposta das crianças
É a vida, é bonita e é bonita
Viver e não ter a vergonha de ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser um eterno aprendiz
Eu sei que a vida devia ser bem melhor e será
Mas isto não impede que eu repita
É bonita, é bonita e é bonita

Aos grandes amores da minha vida:
minha mãe, Elizabeth
meu pai, Manoel (*in memoriam*)
meu filho, Vinícius (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta tese. De maneira especial:

À minha irmã Kelen, ao meu irmão Alessandro, à minha cunhada Leny; e às/aos sobrinhas/os Bruno, Henrique, Mariah, Luna e Caio que embora longe, estiveram próximos, com amor, incentivo e apoio.

Ao meu grande amigo de todas as horas, José Luiz Álvaro Estramiana, que se faz presente em minha vida de forma tão especial, pelo afeto de sempre.

À Raquel, Paulo e Denise, por terem me acompanhado neste percurso com carinho e otimismo.

Ao professor e orientador Dr. Francisco Hashimoto que me acolheu e compartilhou seus conhecimentos ao longo desta jornada, sempre com dedicação e respeito.

Aos membros da banca, Dra. Therezinha L. Liboni, Dr. Guilherme Elias da Silva, Dra. Ana Maria R. de Carvalho e Dr. Matheus Viana Braz, por suas leituras criteriosas e contribuições enriquecedoras.

Aos colegas da área de psicologia do trabalho e do departamento de psicologia da UEM que, possibilitando o afastamento integral, contribuíram para que eu pudesse me dedicar exclusivamente à realização desta pesquisa.

SILVA, Karen Silvia Salles. **Sentidos de solidariedade em psicodinâmica do trabalho**: uma pesquisa conceitual. 2021. 164 f. Tese (Doutorado em Psicologia). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2021.

RESUMO

Tendo como tema central a solidariedade em estudos desenvolvidos sob o referencial da psicodinâmica do trabalho, esta tese resulta de uma pesquisa conceitual, cujo objetivo foi analisar o(s) sentido(s) inerente(s) ao(s) conceito(s) de solidariedade presente(s) em algumas obras de Christophe Dejours, por meio da leitura e interpretação de seus conteúdos. Para tanto, foram eleitas como fontes de pesquisa quatro obras publicadas no período que é considerado como a quarta fase da trajetória da psicodinâmica do trabalho. As obras eleitas foram: *A banalização da injustiça social*, *Avaliação do trabalho submetida à prova do real*, a coleção *Trabalho vivo* (composta por Tomo I – *Sexualidade e Trabalho* e Tomo II – *Trabalho e Emancipação*) e os três capítulos de autoria de Dejours publicados no livro *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*. Tendo em vista ser polissêmico o conceito de solidariedade, foi realizada uma investigação a partir da historiografia científica que indicou haver dois sentidos hegemônicos na contemporaneidade, construídos ao longo da história: o de coesão/união e o de caridade/benevolência. Considerando inicialmente como termo de busca a palavra “solidariedade”, foram encontrados e considerados também como resultados válidos os termos “solidariedades” e “solidarização”, os quais foram analisados em duas etapas. A primeira, exploratória e descritiva, enfocou características como incidência, autores citados como referência e contextos em que os termos foram abordados. Quanto à incidência, foi possível identificar que embora tenham sido encontrados em todas as obras, os termos foram mais mencionados naquelas em que o autor enfatiza a dimensão social do trabalho, que são: *A banalização da injustiça social* e o Tomo II – *Trabalho e Emancipação* da coleção *Trabalho Vivo*. Quanto aos autores citados como referências, destacaram-se Nicolas Dodier, por ter descrito o conceito de solidariedade técnica; e, Hannah Arendt, por ter discutido o conceito de desolação. Ainda, quanto aos contextos, a solidariedade foi abordada tanto em âmbito macro quanto microssocial. A segunda etapa de análise, interpretativa e compreensiva, foi norteadada pelo objetivo supracitado desta pesquisa pautada pela Análise de Núcleo de Sentidos (ANS), considerando como categorias pré-definidas os sentidos de coesão/união e o de caridade/benevolência pertinentes ao conceito de solidariedade. Para tanto, foram identificados alguns termos usados como sinônimos na literatura geral, que foram considerados como indicadores de sentidos nos textos dejourianos, além da interpretação e compreensão do conteúdo em que os achados de pesquisa estão inseridos. Esta análise mostrou que, apesar do uso dos dois sentidos, há o predomínio do sentido de coesão/união. Ademais, mostrou que o autor ressalta o caráter paradoxal do sentido de coesão/união, da mesma forma como assinalam autores tomados como referência na literatura geral. Ou seja, a solidariedade no trabalho, quando expressa como coesão, pode ser colocada a serviço do bem, fortalecendo os vínculos e contribuindo para atividades deontológicas que, de forma democrática, visam a emancipação dos trabalhadores; mas, pode também ser colocada a

serviço do mal, promovendo a exclusão ou o abandono de alguns, o que pode propiciar sofrimento e adoecimento mental.

Palavras-chave: Solidariedade; Trabalho; Psicodinâmica do Trabalho; Pesquisa conceitual.

SILVA, Karen Silvia Salles. **Meanings of solidarity in psychodynamics of work**: a conceptual research. 2021. 164 f. Thesis (Doctorate's degree in Psychology). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2021.

ABSTRACT

Having solidarity in studies developed under the psychodynamics of work framework as its central theme, this thesis results from a conceptual research, whose aim was to analyze the meaning(s) inherent in the concept(s) of solidarity present in some works by Christophe Dejours, through the reading and interpretation of its contents. To this end four works published by the author in the fourth phase of his publications, also known as Phase 4 in the trajectory of the psychodynamics of work, were selected as research sources. The elected works were as follows: *A banalização da injustiça social*, composed of *Tomo I – Sexualidade e Trabalho* and *Tomo II – Trabalho e Emancipação* [*The banalization of social injustice*, composed of *Tome I - Sexuality and Work* and *Tome II - Work and Emancipation*], *Avaliação do trabalho submetida à prova do real* [*Evaluation of work submitted to the proof of the real*], *Trabalho vivo* [*Living work*] and three chapters written by Dejours published on *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos* [*Psychodynamics of work: clinical cases*]. Since the concept of solidarity is polysemic, an investigation based on the scientific historiography about this concept was carried out and indicated the existence of two meanings present in contemporary times, developed throughout history: charity/benevolence and cohesion/unity. Initially using the word *solidariedade* [*solidarity*] as a search term, the terms *solidariedades* [*solidarities*] and *solidarização* [the act of solidarizing] were found and considered as valid results, which were analyzed in two stages. The first, exploratory and descriptive, focused on characteristics such as incidence, authors cited as reference and contexts in which the terms were addressed. About its incidence, it was possible to identify that although they were found in all works, the terms were more mentioned in those in which the author emphasizes the social dimension of work, which are: *A banalização da injustiça social* [*The banalization of social injustice*] and the *Tomo II – Trabalho e Emancipação* [*Tome II - Work and Emancipation*] of the collection *Trabalho Vivo* [*Living work*]. As for the authors cited as references, Nicolas Dodier stood out for having described the concept of technical solidarity, while Hannah Arendt did so for having discussed the concept of desolation. Still in terms of contexts, solidarity was addressed both at the macro and micro-social levels. The second stage of analysis, interpretive and comprehensive, was guided by the aforementioned aim of this research, which is based on the Nucleus of Meaning analysis, considering as pre-defined categories the meanings of cohesion/unity and that of charity/benevolence pertinent to the concept of solidarity. For that, some terms used as synonyms were identified in the general literature, considered as indicators of meanings in Dejourian texts, in addition to the interpretation and understanding of the content in which the research findings are inserted. This analysis showed that, despite the use of both meanings, there is a predominance of that of cohesion/unity. Furthermore, it showed that the author emphasizes the paradoxical character of the meaning of cohesion/unity in the same way as indicated by authors taken as a reference in the general literature. In other words, solidarity at work, when expressed as cohesion, can be used for

the good of all, strengthening bonds and contributing to deontic activities that, democratically, aim at the emancipation of workers; but it can also be used for evil, promoting the exclusion or abandonment of some, which can lead to suffering and mental illness.

Keywords: Solidarity; Work; Psychodynamics of Word; Conceptual Research.

SILVA, Karen Silvia Salles. **Sens de la solidarité en psychodynamique au travail**: une recherche conceptuelle. 2021. 164 f. Thèse (doctorat en psychologie). - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculté des sciences et des lettres, Assis, 2021.

RÉSUMÉ

Ayant la solidarité dans les études développées dans le cadre de la psychodynamique du travail comme thème central, cette thèse résulte d'une recherche conceptuelle, dont l'objectif était d'analyser le (s) sens inhérent (s) au (x) concept (s) de solidarité présent (s) dans certaines œuvres de Christophe Dejours, à travers la lecture et l'interprétation de son contenu. À cette fin, quatre ouvrages publiés dans la période considérée comme la quatrième phase de la trajectoire psychodynamique de l'œuvre ont été retenus comme sources de recherche. Les œuvres choisies ont été: *La banalisation de l'injustice sociale*, *l'Évaluation du travail à l'épreuve du réel*, la collection *Travail Vivant* (composée par le Tome 1 - *Sexualité et travail* et le Tome 2 - *Travail et émancipation*) et les trois chapitres publiés de Dejours dans le livre *Psychodynamique du travail: cas cliniques*. Le concept de solidarité étant polysémique, une enquête a été menée sur la base de l'historiographie scientifique indiquant qu'il existe deux sens hégémoniques, à l'époque contemporaine, construits à travers l'histoire: celui de cohésion / union et celui de charité / bienveillance. En considérant initialement le mot «solidarité» comme terme de recherche, les termes «solidarités» et «solidarisation» ont été trouvés et ont également été considérés comme des résultats valides analysés en deux étapes. La première, exploratoire et descriptive, portait sur des caractéristiques telles que l'incidence, les auteurs cités comme référence et les contextes dans lesquels les termes étaient abordés. En ce qui concerne l'incidence, il a été possible d'identifier que bien qu'ils aient été trouvés dans toutes les œuvres, les termes étaient plus mentionnés dans celles où l'auteur met l'accent sur la dimension sociale du travail, à savoir: *La banalisation de l'injustice sociale* et dans le Tome 2 - *Travail et Emancipation* - collection *Travail Vivant*. Quant aux auteurs cités comme références, Nicolas Dodier s'est démarqué, pour avoir décrit le concept de solidarité technique; et Hannah Arendt, pour avoir discuté du concept de désolation. Il faut signaler qu'en termes de contextes, la solidarité a été abordée à la fois au niveau macro et micro-social. La deuxième étape d'analyse, compréhensive et interprétative, a été guidée par l'objectif susmentionné, c'est-à-dire, basée sur l'Analyse Fondamentale des Sens (AFS), considérant comme des catégories prédéfinies les significations de cohésion / union et celle de charité / bienveillance, pertinentes pour le concept de solidarité. À cette fin, certains termes utilisés comme synonymes ont été identifiés dans la littérature générale, qui ont été considérés comme des indicateurs de signification dans les textes dejouriens, en plus de l'interprétation et de la compréhension du contenu dans lequel les résultats de la recherche sont insérés. Cette analyse a montré que, malgré l'utilisation des deux sens, il y a une prédominance du sens de cohésion / union. De plus, elle a montré que l'auteur souligne le caractère paradoxal du sens de la cohésion / union, au même titre que l'indiquent les auteurs pris comme référence dans la littérature générale. En d'autres termes, la solidarité au travail, lorsqu'elle s'exprime comme cohésion, peut être mise au service du bien, renforçant les liens et contribuant à des activités déontiques qui, démocratiquement, visent

l'émancipation des travailleurs; mais, il peut aussi être mis au service du mal, favorisant l'exclusion ou l'abandon de certains, ce qui peut conduire à la souffrance et à la maladie mentale.

Mots-clés: Solidarité; Travail; Psychodynamique du travail; Recherche conceptuelle.

LISTA DE SIGLAS

ACT	Administração Científica do Trabalho
AIT	Associação Internacional do Trabalho
ANS	Análise de Núcleos de Sentido
ATPR	Avaliação do Trabalho à Prova do Real
BIS	A Banalização da Injustiça Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNAM	Conservatoire National des Artes et Métiers (Conservatório Nacional de Artes e Ofícios)
CEPT	Centro de Estudos das Profissões e do Trabalho
CES	Contrato de Emprego Solidário
CPDI	Clínica Psicodinâmica do Trabalho
DO	Desenvolvimento Organizacional
DOT	Departamento de Orientação e Treinamento do Banco da Lavoura de Minas Gerais
DSC	Doutrina Social Cristã
Eaesp	FGV - Escola de Administração de Empresas de São Paulo
EUA	Estados Unidos da América
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
IES	Instituição de Ensino Superior
ISOP	Instituto de Seleção e Orientação Profissional
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
OMS	Organização Mundial da Saúde
PDT	Psicodinâmica do Trabalho
PDT: CC	Psicodinâmica do Trabalho: Casos Clínicos
POT	Psicologia Organizacional e do Trabalho
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PST	Psicologia Social do Trabalho
Senaes	Secretaria Nacional de Economia Solidária

Senisp	Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana
SOSP	Serviço de Orientação e Seleção Profissional
TL	Teologia da Libertação
TV-ST	Trabalho Vivo: Sexualidade e Trabalho
TV-TE	Trabalho Vivo: Trabalho e Emancipação
UCB	Universidade Católica de Brasília
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
Unisinos	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO EM ÂMBITOS INTERNACIONAL E NACIONAL: UM BREVE RETROSPECTO.....	21
2 A PSICODINÂMICA DO TRABALHO.....	35
2.1 Uma breve perspectiva sobre o mundo do trabalho contemporâneo.....	35
2.2 Psicodinâmica do trabalho: da psicopatologia do trabalho à clínica psicodinâmica do trabalho.....	40
2.3 A psicodinâmica do trabalho no Brasil: um panorama geral	47
3 A SOLIDARIEDADE: DAS RAÍZES AOS SENTIDOS DO CONCEITO....	52
3.1 A solidariedade ao longo da história: uma revisão	52
3.2 Solidariedade: um conceito multifacetado.....	69
4 PESQUISA CONCEITUAL EM PSICODINÂMICA DO TRABALHO	74
4.1 Métodos de investigação e intervenção em psicodinâmica do trabalho	74
4.2 Pesquisa teórica em psicanálise: algumas reflexões e possíveis contribuições	81
4.3 Delineamento da pesquisa.....	85
4.3.1 Fontes de pesquisa	87
4.3.2 Procedimentos de leitura, análise e interpretação dos resultados	89
5 RESULTADOS	91
5.1 A banalização da injustiça social	91
5.2 Avaliação do trabalho submetida à prova do real	98
5.3 Trabalho vivo	101
5.3.1 Tomo I - Sexualidade e trabalho.....	101

5.3.2 Tomo II - Trabalho e emancipação.....	107
5.4 Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos.....	121
6 ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	131
6.1 Análise geral	131
6.2 Análise dos sentidos	141
6.2.1 Solidariedade como coesão/união entre “iguais”.....	141
6.2.2 A solidariedade como caridade/benevolência entre os “diferentes”	148
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS	155

INTRODUÇÃO

No decorrer da história da humanidade há diferentes configurações de organização social, que se refletem não só na forma como os seres humanos se relacionam com a natureza, mas também como convivem. No momento atual, chamado por alguns de contemporaneidade e por outros de pós-modernidade, temos grandes avanços tecnológicos, ao mesmo tempo em que temos também certa degradação das relações humanas em muitas sociedades. Degradação que tem sido considerada como alarmante por estudos desenvolvidos em diferentes áreas da ciência.

É neste cenário que emerge o objeto de nossa pesquisa: a solidariedade. Embora tenha suas raízes desde a Antiguidade, o termo surgiu apenas no século XIX, carregando consigo diferentes sentidos, como coesão/união e caridade/benevolência. Sendo, portanto, um termo polissêmico (WESTPHAL, 2008) tem sido empregado em âmbitos micro e macrossocial com conotações de cunho político, religioso, socioeconômico e até mesmo afetivo.

À título de ilustração podemos citar: o partido político brasileiro criado em 2013, denominado Solidariedade; algumas campanhas de fraternidade da igreja católica dos anos de 1991 e de 2005, cujos lema e tema foram, respectivamente, “Solidários na dignidade do trabalho” e “solidariedade e paz”; a solidariedade operária, usada para se referir à coesão entre os trabalhadores nos movimentos de luta de classe; e, a solidariedade manifesta por “ação entre amigos”, que se unem para prestar algum auxílio material ou apoio emocional a algum integrante do grupo.

Não obstante considerarmos relevante a análise e discussão desses diferentes empregos do termo interessou-nos nesta pesquisa a solidariedade pertinente a contextos de trabalho. A escolha de tal objeto decorreu de alguns estudos desenvolvidos sob o enfoque da psicodinâmica do trabalho, bem como de observações e vivências pessoais ao longo de minha carreira profissional.

Ao ingressar na carreira acadêmica, alguns colegas de trabalho que já estavam na instituição há alguns anos compartilharam comigo experiências e sentimentos sobre as relações com os demais colegas de trabalho. Em geral, os

relatos soavam como desabafos e conselhos para uma novata, dentre os quais um ficou por anos em minha memória.

Certo dia, uma colega disse querer me alertar para o fato de que naquele ambiente de trabalho as pessoas eram invisíveis, já que predominava a indiferença e a hostilidade entre os pares. Essa fala, não só resumiu outros “conselhos”, mas me intrigou e mobilizou meu interesse por entender melhor a hostilidade no ambiente de trabalho.

Depois de anos cogitando a possibilidade de desenvolver minha pesquisa de doutorado sobre hostilidade, tive acesso a um artigo de Dejours no qual ele abordou a solidariedade. Desde então, passei a me interessar pela compreensão do conceito de solidariedade, sob o enfoque da psicodinâmica do trabalho, o que se tornou o tema desta pesquisa.

Pautada, principalmente, por estudos do psiquiatra francês Christophe Dejours, a psicodinâmica do trabalho tem sido adotada, há cerca de trinta anos, como referencial teórico metodológico para a realização de pesquisas e intervenções não só na França, como também no Brasil, além de outros países.

Considerando o retrospecto histórico da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT)¹, apresentado no primeiro capítulo desta, percebemos que perspectivas críticas emergiram nas últimas décadas alertando sobre a necessidade de um novo olhar para a saúde física e mental dos trabalhadores. Nesta perspectiva estudos desenvolvidos a partir da psicodinâmica do trabalho têm ressaltado a importância da intersubjetividade para a preservação da saúde mental de trabalhadores, o que entendemos como um grande ganho para a POT, principalmente em âmbito nacional, uma vez que a precarização das condições e das relações de trabalho está presente (e pode-se dizer, até crescente) há décadas no Brasil.

Feita uma contextualização da psicodinâmica do trabalho no campo de POT, discorreremos sobre a trajetória dessa disciplina no capítulo 02, a partir do que podemos perceber que estudos têm apontado cada vez mais os efeitos nocivos decorrentes de modelos de gestão adotados em grande parte por empresas contemporâneas. Pautada em uma concepção psicanalítica de sujeito a psicodinâmica do trabalho destaca não só a centralidade do trabalho na vida

¹ Área em que atuo como docente do departamento de psicologia na Universidade Estadual de Maringá – UEM.

dos sujeitos, mas também a importância da dimensão social do trabalho para a saúde mental. Com isso, alguns processos intersubjetivos emergiram e passaram a ser considerados relevantes na dinâmica relação doença/saúde mental relacionada ao trabalho; como, por exemplo, o reconhecimento, a cooperação e a solidariedade.

Vale ressaltar que, ao longo da história da psicodinâmica do trabalho, alguns autores (MENDES, 2007; SOLDERA, 2016) identificam a existência de quatro fases, que estão atreladas às publicações de seu precursor e principal representante, Christophe Dejours. Segundo Soldera (2016) a primeira, anterior à década de 1980, diz respeito à pré-estruturação/nascimento da disciplina em questão; a segunda, na década de 1980, marcada pela publicação do livro *A loucura do trabalho*, ainda atrelada à psicopatologia do trabalho francesa; a terceira, durante a década de 1990, na qual nasceu efetivamente a psicodinâmica do trabalho; e, a quarta fase, do final da década de 1990 até os dias atuais, na qual os estudos têm enfatizado a dimensão social e a centralidade do trabalho. Ainda esta última fase "[...] traz como inovação a proposta metodológica da Clínica do Trabalho" (SOLDERA, 2016, p. 84).

Foi, principalmente, com a ênfase dada às patologias sociais (como o desemprego, os assédios sexual e moral, o suicídio etc.), que Dejours abordou, em alguns de seus estudos, a (in)existência da solidariedade como fator que pode contribuir para a doença ou a saúde mental relacionada ao trabalho.

Porém, tendo em vista que o conceito de solidariedade se apresenta como polissêmico e com diversas possibilidades de emprego; entendemos ser necessário compreendermos qual o sentido inerente ao conceito nos estudos que o abordam sob o referencial da psicodinâmica do trabalho. Para tanto, definimos como objetivo desta pesquisa: analisar e identificar o(s) sentido(s) inerente(s) ao(s) conceito(s) de solidariedade presente(s) em algumas obras de Christophe Dejours, por meio da leitura e interpretação de seus conteúdos.

Para conhecermos a origem, a história e os possíveis sentidos e usos do conceito de solidariedade, realizamos um estudo, cujos resultados constam no capítulo 03. Dentre tais resultados identificamos que há, basicamente, dois sentidos que foram construídos historicamente e encontram-se vigentes na contemporaneidade. O primeiro deles consiste na coesão/união entre pessoas que se encontram na mesma situação e se unem para lutar por alguma causa

ou contra alguma ameaça. O segundo sentido, por sua vez, consiste naquele pautado na caridade/benevolência existente entre pessoas que se encontram em situações diferentes. Diz respeito, portanto, àquela solidariedade em que uma(s) pessoa(s) ajuda(am) outra(s), o que ocorre quando há aqueles que precisam de algo e aqueles que tem algo a oferecer.

Identificados os dois sentidos que foram construídos historicamente e estão presentes na contemporaneidade, elegemos como fontes de pesquisa algumas obras de Dejours, publicados no Brasil, durante o período que corresponde à quarta fase de seus estudos, como também à quarta fase da psicodinâmica do trabalho. As justificativas para essa escolha, bem como os critérios para seleção das fontes de pesquisa e os procedimentos adotados para análise dos resultados foram descritos no capítulo 04. Considerando tais critérios, as obras analisadas foram: *A banalização da injustiça social*, *Avaliação do trabalho submetida à prova do real*, a coleção *Trabalho vivo* (composta por Tomo I – *Sexualidade e Trabalho* e Tomo II – *Trabalho e Emancipação*) e os três capítulos de autoria de Dejours publicados no livro *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*. Estes livros foram publicados no país em 1998², 2008, 2012 e 2017; respectivamente.

Tendo em vista ser esta uma pesquisa conceitual, utilizamos de leitura, análise e interpretação das fontes de pesquisa. Como resultados da leitura realizada, elaboramos sinopses das obras elencadas que são apresentadas no capítulo 05, com o intuito de identificarmos menções ao conceito de solidariedade, bem como de compreender o conteúdo em que ele foi mencionado.

Por fim, a análise dos achados de pesquisa foi efetuada em duas etapas, conforme consta no capítulo 06. A primeira, exploratória e descritiva, enfocou a incidência do termo entre nas obras, os autores que foram mencionados como referências e os contextos que o autor abordou ao versar sobre o conceito de solidariedade. A segunda etapa, interpretativa e compreensiva, enfocou os sentidos inerentes ao conceito de solidariedade mencionado nas obras analisadas, considerando os dois sentidos construídos ao longo da história e presentes atualmente.

² Utilizamos nesta pesquisa uma edição de 1999.

Em considerações finais, tecemos comentários sobre a pandemia causada por Covid-19 e o processo vivenciado ao longo desta pesquisa, apontando obstáculos encontrados, bem como sobre possíveis contribuições para o enriquecimento do conhecimento existente acerca do conceito de solidariedade, principalmente no que tange ao referencial teórico da psicodinâmica do trabalho.

1 A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO EM ÂMBITOS INTERNACIONAL E NACIONAL: UM BREVE RETROSPECTO

Assim como existiram vários modos de produção e de organização social, há também vários significados atribuídos ao trabalho, ao longo da história. Analisando os diferentes significados atribuídos ao trabalho, desde a Antiguidade até a contemporaneidade, Bendassolli (2009) afirma que embora o trabalho tenha ocupado um lugar central nas sociedades ocidentais a partir da modernidade, não foi sempre assim. De acordo com o autor, na tradição greco-romana o trabalho consistia em atividades voltadas para a sobrevivência, sendo considerado degradante quando prestado para outra pessoa.

Havia, portanto, naquela sociedade uma separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, que permaneceu até o período medieval, no qual, sob influência da tradição judaico-cristã, “[...] o trabalho possuía uma forte conotação moral de obrigação e culpa”; de tal modo que trabalhadores almejavam conquistar dignidade e respeito por meio de seus trabalhos (BENDASSOLLI, 2009, p. 16). Com o Renascimento, o trabalho passou a ser valorizado e reconhecido como “condição necessária para a liberdade” e como “fonte de realização” (BENDASSOLLI, 2009; RIBEIRO; LÉDA, 2004).

Ainda, com a Revolução Industrial e a emergência e consolidação do Capitalismo, em diversos países, pautadas sob o ideário da modernidade, foram atribuídos novos significados ao trabalho, tais como: meio para produção de valor econômico e origem da propriedade individual; dever e expressão de responsabilidade; fonte de sentido para a vida, autorrealização e transformação social; e, ainda, como fundamento para o estabelecimento de normas de relacionamento e organização social (BENDASSOLLI, 2009).

Assim como esse breve retrospecto demonstra que os diversos significados atribuídos ao trabalho foram alterados nos diferentes períodos da história, também os objetos e os métodos de investigação e de intervenção adotados por profissionais de psicologia, passaram por mudanças em função de alterações pertinentes à forma como o trabalho é organizado e das consequências advindas da organização do trabalho para os trabalhadores.

Portanto, embora os estudos sobre o trabalho humano indiquem que o mesmo existe há séculos na história da humanidade, neste capítulo abordamos diferentes formas de organização do trabalho, emergentes e dominantes no decorrer do século XX e início do século XXI; tendo em vista que essas se encontram diretamente relacionadas às diversas configurações teórico-metodológicas da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT).

Para tanto, entendemos ser necessário comentarmos sobre alguns posicionamentos adotados neste estudo. Em primeiro lugar, apesar de termos conhecimento sobre a diversidade de termos existentes para se referir à área em questão (como, por exemplo, Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicologia do Trabalho e das Organizações, Psicologia e Trabalho), ressaltamos que a adoção do termo POT baseia-se no fato de concordarmos com Bastos (2003, apud. TONETTO et al., 2008, p. 165):

O termo Psicologia Organizacional e do Trabalho, empregado desde a década de 90, tem por objetivo contemplar a atual diversidade da área, de modo a propor a existência de dois grandes eixos de fenômenos que envolvem aspectos psicossociais: as organizações, enquanto ferramenta social formadora de coletivos humanos e o trabalho, enquanto atividade básica do ser humano reprodutora de sua própria existência e da sociedade.

Em segundo lugar, estamos adotando o termo fase/face para nos referirmos à Psicologia Industrial, Psicologia Organizacional e Psicologia do Trabalho, pautados no trabalho de Freitas e Guareschi (2004, p. 77), que apresentam a seguinte justificativa para o uso do referido termo:

Utilizamos a expressão face com fundamento no autor Sampaio (1998), que coloca que os diferentes momentos da construção desta subárea da Psicologia teriam suas faces compreendidas na Psicologia Industrial, na Psicologia Organizacional e na Psicologia do Trabalho, as quais atualmente coexistem no mesmo contexto. A expressão fase é utilizada conjuntamente, porque optamos também por dar ênfase aos momentos históricos em que foi construída cada uma delas.

Isto posto, consideramos pertinente apontarmos algumas particularidades sobre o desenvolvimento de pesquisas e intervenções realizadas na área da POT no Brasil, tendo em vista que as fases/faces da POT não se deram simultaneamente nos âmbitos internacional e nacional; bem como contextualizar

no percurso histórico da POT a emergência da psicodinâmica do trabalho, referencial teórico desta pesquisa.

A primeira fase/face, conhecida como Psicologia Industrial, emergiu de um encontro entre as necessidades da Administração e dos conhecimentos da Psicologia, do início do século XX. (JACQUES, 1989).

No campo da Administração, naquele momento histórico, emergiu e se tornou hegemônico o modelo de organização do trabalho proposto a partir da teoria denominada Administração Científica do Trabalho (ACT), desenvolvida por Frederik Taylor, nos Estados Unidos da América (EUA) (BROWN, 1976; SAMPAIO, 1998; VERONESE, 2007). De acordo com Brown (1976, p. 17, grifos do autor):

Taylor passou a trabalhar com três princípios básicos:

1 Selecionar os melhores homens para o trabalho

2 Instruí-los nos métodos mais eficientes e nos movimentos mais econômicos a serem empregados no trabalho

3 Proporcionar incentivos, sob a forma de salários mais elevados, aos melhores operários.

Princípios que eram adotados para a efetivação da ACT, cuja premissa básica era a divisão do trabalho, que implicava tanto na divisão entre aquele que o pensa e aquele que o executa; quanto no que tange a especialização ou simplificação das tarefas de forma que o trabalhador executasse o mínimo possível de operações repetidas por diversas vezes ao longo da jornada de trabalho.

De acordo com Jacques (1989) e Heloani (2007), paralelamente ao surgimento das ideias de Taylor, eclodiam na França as ideias de Fayol, que também contribuíram para o desenvolvimento do modelo de gestão da produção que se tornou dominante no âmbito dos países industrializados naquele período. Complementando e avançando em relação às ideias de Taylor e Fayol, emergiram também as de Henry Ford, a partir da década de 1920, nos EUA. Por meio, principalmente, da inserção da esteira de produção, Ford visou o aumento do ritmo das operações dos trabalhadores, a fim de eliminar “tempos mortos” do processo produtivo e, conseqüentemente reduzir os custos dos produtos. Para ele, este seria o caminho para tornar os bens de consumo industrializados acessíveis à classe trabalhadora (HELOANI, 2007).

No que tange às propostas de Taylor, Fayol e Ford, Heloani (2007, p. 63) afirma que os mesmos “[...] compartilham de uma visão semelhante da natureza humana, adotam estratégias diferenciadas, embora convergentes, na tentativa de reordenamento da subjetividade no espaço produtivo”. Mais especificamente, vale dizer que algumas consequências danosas para a saúde do trabalhador, decorrentes dos modos de organização do trabalho resultantes das propostas dos referidos teóricos, foram identificadas e denunciadas por pesquisadores (DEJOURS, 1992; HELOANI, 2007), principalmente, a partir das últimas décadas do século XX.

Mas, para atingir os resultados esperados o modelo de produção taylorista-fordista demandava conhecimentos acerca do comportamento humano e a Psicologia Experimental - que ocupava posição de destaque no campo da ainda incipiente Psicologia, enquanto ciência - dispunha de instrumentos psicométricos, que passaram a ser adotados no contexto das organizações. De acordo com Leão (2012, p. 294) “O objetivo dessa psicologia econômica era conseguir o melhor homem possível, o melhor trabalho possível, o melhor resultado possível”; o que, por sua vez, estava consonante com os princípios do taylorismo e do fordismo, bem como com os objetivos inerentes ao capitalismo.

Com isso, a chamada Psicologia Industrial passou a ser um dos campos de aplicação de conhecimentos advindos de pesquisas experimentais que se voltavam para a descrição, mensuração e o controle do comportamento humano, voltados exclusivamente para os interesses daqueles que detinham os bens de produção. Portanto, essa primeira fase/face “[...] é basicamente psicométrica, adaptativa, congregando esforços da ciência psicológica para a obtenção de produtividade e lucratividade das empresas” (VERONESE, 2007, p. 03).

Outros estudos, desenvolvidos a partir da década de 1920, como os coordenados por Elton Mayo, nos EUA e por Eric Trist, na Inglaterra; destacaram-se por terem apontado outros aspectos pertinentes ao trabalho naquele período. Segundo Leão (2012, p. 297), Mayo e Trist,

[...] chegaram a conclusões similares: as relações sociais e a organização informal dos trabalhadores são fatores-chave para a produtividade. Para além do foco no ambiente físico, no conteúdo das tarefas, na relação indivíduo-máquina, passou-se a dar mais atenção às relações humanas.

Apesar de tais estudos terem influenciado a segunda fase/face, a Psicologia Organizacional se configurou como tal somente a partir das décadas de 1950 e 1960 (JACQUES, 1989; LEÃO, 2012; SAMPAIO, 1998, VERONESE, 2007; ZANELLI, 1994). De acordo com Zanelli (1994), um dos primeiros textos em que o termo Psicologia Organizacional foi utilizado, foi publicado por Gardner em 1966.

Vale ressaltar que entre a emergência e propagação das práticas conhecidas como pertinentes à Psicologia Industrial e à Psicologia Organizacional ocorreram as duas guerras mundiais; que contribuíram para expandir a aplicação de conhecimentos psicológicos em contextos de trabalho. Em outros termos, “Os testes e procedimentos dessa nascente psicologia também foram utilizados para o exército, na seleção de pessoal para ingresso nas forças armadas, em função da necessidade de fortalecer a corporação para as guerras mundiais” (LEÃO, 2012, p. 295).

Ademais, no período pós-guerras mundiais, novos conhecimentos advindos do meio científico embasaram algumas das soluções dadas aos problemas que assolavam o mundo. Dentre tais conhecimentos, a visão sistêmica passou a ser adotada a partir da década de 1950, como um novo paradigma em vários campos da ciência.

Portanto, se a concepção mecanicista do mundo influenciou o desenvolvimento científico e tecnológico até a primeira metade do século XX, a emergência da visão sistêmica, advinda principalmente da física e da biologia, proporcionou uma nova forma de se pensar e compreender os fenômenos não só físicos e biológicos, mas também sociais e humanos. Ilustra esta afirmação a descrição apresentada por Schein (1982, p. 05-06) acerca da segunda fase/face da POT, ao dizer que:

A psicologia organizacional, como campo de estudo, está intimamente vinculada ao reconhecimento de que as organizações são sistemas sociais complexos e de que quase todas as questões que se possam levantar com referência aos fatores do comportamento humano individual dentro das organizações têm de ser focalizadas de acordo com a perspectiva do sistema social em sua totalidade.

Pautada nesta nova perspectiva configurou-se, a partir da década de 1950, a área de administração de recursos humanos (denominada no decorrer das últimas décadas de gestão de pessoas), bem como emergiu uma teoria e metodologia voltadas para mudanças organizacionais planejadas, o Desenvolvimento Organizacional (DO). Tanto a área de gestão de pessoas, quanto o DO tornaram-se espaços de trabalho para os psicólogos, que atuavam nas organizações, seja como membros do quadro de funcionários, seja como consultores.

Neste sentido, Sampaio (1998, p. 23) ressalta que “A Psicologia Organizacional não foi uma ruptura radical com a Psicologia da Indústria. Foi uma ampliação do seu objeto de estudo, posto que os psicólogos continuavam atrelados ao problema da produtividade das empresas”. Em outras palavras, enquanto na fase/face da Psicologia Industrial, estudos e práticas psicológicas estavam voltadas para a relação trabalhador-posto de trabalho, na fase/face da Psicologia Organizacional o foco passa a ser a dinâmica interna da organização, englobando as relações interdepartamentais e interpessoais, bem como o conjunto de valores e normas existentes que regem os comportamentos dos empregados da organização.

Para tanto, o DO contribuiu fortemente, voltando-se principalmente para a compreensão, como também para o planejamento e a implementação de mudanças nesta dinâmica organizacional; tanto a partir de seu arcabouço teórico (com a formulação de conceitos de cultura e clima organizacional, dentre outros), quanto metodológico (a partir de métodos e técnicas propostas para realização de diagnóstico organizacional e de programas de desenvolvimento de pessoal, por exemplo).

Este breve retrospecto histórico das duas primeiras fases/faces da POT (a Psicologia Industrial e a Psicologia Organizacional) demonstra que elas acompanharam demandas socioeconômicas, bem como o desenvolvimento da ciência; provenientes principalmente dos EUA e de alguns países da Europa Ocidental. Mas, ao olharmos para o cenário nacional, apesar de concordarmos com Zanelli e Bastos (2004, p. 467) quando afirmam que “O desenvolvimento da Psicologia Organizacional e do Trabalho no Brasil acompanhou, em compasso subordinado, as ocorrências mundiais relativas à área”; entendemos ser

necessário versarmos sobre algumas características marcantes do cenário nacional, ao longo da primeira metade do século XX.

Em primeiro lugar, consideramos importante lembrar que a industrialização no Brasil se deu de forma tardia. Ao analisarem este processo, Navarro, Maciel e Matos (2017) afirmam que o Brasil foi considerado como um país industrializado apenas a partir de 1950, quando o setor industrial passou a predominar em relação ao setor agrícola na economia nacional. Mas, além de ter sido um processo tardio em relação aos “países-berço do capitalismo”, foi também “[...] uma industrialização forçada, com a entrada maciça de capitais externos e expansão das indústrias de bens de consumo duráveis” (NAVARRO; MACIEL; MATOS, 2017, p. 31). Ou seja, o processo de industrialização no Brasil não se deu de forma gradual, mas com a inserção de indústrias estrangeiras que traziam tecnologias que “poupavam mão de obra”, culminando em uma conjuntura descrita pelos autores da seguinte maneira:

É nessa fase que o Brasil adquire suas duas faces: um país que produz bens sofisticados e, ao mesmo tempo, mantém a maioria de sua população privada de bens elementares e essenciais. As duas faces produzem também grandes desigualdades sociais, marginalizando parcelas crescentes da força de trabalho, com altas taxas de desemprego e subemprego e a tendência a pagar salários baixos (NAVARRO; MACIEL; MATOS, 2017, p. 31).

Se, por um lado, o modo como se deu o processo de industrialização do país contribuiu para a exclusão de muitos trabalhadores e a precarização das relações de trabalho desde aquele período, também contribuiu para o exercício de práticas psicológicas, pautadas na psicotécnica, voltadas para a seleção e adaptação dos trabalhadores aos processos industriais.

Foi trazida por Léon Walther que a psicotécnica chegou ao Brasil, sendo que as primeiras aplicações de testes ocorreram no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, em 1924, sob a coordenação de Roberto Mange “[...] com claro e restrito objetivo econômico de aumentar a produtividade das empresas” (ZANELLI; BASTOS, 2004, p. 47).

Com o intuito de analisar a história da relação entre a Psicologia e o mundo do trabalho no Brasil, Motta realizou uma pesquisa a partir da qual descreve como se deu a criação de institutos e a atuação de profissionais que os compuseram. Segundo Motta (2005) no período entre 1930 e 1970, foram

criados: o IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) em 1930, em São Paulo - SP; o ISOP (Instituto de Seleção e Orientação Profissional) em 1947, no Rio de Janeiro - RJ; o SOSP (Serviço de Orientação e Seleção Profissional), em 1949, e o DOT (Departamento de Orientação e Treinamento do Banco da Lavoura de Minas Gerais), em 1958, ambos em Belo Horizonte – MG.

A existência de tais institutos naquele período ilustra a seguinte afirmação de Zanelli e Bastos (2004, p. 474), “Quando a profissão foi reconhecida legalmente, na década de 1960, o campo da Psicologia aplicada ao trabalho já estava consolidado”.

Além da regulamentação da profissão de psicólogo, que se deu em 1962, vale lembrar também que dois anos depois ocorreu o golpe militar de 1964, a partir do qual teve início, no Brasil, o período de ditadura militar que permaneceu até meados da década de 1980. No que tange às décadas de 1960 e 1970 Navarro, Maciel e Matos (2017, p. 32) afirmam que:

Observou-se, por um lado, a euforia da classe média, que teve ampliado seu poder aquisitivo naquele momento e, por outro, a situação de miséria de grande parcela da população não atingida pelo “milagre”. Foi um período de grande concentração de renda, de terras, de endividamento externo, de arrocho salarial, de controle e desmonte dos sindicatos, de prisões, de tortura, de morte e sumiço de lideranças políticas e de outros que se opuseram ao golpe militar.

Como decorrência desta situação, houve uma estagnação quanto ao desenvolvimento de teorias críticas no campo científico, no Brasil, o que provavelmente explique, pelo menos em parte, a afirmação de Borges (2010), quando diz que as publicações e os investimentos na formação de profissionais de POT nas décadas de 1970 e 1980 foram incipientes, sendo apenas a partir de 1990 que a área “floresceu”. Florescimento que, por sua vez, levou a um aumento significativo quanto à produção científica nacional e à organização de pesquisadores e profissionais dedicados à área em torno de sociedades, associações e grupos de pesquisas.

Enquanto no Brasil vivíamos um momento de repressão, principalmente nas décadas de 1960 e 1970; em outros países surgiram novas formas de organização do trabalho, que ficaram conhecidas como reestruturação produtiva; bem como, eclodiram movimentos que denunciavam os efeitos nocivos

decorrentes do modelo taylorista-fordista, dentre outras questões. Em outros termos:

No início da década de 70 com a crise do capitalismo, o modelo taylorista/ fordista começou a dar os seus primeiros sinais de decadência. O mundo foi palco de muitas mudanças, o que gerou significativas transformações nas relações de trabalho (RIBEIRO; LÉDA, 2004, p. 78).

Surgiram, portanto, novos modelos de organização e gestão do trabalho no contexto empresarial, conhecidos como Toyotismo e Qualidade Total, que emergiram no período pós-guerras mundiais, no Japão e nos Estados Unidos da América, respectivamente. Com diferentes “ferramentas” de gestão tais modelos buscam “otimizar” ao máximo os resultados, eliminando desperdícios e comprometendo seus trabalhadores com as empresas, que são denominadas por Max Pagés et al. como hipermodernas ou como estratégicas por Eugéne Enriquez.

De acordo com Coutinho (2006),

Enriquez (1997) e Pagès *et al.* (1987) questionam a constituição das organizações como espaço de dominação de subjetividades, tendo em vista os processos inconscientes de identificação ali estabelecidos, favorecendo o controle sobre os integrantes. Sob a aparência de estímulo à autonomia, à participação e a criatividade, as organizações (estratégicas ou hipermodernas) são de fato espaços de aprisionamento e servidão voluntária.

Na mesma linha de pensamento, ao analisar os modelos de gestão adotados em empresas nas últimas décadas, Gaulejac (2007, p. 113) afirma que enquanto “A empresa de tipo tayloriano é centrada sobre a canalização física a fim de tornar os corpos úteis, dóceis e produtivos”; a empresa hipermoderna, onde impera o que ele chama de “poder gerencialista”, “preocupa-se não tanto com o controlar os corpos mas em transformar a energia libidinal em força de trabalho”; tornando a mobilização pessoal uma exigência.

Associados aos novos modelos de gestão, outros fatores como a globalização, o desenvolvimento tecnológico e os incentivos ao consumo, por exemplo, emergiram e influenciaram significativamente as relações com o trabalho, bem como os modos de viver e conviver na contemporaneidade.

Diante desse cenário, surgiram novas formas de conceber e intervir sobre o trabalho no âmbito da psicologia, o que levou à configuração da terceira fase/face da POT, a Psicologia do Trabalho.

Enquanto a Psicologia Organizacional manteve-se bastante atrelada aos processos de gestão de pessoas em contextos organizacionais, voltados para a otimização dos resultados e, conseqüentemente à produtividade e à lucratividade; a terceira fase/face, a Psicologia do Trabalho, apresenta-se como um campo de pesquisas e intervenções sobre os processos de subjetivação inerentes às relações de e com o trabalho, dentro e fora das organizações. Concordamos, portanto, com Sampaio (1998, p. 25) quando trata sobre o que diferencia a Psicologia do Trabalho de suas antecessoras, ao afirmar que “[...] a obsessão pela produtividade cede lugar para uma compreensão mais próxima do homem que trabalha”.

Alguns autores (SAMPAIO, 1998; VERONESE, 2007) afirmam que o surgimento da Psicologia do Trabalho se deu, em nível mundial, por volta dos anos 1970, influenciada principalmente por movimentos que questionaram a exploração do trabalhador, bem como os efeitos danosos para a saúde do mesmo, decorrentes dos modelos de produção taylorista, fordista e toyotista. Como exemplo de tais movimentos, sendo um dos mais importantes para a história da saúde e do trabalho, temos o ocorrido em maio de 1968, na França.³ (DEJOURS, 1992).

Nesta mesma perspectiva, outros autores afirmam que foi a partir de movimentos questionadores daquele período que emergiram novos campos e referenciais teóricos, tais como: a Psiquiatria Social (LIMA, 1998), a Psicologia Institucional (SAMPAIO, 1998), Psicologia Social Crítica (FREITAS; GUARESCHI, 2004; VERONESE, 2007); dentre outros. Tais campos de conhecimento e referenciais teórico-metodológicos chegaram ao Brasil, principalmente por meio de Instituições de Ensino Superior na década de 1980, repercutindo sobre os rumos das pesquisas e das atuações de psicólogos em âmbito nacional.

³ Ao introduzir o livro intitulado “A loucura do trabalho”, Dejours discorre sobre história da relação saúde-trabalho, considerando-a em três momentos denominados por ele como “O século XIX e a luta pela sobrevivência”, “Da Primeira Guerra Mundial a 1968” e “Terceiro período: após 1968”. Dejours (1992) afirma que é neste último período que tem início a luta operária pela saúde mental.

Segundo Leão (2012) e Sato (2003), as novas propostas elaboradas na Itália, principalmente sob a coordenação de Oddone, influenciaram diretamente o surgimento do campo de saúde do trabalhador no Brasil. Leão (2012, p. 298) menciona a emergência de uma nova psicologia do trabalho na Itália, “[...] atrelada aos movimentos operários de luta por saúde no trabalho”. Corroborando com tal visão e complementando, Sato (2003, p. 172) afirma que “[...] o mote oferecido por Oddone e seus colegas abre um caminho para que, no campo da Saúde do Trabalhador, a psicologia também apresente instrumentos para a intervenção na realidade de trabalho, a partir de ações de vigilância”.

Considerando tal cenário, Sato (2003) discute a estruturação de diferentes campos para a realização de pesquisas e intervenções à guisa da psicologia que, segundo ela levaram à emergência de duas vertentes. A primeira, reconhecida e legitimada como “psicologia do trabalho e das organizações” volta-se para a gestão de recursos humanos ou de pessoas. A segunda, por sua vez, pautada em estudos desenvolvidos sob as égides da psicologia social e da saúde do trabalhador, tem como foco de interesse “[...] compreender fenômenos: identidade, processos de interação social, processos de percepção e de cognição e a subjetividade” (SATO, 2003, p. 169).

Ainda para a mesma autora, frente às mudanças ocorridas quanto ao trabalho no mundo contemporâneo, esta segunda vertente tem se dedicado também a abordar temas como as organizações cooperativas autogestionadas e a organização de comunidades em geral, bem como o desemprego e o mercado informal, dentre outros. Complementando, Esteves, Bernardo e Sato (2017) afirmam que a Saúde do Trabalhador e a Economia Solidária são “[...] dois episódios recentes de transformações do mundo do trabalho que induziram e exigiram a criação da PST” (ESTEVES; BERNARDO; SATO, 2017, p. 54).

Sato (2003) defende também que esta segunda vertente, denominada por ela como Psicologia Social do Trabalho⁴, tem uma trajetória autônoma e independente da área denominada por ela como “psicologia do trabalho e das organizações”. Ou, nas palavras da autora:

⁴ Psicologia Social do Trabalho (PST) é uma denominação cunhada por Sato para se referir a um campo de pesquisa e atuação, que emergiu e se configurou como campo independente da POT, a partir de “dois episódios”: a Saúde do Trabalhador e a Economia Solidária. (ESTEVES; BERNARDO; SATO; 2017).

Pode-se dizer que, embora ambas tematizem fenômenos do mundo do trabalho e dos processos organizativos, cada uma dessas vertentes encaminhou suas trajetórias isoladamente, mantendo, no nosso caso, poucos pontos de contato, quer sejam tomadas as referências teórico-metodológicas, as práticas e os *loci* nos quais essas práticas são exercidas (SATO, 2003, p. 167).

Mais especificamente sobre o objeto da PST, Sato (2017) diz que, diante das diferentes faces do trabalho (emprego, trabalho informal etc.) existentes na atualidade, “[...] a PST deve empreender esforços para dar visibilidade a essa realidade”, com a preocupação de “[...] olhar o trabalho a partir do ponto de vista dos trabalhadores e seguindo os marcos da busca, manutenção e ampliação dos direitos e de cidadania” (SATO, 2017, p. 171).

Ainda nesta perspectiva, de lançar um novo olhar para as relações de e com o trabalho e seus impactos sobre a subjetividade do trabalhador, emergiu nas últimas décadas, um campo denominado “clínicas do trabalho” que, de acordo com Bendassolli e Soboll (2011, p. 16):

No campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), as clínicas do trabalho contrapõem o modelo dominante da psicologia organizacional de ênfase cognitivo-comportamental, tendo em vista que apresentam finalidades diferenciadas em relação aos objetivos organizacionais e aos objetivos dos trabalhadores. De igual forma, a psicologia social e do trabalho, embora com mais zonas de proximidade que a psicologia cognitivo-comportamental, diferencia-se da clínica do trabalho pela ênfase dada aos processos psíquicos em suas imbricações sociais (e reciprocidades).

Reconhecendo as diferenças entre as teorias clínicas do trabalho, Bendassolli e Soboll (2011) apresentam-nos quatro delas: a Psicodinâmica do Trabalho, a Clínica da Atividade, a Psicossociologia e a Ergologia.

Ao discorrer sobre as filiações teóricas das clínicas do trabalho, Lhuillier (2011) considera a psicologia social clínica e a psicopatologia do trabalho, como embasamentos para a psicodinâmica do trabalho e a clínica da atividade, as duas correntes sobre as quais trata em seu texto.

Considerando as mesmas correntes abordadas por Lhuillier, Lima (2011) discorre sobre a origem e o desenvolvimento do campo da clínica do trabalho, pautada sobre a trajetória da psicologia do trabalho na França proposta por Yves Clot. Entendendo que este campo de conhecimento “[...] originou-se e evoluiu na

França desde as primeiras décadas século XX até a atualidade”; Lima (2011, p. 229-230) versa sobre esta história a partir de três momentos, que são: “[...] o primeiro período entre a Primeira Guerra Mundial e o fim da Segunda; o segundo, entre os anos 50 e o fim dos anos 80; e o terceiro, tendo seu início nos anos 80 e vindo até os dias atuais”. Como expoentes do primeiro período, aponta Lahy e Pacaud; do segundo considera Le Guillant e Tosquelles; e, do terceiro, Dejours e Clot.

Diante do exposto, entendemos que embora tenha havido em sua origem e ainda persista uma estreita relação entre as demandas do meio organizacional e as pesquisas e práticas desenvolvidas no âmbito das fases/faces Psicologia Industrial e Psicologia Organizacional, atualmente temos outras possibilidades pertinentes ao que entendemos ser a Psicologia do Trabalho.

Em outras palavras, podemos dizer que concordamos com Bendassolli e Soboll (2011, p. 16) quando afirmam que:

Embora a psicologia organizacional e a psicologia do trabalho sejam articuladas dentro de um único campo denominado Psicologia Organizacional e do Trabalho, há importantes diferenças entre elas, definidas por questões de ordem epistemológica, teórica, metodológica e social. Ainda assim, a articulação num único campo evidencia as controvérsias, coexistindo a instrumentalização de práticas e a crítica sobre elas.

Ainda, corroborando com este ponto de vista, Wachelke et al. (2005, p. 10) ao analisarem as diferenças que subsidiam os termos Psicologia Organizacional e Psicologia do Trabalho, afirmam que “[...] em vez de levar à substituição de um modelo por outro o que se observa é a coexistência de enfoques diferenciados em psicologia do trabalho”.

Portanto, enquanto a emergência da segunda fase/face se deu em função de uma ampliação do objeto de estudo da primeira fase /face (SAMPAIO, 1998); a configuração da terceira fase/face emergiu de novos objetos de estudo, conforme apontado por autores como Sampaio (1998) e Sato (2003), dentre outros. Esta terceira fase/face ou Psicologia do Trabalho, ao nosso ver, é independente das PsicoLOGIAS Industrial e Organizacional, que embora tenham emergido em momentos anteriores na história, coexistem com a Psicologia do Trabalho.

Contudo, vale ressaltar que, não obstante concordarmos com as posições de pesquisadoras como Sato (2003) e Lima (2011) ao defendem que tanto a PST quanto o campo das clínicas do trabalho tiveram trajetórias paralelas e independentes da POT, discordamos das mesmas por entendermos serem estes dois campos componentes estruturantes da terceira fase/face da POT, denominada de Psicologia do Trabalho, compartilhando da concepção de autores como Sampaio (1998), Wachelke et al. (2005), Bendassolli e Soboll (2011) quando consideram que, embora a Psicologia do Trabalho tenha objetos e bases epistemológicas independentes das PsicoLOGIAS Industrial e Organizacional, compõem a grande área conhecida como Psicologia Organizacional e do Trabalho.

Em suma, consideramos que a Psicologia do Trabalho é constituída pelos campos de Saúde Mental e Trabalho, Psicologia Social do Trabalho e Clínicas do Trabalho. Assim, ressaltamos que é na perspectiva dessa Psicologia do Trabalho que se insere o objetivo desta pesquisa, haja vista ser a psicodinâmica do trabalho o referencial adotado na mesma, uma das abordagens pertinentes aos campos de saúde mental e trabalho (JACQUES, 2003) e de clínicas do trabalho (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011; LHUILIER, 2011).

2 A PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Assim como a POT, a psicodinâmica do trabalho tem passado por mudanças quanto ao seu arcabouço teórico e metodológico, ao longo de sua trajetória de aproximadamente 40 anos. Seu precursor, Christophe Dejours, desenvolveu, coordenou e orientou pesquisas e ações que proporcionaram uma ampliação do corpo conceitual e dos métodos empregados em estudos pautados em psicodinâmica do trabalho.

Neste percurso, os estudos da chamada “Escola Dejouriana” foram e ainda são alvos de diversas críticas tecidas por pesquisadores de outras escolas, inclusive no Brasil. Mas, assim como tantas outras disciplinas científicas, tanto as críticas advindas de outras perspectivas, quanto algumas lacunas identificadas por seus próprios adeptos, têm motivado seu amadurecimento no campo das ciências.

Com vistas à elucidação desse processo histórico discorreremos a seguir sobre: algumas características do contexto (ou mundo do trabalho) no qual a psicodinâmica do trabalho emergiu e se desenvolveu até então; sua trajetória, pautada principalmente nas obras de Christophe Dejours e seus colaboradores; e, finalmente, o desenvolvimento da referida disciplina no Brasil.

Vale ressaltar que sobre métodos de pesquisa e de intervenção adotados sob o enfoque da psicodinâmica do trabalho, abordamos no capítulo 04, no qual apresentamos o desenho metodológico desta pesquisa.

2.1 Uma breve perspectiva sobre o mundo do trabalho contemporâneo

Enquanto no período de transição entre os séculos XIX e XX o mundo do trabalho encontrava-se sob os efeitos da Revolução Industrial; um século depois, o mundo do trabalho encontra-se sob a influência de outras forças, principalmente nas sociedades ocidentais capitalistas. Dentre essas forças, a globalização, o desenvolvimento de tecnologias de informação e automação, a reestruturação produtiva e a ideologia gerencialista, são apenas alguns exemplos.

Ao comentarem sobre as transformações do mundo do trabalho ocorridas nas últimas décadas Zanelli e Bastos (2004, p. 477) afirmam que:

Novos arranjos organizacionais são arquitetados em busca de estruturas organizacionais mais flexíveis. Surgem as organizações em rede e as redes intra-organizacionais. As estruturas burocráticas pesadas ganham mais leveza com o corte de níveis hierárquicos. A terceirização passa a ser uma prática disseminada com forte enxugamento dos trabalhadores centrais. As organizações passam a contar com grupos de trabalhadores que possuem acesso diferenciado a benefícios e a políticas de desenvolvimento. Os processos de trabalho, sob forte impacto das inovações tecnológicas, alteram a relação do indivíduo com a atividade laboral e passam a exigir novas competências e habilidades. Os postos de trabalho se tornam mais fluidos e menos precisamente definidos. Os grupos ou, idealmente, as equipes de trabalho, e é claro os indivíduos são pressionados a dominarem uma gama cada vez mais ampla de tarefas a desenvolverem competências múltiplas. Novos modelos de gestão são construídos tendo em vista a necessidade de manter e ampliar níveis de produtividade em um contexto cada vez mais competitivo.

Apesar desta descrição do “mundo do trabalho”, mesmo que sumária, ter sido publicada em 2004 pelos referidos autores, entendemos serem características ainda marcantes na contemporaneidade. Tais características tornam-se fontes de sofrimento, tanto para aqueles trabalhadores que se mantêm como empregados, como para aqueles que são excluídos das organizações e, com isso, ingressam em grupos de desempregados ou de trabalhadores informais, ambos sem vínculos empregatícios.

Portanto, enquanto as empresas contemporâneas que adotaram este modelo de gestão obtiveram significativos crescimentos quanto aos seus resultados financeiros, pesquisas têm identificado e denunciado efeitos nocivos sobre a saúde mental dos trabalhadores decorrentes de suas relações de e com o trabalho. Efeitos que se manifestam nas dimensões subjetiva e intersubjetiva dos trabalhadores; além de se manifestarem no plano social, principalmente como perda de direitos trabalhistas e do trabalho em si, gerando precarização das relações de trabalho.

No que tange ao impacto deste modelo de gestão sobre a dimensão subjetiva, Gaulejac (2007) aponta e comenta, particularmente, sobre três consequências psicopatológicas: a depressão, o esgotamento profissional e a adição ao trabalho.

Quanto à depressão, o autor afirma que “A pessoa ressentida um mal-estar difuso, uma ‘repulsa’, um sentimento de lassidão, a impressão de não aguentar.” Com sintomas semelhantes considera que no quadro de esgotamento profissional “O aparelho psíquico fica então como um elástico demasiadamente esticado, como se não pudesse relaxar”. E, em relação à adição ao trabalho que se manifesta como superinvestimento ou hiperatividade no trabalho, ele diz que “Os *work addicts* desenvolvem uma relação de dependência do trabalho, apresentando os mesmos sintomas que os dos drogados”. Neste último caso, da hiperatividade no trabalho, é considerada não só como “normal”, mas também como “fonte de orgulho”, inclusive por parte do próprio trabalhador. (GAULEJAC, 2007, p. 222-223).

Nesta mesma perspectiva da banalização da adição ao trabalho, o autor também comenta sobre o estresse, questionando que apesar de ser considerado um quadro que pode levar a patologias físicas e/ou psíquicas, é visto pelas empresas que “cultivam o desempenho” como algo a que os trabalhadores precisam se adaptar, aprendendo a gerenciar. Portanto, “Do lado da empresa, pretende-se que o estresse tenha um caráter estimulante, [...] uma boa dose de ‘bom estresse’ favorece o desempenho” (GAULEJAC, 2007, p. 227).

Corroborando com as análises de Gaulejac (2007), podemos mencionar outros autores, que também têm feito apontamentos sobre os efeitos nocivos do trabalho sobre a saúde/doença mental dos trabalhadores. A partir de pesquisa ação desenvolvida em uma usina nuclear, na década de 1990, Dejours e Jayet (1994), identificaram, dentre outros pontos, que a angústia e o sofrimento decorrentes do trabalho são também utilizados para a produtividade.

Mas, além do estresse (GAULEJAC, 2007), da angústia e do sofrimento (DEJOURS; JAYET, 1994) relacionados ao trabalho, há também alguns efeitos danosos para a saúde provenientes das relações entre os trabalhadores, ou seja, da dimensão intersubjetiva.

A partir da mesma pesquisa mencionada anteriormente, Dejours e Jayet (1994) identificaram uma “[...] fratura dos vínculos de solidariedade, individualismo forçado, retenção de informações, violência e agressividade”; dentre outros “comportamentos” que “[...] se eles tomam tal amplitude, *não é por causa das personalidades*, mas antes por causa das pressões da organização que as *favorecem, as selecionam e as mantêm*” (DEJOURS; JAYET, 1994, p.

109, grifos dos autores). Da mesma forma, Gaulejac (2007) assinala ser o assédio um produto do modelo gerencialista que analisa, haja vista entender que na empresa hipermoderna, “Cada um sofre e exerce pressões em uma corrente sem fim, em que cada elo pode encontrar-se em uma posição de assediador ou de assediado” (GAULEJAC, 2007, p. 203).

Com isso, tanto Dejours e Jayet (1994), como Gaulejac (2007) representam uma gama de pesquisadores que chamam a atenção para a necessidade de entendermos que o sofrimento relacionado ao trabalho – seja individual, seja compartilhado pelo coletivo - provêm do modelo de gestão contemporâneo que se encontra sob a égide do pensamento neoliberal.

Porém, além daqueles trabalhadores que se encontram empregados em organizações de grande, médio ou pequeno porte, de iniciativa privada ou pública, e, portanto, sujeitos às consequências danosas advindas dos respectivos modelos de gestão; consideramos importante ressaltar que existe também um contingente crescente de trabalhadores que exercem suas atividades profissionais na informalidade, sem vínculos empregatícios. Ainda, não podemos deixar de mencionar aqueles que não estão empregados e não possuem nenhum trabalho informal, compondo o grupo dos trabalhadores “sem trabalho/emprego”.

O trabalho informal e o desemprego também têm sido objetos de estudos em publicações de pesquisadores brasileiros, dentre os quais destacamos o texto intitulado *Diferentes faces do trabalho no contexto urbano*, de Sato (2017, p. 158), no qual a autora, apesar de apontar limites em se abordar categorias dicotômicas como emprego-desemprego, formal-informal, legal-ilegal, considera que “Todas elas anunciam que o fenômeno trabalho é bastante complexo e que emprego é apenas uma das modalidades de trabalho existentes”. Com isso, chama atenção para a necessidade de pesquisas voltadas para outras modalidades de trabalho, além do emprego.

Corroborando com Sato (2017) sobre a existência de diferentes modalidades de trabalho no cenário nacional contemporâneo, ressaltamos que: se, por um lado, não podemos negar as diferenças entre esses grupos de trabalhadores quanto aos processos de subjetivação a que estão expostos; por outro lado, não podemos negar também que há aspectos comuns entre os fenômenos psicossociais que afetam tais grupos. Se o desemprego é uma

realidade vivenciada por alguns, é também uma ameaça para outros. A competitividade, as exigências de capacitação profissional e o sofrimento psíquico também são comuns a todos os grupos.

Portanto, independente de trabalhar em uma empresa hipermoderna ou na informalidade, ou mesmo de estar sem trabalho, o sujeito contemporâneo encontra-se submetido a regras de ordem socioeconômicas que geram adversidades em suas relações de e com o trabalho. A exigência de resultados cada vez mais elevados (quanti e qualitativamente), medida por métodos de avaliação individual, é exemplo de tais adversidades, pois incentiva atitudes narcísicas e destroem vínculos de cooperação entre os trabalhadores. (DEJOURS, 2008). Outro efeito dos altos padrões de desempenho exigidos é a exclusão de alguns trabalhadores, já que a competição instalada pelos modelos de gestão leva sempre à manutenção daqueles que atingem melhores resultados e, conseqüentemente, ao desligamento de outros, que ficam desempregados ou passam a trabalhar na informalidade (DEJOURS, 1999a, 2012; SATO, 2017).

Esta lógica do “salve-se quem puder” é a que predomina no contexto atual, elevando a competitividade e a fragilidade dos vínculos profissionais, bem como gerando conflitos no que tange a identidade daqueles que precisam se adaptar constantemente às exigências e possibilidades presentes no mundo do trabalho contemporâneo.

A precariedade das condições estruturais e dos recursos, a sobrecarga de tarefas e funções, a desvalorização em âmbito macro e micro social, as ameaças e agressões vividas no cotidiano, os conflitos interpessoais e políticos que distanciam as pessoas e corroem os vínculos etc.; são fatores presentes no mundo contemporâneo do trabalho (GAULEJAC, 2007; SENNET, 2008).

Diante do exposto, vale destacar que, conforme afirma Dejours (2012) se o sofrimento, e conseqüentemente a saúde ou a doença mental são processos vivenciados individualmente, é na relação com outras pessoas que o ser humano encontra meios para lutar por sua saúde mental.

2.2 Psicodinâmica do trabalho: da psicopatologia do trabalho à clínica psicodinâmica do trabalho

Considerada atualmente como uma das quatro clínicas do trabalho⁵, a psicodinâmica do trabalho tem como precursor o psiquiatra e pesquisador francês Christophe Dejours, que iniciou seus estudos ainda no campo da psicopatologia do trabalho (LHUILIER, 2011).

Estudos publicados por Dejours ao longo das últimas quatro décadas, quando analisados por alguns autores brasileiros (MENDES, 2007a; SOLDERA, 2016), possibilitaram a identificação de diferentes etapas na trajetória da psicodinâmica do trabalho. Enquanto Mendes (2007a) aponta três, Soldera (2016) descreve quatro; sendo que a principal diferença entre as visões dos mesmos consiste em considerar (SOLDERA, 2016) ou não (MENDES, 2007a) como primeira etapa o período no qual Dejours desenvolvia seus estudos sob “[...] influência do modelo médico e dos estudos de Paul Sivadon, Louis Le Guillant, Fernandez-Zoïla e Jean Bégoïn, Moscovitz, e, posteriormente, Veil e J. J. Gillon” (SOLDERA, 2016, p. 72). Portanto, as etapas apontadas por Mendes (2007) como 1, 2 e 3, correspondem ao que Soldera (2016) denomina de fases 2, 3 e 4.

Por considerarmos importante a primeira fase, identificada como pré-estruturação por Soldera (2016), adotamos esta concepção. Assim, entendemos que as quatro fases identificadas ao longo do processo de estruturação da psicodinâmica do trabalho estão distribuídas cronologicamente nos seguintes períodos: Fase 1: de 1950 à década de 1970; Fase 2: nos anos 1980; Fase 3: na década de 1990; Fase 4: a partir do final dos anos 1990 até a atualidade (SOLDERA, 2016).

A Fase 1 corresponde, portanto, ao período dos primeiros estudos desenvolvidos por Dejours que foram embasados em pressupostos da psicopatologia do trabalho; e, voltados para a identificação e descrição de quadros psicopatológicos associados às diferentes profissões. Ou, nas palavras de Dejours e Abdoucheli (1994, p. 121): “No começo das pesquisas em

⁵ Juntamente com: a clínica da atividade, a psicossociologia clínica e a ergologia; conforme abordado no capítulo 01.

Psicopatologia do Trabalho tratava-se de colocar em evidência uma clínica de afecções mentais que poderiam ser ocasionadas pelo trabalho”.

Complementando, Dejours (2004a, p. 50) afirma que:

No entendimento que eu tinha então da relação entre os homens e o trabalho, a organização do trabalho – conceito chave – era considerada como um dado preexistente ao encontro do homem com o seu trabalho, como um conjunto de constrangimentos maciças, monolíticas, inexoráveis mesmo, com o peso e a rigidez dos minerais.

Por esta perspectiva, resultados de alguns de seus estudos constam no livro intitulado *Travail: usure mentale: essai de psychopathologie du travail*, publicado em 1980, na França; e, em 1987 no Brasil, sob o título *A loucura do trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho* (SOLDERA, 2016).

Embora tenham sido pautados nos pressupostos da psicopatologia do trabalho, tais estudos já traziam o embrião para a uma nova perspectiva que foi gerada na década de 1980 e nasceu no início da década de 1990, a psicodinâmica do trabalho. Foi no decorrer da década de 1980 que houve o que o próprio autor denomina de “descoberta” essencial, que trata do “[...] reconhecimento da realidade das situações concretas: a relação entre a organização do trabalho e o homem não é um bloco rígido, está em contínuo movimento” (DEJOURS, 2004a, p. 58).

Movimento que pode ser evidenciado pela discrepância entre as formas como o trabalho é prescrito e realizado, já que estudos demonstraram que, diante de imprevistos ou mesmo da impossibilidade de seguir os procedimentos conforme foram prescritos, os trabalhadores se deparam com o “real do trabalho” que, de acordo com Dejours (2007, p. 17; grifo do autor):

[...] é o que se revela àquele que trabalha por sua resistência ao *domínio* da atividade; é quando um modo operatório convenientemente assimilado e elaborado não funciona adequadamente, colocando-nos diante do inesperado, encontramos-nos, sem dúvida, diante do real. É um paradoxo! Ora, trabalhar é sempre enfrentar o real, e não apenas aplicar procedimentos. Pois o trabalho sempre provoca incidentes, anomalias, panes etc. que põem em xeque as previsões e as predições.

Diante desse paradoxo, os trabalhadores experimentam o sofrimento que está sempre presente nas relações de e com o trabalho, dependendo da forma

como está organizado. Sofrimento que leva o sujeito a acionar sua inteligência para tornar real o que está prescrito, criando novas formas para executar o trabalho; ou a acionar suas defesas psíquicas, para se defender do sofrimento que se manifesta na relação com o trabalho, quando não é possível inovar. (DEJOURS, 1994, 2004a, 2012).

Dejours (2004a, p. 50) percebeu, então, que os trabalhadores “[...] não eram passivos ante os constrangimentos organizacionais, eram capazes de se proteger dos eventuais efeitos nocivos sobre sua saúde mental [...]”; o que o levou a descrever os conceitos de estratégias individuais e coletivas de defesa. Para Gernet (2012, p. 68) esses conceitos se tornaram “A maior descoberta da psicodinâmica do trabalho”.

Assim, Dejours distancia-se da psicopatologia do trabalho e propõe a psicodinâmica do trabalho. Em outros termos,

Relegando progressivamente à periferia da psicopatologia do trabalho a questão das doenças mentais descompensadas, a problemática é então submetida a uma reviravolta epistemológica: não se trata mais de pesquisar, observar ou descrever as doenças mentais do trabalho, mas de considerar que, em geral, os trabalhadores não se tornam doentes mentais do trabalho. Será necessário, neste caso, considerar a “normalidade” como um enigma: como fazem estes trabalhadores para resistir às pressões psíquicas do trabalho e para conjurar a descompensação ou a loucura? (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994b, p. 126-127).

Inicia-se a Fase 3, que transcorre durante boa parte da década de 1990, tendo como principal característica o “nascimento efetivo da psicodinâmica do trabalho”, que em suas próprias palavras consiste em: “[...] análise psicodinâmica dos processos intersubjetivos mobilizados pelas situações de trabalho” (DEJOURS, 2004a, p. 49).

São obras representativas dessa etapa, os livros: *Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*, publicado em 1993; e, *O fator humano*, no ano de 1995 (SOLDERA, 2016). Além dos livros, Dejours também publicou textos, no início da década de 1990, dentre os quais alguns foram traduzidos para o português e publicados no Brasil, em 2004, no livro intitulado *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*, organizado por Lancman e Sznclwar (2004).

Dentre esses textos, merece destaque o *Addendum* que foi acrescentado em nova edição do livro *Travail: usure mentale: essai de psychopathologie du travail*, publicada em 1993, na França. Neste texto, Dejours (2004a) apresenta uma análise retrospectiva dos 12 anos transcorridos desde a publicação original do livro supracitado, onde divulgou o nascimento da psicodinâmica do trabalho.

Além de divulgar o que ele denominou de “reviravolta epistemológica”, Dejours apresentou, nesses textos, resultados de seus estudos desenvolvidos na década de 1980 e nos primeiros anos de 1990; advindos, principalmente, de estudos de casos realizados por meio do método proposto por ele desde 1980, pautado na pesquisa-ação (sobre o que discorreremos no capítulo 04 desta tese). Esses estudos levaram Dejours (2004a, 2004b, 2012) a considerar que o trabalho pode ser tanto benéfico, como nocivo à saúde mental do trabalhador.

De acordo com Mendes (2007a), estudos desenvolvidos sob a perspectiva da psicodinâmica do trabalho, enfocando as vivências de prazer-sofrimento e as estratégias defensivas, possibilitaram a compreensão de que:

Quando o sofrimento pode ser transformado em criatividade, ele traz uma contribuição que beneficia a identidade, aumenta a resistência do sujeito ao risco de desestabilização psíquica e somática e funciona como um promotor de saúde (MENDES, 2007a, p. 35).

Porém, quanto ao outro destino possível para o sofrimento vivenciado pelo sujeito a partir de sua relação com o seu trabalho, Dejours e Abdoucheli (1994, p. 137) afirmam:

Quando foram explorados todos os recursos defensivos, o sofrimento residual, não compensado, continua seu trabalho de solapar e começa a destruir o aparelho mental e o equilíbrio psíquico do sujeito, empurrando-o lentamente ou brutalmente para uma descompensação (mental ou psicossomática) e para a doença. Fala-se então de sofrimento patogênico.

Para compreender os processos implicados na transformação do sofrimento psíquico inerente às relações de e com o trabalho, estudos desenvolvidos por Dejours (1992, 1999b, 2012) foram respaldados tanto pela concepção psicanalítica de ser humano, quanto pela dimensão social do trabalho. Ou seja, “Apoiando-se na teoria psicanalítica do sujeito, a

psicopatologia do trabalho é antissolipsista e sempre *intersubjetiva*” (DEJOURS, ABDOUCHELI, 1994, p. 138, grifo dos autores). Portanto,

Não há para a psicopatologia do trabalho uma relação com o trabalho que seja estritamente técnica, estritamente cognitiva ou estritamente física. [...] A relação com a técnica é sempre secundária e mediatizada pelas relações hierárquicas, relações de solidariedade, relações de subordinação, relações de formação, relações de reconhecimento, relações de luta e relações conflituais (DEJOURS, ABDOUCHELI, 1994, p. 138).

Evidencia-se, assim, a importância da dimensão social para saúde/doença mental no trabalho. Mais especificamente, nas palavras de Dejours (1999b, p. 98) “A saúde de uma pessoa depende muito de seus colegas, assim como suas doenças. Nossa capacidade de resistir ou de ficar doente está intimamente relacionada à qualidade das relações de trabalho”.

Nesta perspectiva, portanto, é a partir de processos intersubjetivos que os trabalhadores compartilham suas defesas psíquicas contra o sofrimento, transformando-as em coletivas; obtêm reconhecimento dos pares por suas criações no processo de trabalho, o que promove a sublimação do sofrimento vivenciado quando não é possível realizar a tarefa conforme está prescrita. É também a partir da relação com outras pessoas que se constrói a identidade, que é central para a manutenção e promoção da saúde mental. (DEJOURS, ABDOUCHELI, 1994).

Diante de constatações como essas configura-se a Fase 4 dos escritos de Dejours que, de acordo com Soldara (2016), coincidem com a quarta fase da psicodinâmica do trabalho: que compreende as seguintes obras publicadas por Dejours: *A banalização da injustiça social*, em 1998; *Avaliação do trabalho submetida à prova do real*, como parte da coletânea organizada por Snelwar e Mascia, em 2008; *Suicídio e Trabalho: o que fazer?*, em 2010; e, *Trabalho Vivo*, em dois volumes, publicados em 2012. Além destes, Dejours publicou também no Brasil o livro *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*, no ano de 2017.

Segundo Mendes (2007a, p. 36), nesta fase “São estudadas patologias sociais como a banalização do sofrimento, a violência moral e a exclusão no trabalho, a servidão voluntária, a hiperaceleração, os distúrbios osteomusculares, a depressão, o alcoolismo e o suicídio”. E, ainda, temas como

centralidade do trabalho e centralidade da sexualidade, emancipação no trabalho, nova política do trabalho, dentre outros (DEJOURS, 2012a, 2012b).

Se até o início da década de 1990 as publicações de Dejours enfocavam o enigma da normalidade, a fim de compreender a dinâmica existente em vivências de prazer/sofrimento, ressaltando conceitos como reconhecimento, sublimação e identidade, por exemplo; a partir do final da década de 1990, conceitos como injustiça, trabalho vivo, cooperação, solidariedade, dentre outros, ganham visibilidade nas obras dejourianas.

Interessante notar que a rede conceitual da psicodinâmica do trabalho ampliou-se significativamente no decorrer de sua trajetória, já que os temas e os conceitos abordados nas últimas obras não substituíram, mas complementaram e/ou contribuíram para o aprofundamento das questões analisadas desde a sua origem. Ilustra esta afirmação a publicação do Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho, em 2013, organizado por Vieira, Mendes e Merlo. Neste constam setenta e seis conceitos/verbetes, descritos e comentados por diferentes pesquisadores brasileiros (VIEIRA; MENDES; MERLO, 2013).

Com isso, vale ressaltar que entendemos ter havido ao longo desta trajetória uma ampliação dos arcabouços teórico e metodológico que respaldam estudos desenvolvidos a partir da psicodinâmica do trabalho. Tendo em vista esta ampliação, abordaremos a seguir algumas questões discutidas pelo autor em textos publicados ao longo da Fase 4, que motivaram a escolha do conceito de solidariedade como objeto desta pesquisa.

No livro intitulado *A avaliação do trabalho submetida à prova do real*, publicado por Dejours em 2003 na França; e, em 2008 no Brasil, ao relatar o estudo do caso de um de seus pacientes que trabalhava como técnico de laboratório de testes da construção civil e obras públicas, o autor descreve a situação em que o paciente se encontrava da seguinte maneira:

O técnico, isolado e finalmente rejeitado, contestado, zombado por sua hierarquia, depois por seus colegas, que tinham se resignado há muito tempo, tinha pesadelos durante a noite, nos quais se via no centro de um recinto de concreto onde via fissuras que se alargavam até ele ser sufocado e depois esmagado, sem que ninguém respondesse aos seus gritos de socorro (DEJOURS, 2008, p. 73).

Em suas conclusões apresentadas neste estudo, Dejours (2008, p. 80) afirma que:

Não há nada de novo nos sentimentos de injustiça provocados pelas apreciações às quais os trabalhadores são submetidos. O que é novo é que, agora, as pessoas se encontram sós diante desses novos métodos de avaliação. De fato, a avaliação individualizada gera condutas de concorrências generalizadas entre trabalhadores que chegam até à deslealdade. O resultado mais tangível desses novos métodos de avaliação é a desestruturação da solidariedade, da lealdade, da confiança e do prazer de conviver no trabalho

Além das situações de avaliação individual de desempenho, Dejours (2013) aponta também para a desestruturação da solidariedade ao analisar a questão de assédio moral no trabalho. No texto intitulado *O trabalho entre banalização do mal e emancipação*, publicado em 2013, ele comenta que, embora o assédio moral no trabalho tenha sido descrito detalhadamente por Marie-France Hirigoyen em 1998, “O que falta no livro é precisamente o fato de que o assédio no trabalho ocorre em público, à vista e com o conhecimento da maioria, se não de todos” (DEJOURS, 2013, p. 87).

Esta questão - os motivos que levam as pessoas a se manterem indiferentes ou até mesmo participarem de situações de violência ocorridas com seus próprios pares no contexto do trabalho – foi objeto de análise não só neste texto, mas também nos livros *A banalização da injustiça social* e *Trabalho vivo*.

Especificamente no artigo supracitado, ao analisar situações de assédio moral no trabalho, Dejours (2013, p. 87) afirma: “O que há de novo hoje é o *desaparecimento da solidariedade*” (grifo do autor), ao que complementa “Se hoje o assédio provoca tamanha devastação psicopatológica é porque se trata, sobretudo, de uma patologia da solidão ou, melhor ainda, da desolação, no sentido que Hanna Arendt dá a esse termo (Arendt, 1951/1972)” (DEJOURS, 2013, p. 87).

Desolação e banalidade do mal são conceitos tratados por Hanna Arendt, aos quais Dejours (1999a) recorre, principalmente, em *A banalização da injustiça social*, para analisar situações marcadas por injustiças ou violências, ocorridas no trabalho. Além de se referenciar em contribuições de Arendt, no livro *Trabalho vivo – Sexualidade e Trabalho*, o autor recorre também a alguns escritos de

Freud e de Laplanche, que discorrem sobre a centralidade da sexualidade nas condutas humanas (DEJOURS, 2012a).

Isto posto, consideramos importante ressaltar que embora as obras supracitadas tenham um papel fundamental na divulgação da psicodinâmica do trabalho, elas representam apenas uma parte da produção de conhecimento embasada por este referencial. Além de haver muitos outros escritos de Dejours, em forma de artigos, conferências etc., publicados ou não no Brasil, há também uma vasta produção de conhecimento oriunda de estudos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros, sobre o que abordamos a seguir.

2.3 A psicodinâmica do trabalho no Brasil: um panorama geral

Quando resgatamos a história da psicodinâmica do trabalho no Brasil, percebemos de antemão que embora tenha nascido na França chegou rapidamente aos centros de pesquisa existentes em âmbito nacional. Apesar de Dejours ter vindo ao Brasil pela primeira vez em 1984, quando participou de um seminário franco-brasileiro organizado por Helena Hirata e Anie Thebout em São Paulo (DEJOURS, 2017a); seus estudos tornaram-se conhecidas no país, principalmente, a partir da tradução para o português e publicação no Brasil do livro intitulado *A loucura do trabalho*, em 1987.

Desde então, várias outras produções de Dejours (como livros e artigos científicos, por exemplo) foram traduzidas e publicadas em território nacional. Além disso, Dejours proferiu palestras e conferências em diversos eventos acadêmicos, concedeu entrevistas e recebeu pesquisadores brasileiros na França, seja como pós-graduandos, seja como membros do laboratório de pesquisa que coordena. (DEJOURS, 2017a).

Como decorrência dessa proximidade e provavelmente como resultado do interesse de pesquisadores brasileiros sobre a psicodinâmica do trabalho, a mesma tem se destacado não só como uma das principais correntes no campo de saúde mental e trabalho (JACQUES, 2003), mas também como uma das clínicas do trabalho mais estudadas e adotadas em pesquisas e intervenções realizadas no Brasil (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011). Ainda, de acordo com Dejours (2017b), a França e o Brasil são os países onde a psicodinâmica do

trabalho tem sido mais amplamente divulgada e adotada como referencial para pesquisas e intervenções no campo das clínicas do trabalho, voltadas para a saúde mental de trabalhadores.

Como indicadores do espaço ocupado pela psicodinâmica do trabalho em âmbito nacional, podemos mencionar: laboratórios de pesquisas vinculados a Instituições de Ensino Superior (IES), linhas de pesquisa em programas de pós-graduação, havendo diversas teses e dissertações já concluídas; além de publicações de livros e artigos em periódicos científicos com resultados de diferentes estudos e/ou intervenções desenvolvidas sob o referencial da psicodinâmica do trabalho. Estudos recentes (MACÊDO, 2017; MACHADO; MACÊDO, 2016) abordam tais aspectos que nos ajudam a compreender o estado da arte da psicodinâmica do trabalho no país.

No que tange a laboratórios de pesquisas em psicodinâmica do trabalho, destacamos o relatório de Estágio Pós-doutoral, disponível na *web*, concluído por Kátia Barbosa Macêdo, em 2017, no qual constam dados sobre a estrutura, o funcionamento e as atividades desenvolvidas no laboratório criado e coordenado por Christophe Dejours em Paris; bem como em laboratórios brasileiros também voltados para a psicodinâmica do trabalho. O laboratório coordenado por Dejours, foi criado em 1990 no *Conservatoire National des Arts e Métiers* (CNAM)⁶⁶, mas encontra-se alocado na *Université Paris Descartes 5*, desde 2013, sendo denominado como Grupo de pesquisa em psicanálise, saúde e trabalho. (MACÊDO, 2017).

Quanto aos laboratórios existentes no Brasil, Macêdo (2017) versou sobre seis deles. O primeiro, fundado em 2003, encontra-se alocado na Faculdade Medicina da Universidade de São Paulo (USP), coordenado por Selma Lancman. O segundo, criado em 2004, encontra-se na Universidade Católica de Brasília (UCB) e é coordenado por Kátia Brasil. O terceiro foi fundado em 2007 na Universidade de Brasília (UnB), por Ana Magnólia B. Mendes. Em 2008 foi instituído o quarto laboratório apresentado, sob a coordenação do professor Álvaro Crespo Merlo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O quinto foi fundado em 2010 na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e

⁶⁶ Denominado inicialmente como Laboratório de Psicologia do Trabalho teve sua denominação alterada para Laboratório do Trabalho e da Ação em 2001, ainda no CNAM. (MACÊDO, 2017).

tem sido coordenado por Rosângela Dutra de Moraes. E, o sexto foi instituído em 2014 na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e se encontra sob a coordenação de Janine Kieling Monteiro.

Dentre tais coordenadores de laboratórios Ana Magnólia B. Mendes (UnB), Selma Lancman (USP) e Álvaro Crespo Merlo (UFRGS) aparecem, respectivamente, na pesquisa de Machado e Macêdo (2016) como os coordenadores da primeira, terceira e quarta maiores redes de cooperação científica em psicodinâmica do trabalho no Brasil. Em segundo lugar aparece Milton Athayde que, embora tenha vários autores dos textos analisados ligados a ele, “não pesquisa diretamente em PDT” (MACHADO; MACÊDO, 2016, p. 19). Portanto, apesar de Milton Athayde ser identificado como um “nó”, ou seja, como um coordenador/centralizador, ele não coordena nenhum laboratório de pesquisas em psicodinâmica do trabalho, mas é conhecido em âmbito nacional por seus estudos no campo da saúde do trabalhador.

Na pesquisa de Machado e Macêdo (2016) foram analisados 95 artigos, publicados entre 2000 e 2014, encontrados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/Ministério da Educação (MEC), que abordam a psicodinâmica do trabalho. Os resultados dessa análise foram descritos em duas categorias: características das publicações como a distribuição cronológica, os tipos e a classificação dos veículos de divulgação, o número de autores, as principais palavras utilizadas etc.; e, o perfil dos autores, como o gênero, a titulação, a filiação institucional e a localização geográfica etc. (MACHADO; MACÊDO, 2016). Embora seja um estudo descritivo interessante, consideramos importante destacar aqui apenas alguns dos aspectos analisados.

Quanto à distribuição geográfica dos autores dos textos analisados, Machado e Macêdo (2016) identificaram que a região Sudeste é a que aparece em primeiro lugar com 18 instituições, às quais os autores encontravam-se filiados; seguida pela região Sul com 17, a região Centro-Oeste com 06, a região Nordeste com 05 e a Norte com 03.

Outro aspecto analisado na referida pesquisa consiste nos anos de publicação dos artigos, que demonstrou uma maior concentração dos mesmos no período entre 2009 e 2012; bem como um decréscimo nas publicações

científicas nos anos de 2013 e 2014, o que, para Machado e Macêdo (2016, p. 15), “[...] mereceria maior análise”.

Concordamos com os autores que o referido decréscimo identificado na frequência das publicações em análise merece uma investigação, pois parece estar na contramão do crescimento de programas de pós-graduação no Brasil, no decorrer das últimas décadas. Por outro lado, sabemos também que, nos últimos anos, as IES públicas (que abrigam a maior parte dos programas de pós-graduação) encontram-se em estados de crescente precarização com número reduzido de docentes, principalmente devido a aposentadorias de alguns sem contratação de novos docentes; bem como à sucessivos cortes nos repasses de verbas para a área de educação em nosso país. Além da mencionada precarização, acreditamos haver outros fatores que precisam ser investigados para elucidar tal fato.

Contudo, consideramos importante ressaltar que, apesar de haver algumas questões em aberto sobre o histórico dessa disciplina, percebemos diferentes fases, como já mencionado no tópico anterior deste capítulo. Sejam três ou quatro fases, identificadas por diferentes autores (MENDES, 2007a; SOLDERA, 2016) o que os estudos nos mostram é que, assim como outros referenciais teóricos e metodológicos, a psicodinâmica do trabalho vem passando por mudanças quanto aos seus objetos de estudo, conceitos e métodos de intervenção.

Mudanças que proporcionaram revisões motivadas pelas próprias pesquisas desenvolvidas sob o referencial em questão, bem como frutos de críticas apontadas por pesquisadores de outras linhas de pensamento. A título de ilustração podemos mencionar dentre tais críticas formuladas por pesquisadores brasileiros, as publicadas de Lima (1998) e Codo (2006), atuantes na área de POT, mais precisamente no campo de saúde mental e trabalho.

No texto *Psicopatologia do Trabalho: origens e desenvolvimentos recentes na França*, Lima (1998, p. 10), ao mencionar o impacto da publicação do livro intitulado *A loucura do trabalho*, de Christophe Dejours, sobre o desenvolvimento do campo de estudos denominado como Saúde Mental e Trabalho no Brasil, afirma que:

[...] se é inegável a importância dessa publicação (e de outras publicações do mesmo autor) para o desenvolvimento dessa especialidade no Brasil, não se pode negar também que a (quase) ausência de discussão em torno da obra de autores que também contribuíram para o crescimento dessa disciplina na França, favoreceu o surgimento de um viés em nossas pesquisas e produções teóricas sobre o assunto.

Além desta crítica, e ainda sobre as produções de Dejours, Lima (1998, p. 14) afirma ser polêmica a “[...] busca de recurso na psicanálise a fim de explicar o sofrimento psíquico do homem no trabalho”. Corroborando com tal afirmativa, Codo (2006) diz que apesar de ter relutado muito, decidiu escrever e publicou um texto intitulado *O sujeito trabalhador apesar do seu trabalho? Um exame dos escritos de Christophe Dejours (2000)*. Neste texto, Codo (2006) analisa várias afirmações de Dejours, discordando das mesmas, como a concepção de trabalho, o uso da psicanálise, dentre outras.

Certos de que as divergências de opiniões e as críticas que decorrem das mesmas sejam inerentes ao avanço das ciências, afirmamos que, não obstante termos conhecimento de críticas traçadas ao referencial que adotamos nesta pesquisa, a psicodinâmica do trabalho; as mesmas nos instigam a reflexões e a busca por respostas para as lacunas que podem denunciar. Em outros termos, apontamos essas críticas com o intuito de deixar claro que, como qualquer outra disciplina teórica, a psicodinâmica do trabalho também precisa ser repensada e até desconstruída e reconstruída por estudos que venham a elucidar/rever as formas de compreender e explicar certos fenômenos e conceitos.

Finalmente, entendemos que o breve retrospecto apresentado neste capítulo sobre a história da psicodinâmica do trabalho, evidencia que a mesma não se manteve estática/imutável ao longo de quase quatro décadas, mas tem passado por transformações compatíveis com o processo de construção de conhecimento, bem como com as demandas e configurações do trabalho na contemporaneidade.

3 A SOLIDARIEDADE: DAS RAÍZES AOS SENTIDOS DO CONCEITO

A solidariedade tem sido um termo recorrente não somente em nosso cotidiano, como também ao longo de nossa história. É frequente ouvirmos o uso do termo com diferentes conotações como "solidariedade feminina ou masculina", "solidariedade entre gerações", "solidariedade cristã" etc.; o que nos faz pensar ser o mesmo um termo multifacetado, passível de diversas conotações.

Portanto, para compreendermos o conceito de solidariedade percorremos dois caminhos: o conhecimento sobre a genealogia do termo; e, uma análise de definições em dicionários contemporâneos, por exemplo; cujos resultados encontram-se nos tópicos a seguir.

3.1 A solidariedade ao longo da história: uma revisão

Percorrendo o primeiro caminho supracitado, procuramos entender a origem e o desenvolvimento do termo solidariedade ao longo da história, a partir de autores contemporâneos que se dedicaram ao tema; dentre os quais alguns deles (CONSTANTINO, 2009; WESTPHALL, 2008; ZOLL, 2007) afirmam que a palavra solidariedade tem sua origem ligada ao da palavra *solidare* (do latim) que, por sua vez, provém do termo *obligatio in solidum*, originário no Direito Romano⁷. Mais especificamente, no Direito Romano Justiniano (CONSTANTINO, 2009), que vigorou entre 527 d. C. a 565 d. C.

Apesar da forte influência do termo jurídico *obligatio in solidum*, que emergiu no início da Idade Média (século VI), Constantino (2009) e Westphal (2008) apontam outras duas fontes para os múltiplos sentidos atrelados ao conceito contemporâneo de solidariedade: a "amizade cívica grega" e a "ideia bíblica cristã de fraternidade" que, segundo Constantino (2009), são anteriores ao termo *obligatio in solidum*.

⁷ Segundo Benigno Núñez Novo (2018), o Direito Romano vigorou por cerca de 12 a 13 séculos (entre 753 a.C. e 565 d.C.) e influenciou diversas culturas, inclusive a elaboração da Constituição Federal do Brasil.

A “amizade cívica” (*Bürgerfreundschaft*, do grego *philia* e do latim *amicitia*), foi definida na Antiguidade Clássica (que perdurou entre 800 a.C. a 476 d.C.) por Aristóteles, que viveu entre 384 e 322 a.C. Segundo Constantino (2009, p. 24) a amizade cívica, ou “[...] a ideia de amizade, entre os antigos, deve ser entendida, antes de tudo, como um sentimento de caráter cívico, estamental e circunscrito a *polis*.” Embora fosse “permitida” apenas aos homens livres que se encontravam no topo da hierarquia social, visava o bem comum. Em outras palavras, Constantino (2009, p. 25) afirma que “A rede de amizade entre cidadãos homens deveria neutralizar a estrutura quase mafiosa dos clãs e famílias para assegurar a paz e promover o bem comum”.

Mas, enquanto a amizade cívica competia à apenas uma parcela da população, homens livres, considerados superiores aos demais; a segunda raiz do conceito de solidariedade anterior ao termo *obligatio in solidum*, “a ideia bíblica cristã de fraternidade” parte do pressuposto de que “[...] todos os homens, mesmo os melhores, diante da perfeição divina imensurável, são infinitamente imperfeitos e nivelam-se em face dela” (CONSTANTINO, 2009, p. 27). E, ainda, de acordo com Westphal (2008, p. 44) “O significado de fraternidade denota que os cristãos, além dos laços consangüíneos, são irmãos em Cristo. Esta unidade em Cristo compromete-os ao amor ao próximo, que deve ser expresso em atitudes”.

Portanto, ao mesmo tempo em que a fraternidade cristã traz em seu bojo um aspecto comum a todos, uma certa simetria entre os seres humanos que os iguala entre si (como irmãos), mas os diferencia de Deus; considera também aspectos que os diferenciam entre si; uma vez que “[...] essa ‘solidariedade’ de caráter cristão muitas vezes se associa a uma ideia de assimetria, de desnível entre as partes: alguém, solidariamente, ajuda, sem esperar nada em troca, e alguém, humildemente, recebe” (CONSTANTINO, 2009, p. 29). Decorrem, portanto, da fraternidade cristã os sentidos atribuídos à solidariedade associados à caridade, já que a ênfase desta está nas relações humanas e não nas ações de cunho político estatal (WESTPHAL, 2008).

Vale destacar ainda, o papel exercido pelo catolicismo nas sociedades pré-modernas, principalmente na Idade Média, no que diz respeito à diferenciação de classes e ao uso do poder da Igreja para manutenção do *status quo* daquelas sociedades. Para Constantino (2009, p. 27),

Se a fé (igualitária) equipara todos os homens indiscriminadamente, o conhecimento (elitista), junto à graça e à própria fé, dotam alguns (os que possuíam alguma educação) de autonomia para o reconhecimento da verdade (este mesmo impulso autonomizante gradualmente delimitará esferas de valor independentes, como economia, política, arte), enquanto aos possuidores apenas da fé, resta tão somente a submissão passiva aos desígnios da Igreja e a sua disciplina pedagógica.

Não obstante as duas raízes abordadas estejam conectadas a dimensões distintas da sociedade – a fraternidade cristã à religião; e, a amizade cívica à política – ambas trazem em suas essências que as ações dos mais ricos devem se voltar para beneficiar os mais pobres, a fim de promover o bem comum ou uma sociedade mais equilibrada em termos econômicos e sociais.

Dentre estas raízes, os sentidos advindos da amizade cívica parecem ter sido os que menos permaneceram. Nas palavras de Constantino (2009, p. 28-29) “Sua raiz “republicana”, da amizade cívica, diluiu-se tanto no significado jurídico expresso pelo *obligatio in solidum* quanto na fraternidade bíblica [...]”. No entanto, ainda para o mesmo autor “[...] a moderna ideia de democracia herdaria ambas as tradições, a fraterna solidariedade judaico-cristã e a solidariedade cidadã greco-romana” (CONSTANTINO, 2009, p. 29).

Dito isso, passemos agora à terceira raiz do termo solidariedade, *obligatio in solidum*, que emergiu já no início da Idade Média. De acordo com Constantino (2009, p. 22) podemos compreender este termo da seguinte forma: “[...] as obrigações solidárias constituem-se de tal maneira que cada credor pode exigir de cada um dos devedores a totalidade da prestação, e esta, uma vez cumprida, desobriga todos os outros”; haja vista que neste caso de “obrigação” jurídica pode haver vários credores e vários devedores de um único objeto. Complementando, afirma que:

Assim, o conceito jurídico romano *in solidum* expressava uma obrigação moral de todos para com todos, com a unidade, com a justiça, com a *solidariedade*; uma lealdade e uma responsabilidade global, como na máxima “um por todos e todos por um”: *obligatio in solidum*. (CONSTANTINO, 2009, p. 23, grifos do autor).

De acordo com Zoll (2007), a etimologia da palavra solidariedade está vinculada ao termo *solidum*, do qual se originou a palavra *solidare*; e,

posteriormente: *solidarité* e solidariedade. Para Constantino (2009), além da origem da palavra estar associada ao referido termo jurídico, algumas características pertinentes ao mesmo (como: a ideia de reciprocidade; de intersubjetividade; e principalmente de justiça) encontram-se entre os diferentes sentidos atribuídos à solidariedade na contemporaneidade.

Ilustra estas concepções, a definição da palavra francesa *solidarité* em uma obra prima do Iluminismo francês, a *Encyclopédie* de Denis Diderot e Jean Lê Rond d'Alambert, que consiste em: “É a qualidade de uma obrigação, em que vários devedores se declaram dispostos a pagar um valor emprestado ou que devem” (ZOLL, 2007, p. 21). Além desta, edições desde 1694 até 1835 do *Dictionnaire de l'Académie française* apresentaram definições para a palavra *solidarité* pautadas no sentido de obrigação/responsabilidade solidária, advindo do direito romano (ZOLL, 2007).

Mas, embora a palavra *solidarité* já existisse e o seu significado ainda estivesse atrelada ao conceito jurídico, imperava o uso da palavra *fraternité* que foi sendo incorporado a organizações sociais e à movimentos políticos e sociais ocorridos nos séculos XVII e XVIII. Como exemplos da ampliação do uso da *fraternité*, além do âmbito religioso, Zoll (2007) menciona confrarias profissionais, associações e a maçonaria, que surgiram naquele período em diferentes países da Europa.

Vale destacar também, como exemplo do uso da *fraternité* em âmbito social e político, a Revolução Francesa, ocorrida em 1789 (o marco histórico do fim da Idade Moderna e início da Contemporânea), que marcou a substituição do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista. Apesar de ter composto o lema da referida revolução juntamente com as palavras *liberté* e *égalité*, a *fraternité* é tida como “o primo pobre” ou o ponto de menor relevância dos três (CONSTANTINO, 2009). Nesta mesma linha de pensamento, Zoll (2007, p. 45) afirma que “Foram plantadas ‘árvores de liberdade’, também árvores de fraternidade, porém menos”.

Tida por historiadores como “sentimento”, não como princípio, foi mencionada aleatoriamente na Constituição Francesa de 1791, não foi mencionada na de 1793, exercendo influência apenas na Constituição de 1848, por pressão do movimento revolucionário (ZOLL, 2007). Isso porque, foi no decorrer das últimas décadas do século XVIII e das primeiras do século XIX, que

o conceito de solidariedade passou por transformações e foi substituindo o de fraternidade. Emergia, portanto, um novo sentido do conceito de solidariedade, que:

[...] herdou ambas as tradições, a republicana e a bíblica, renunciando, entretanto, a uma parte essencial desse legado. Ela reteve da amizade republicana seu caráter público-político, afastando-se paulatinamente do ethos de classe elitista-particularista e, adicionalmente, negando o fundamento do amor ao próximo cristão – seu caráter apolítico – sem renunciar, no entanto, a sua pretensão universalista (CONSTANTINO, 2009, p. 32).

Porém, se por um lado a fraternidade defendida como ideal da Revolução Francesa afastou-se do sentido assistencialista bíblico cristão; por outro lado, o afastamento do “ethos de classe elitista-particularista” não passou de uma ilusão, haja vista que “[...] os anos posteriores à deflagração da Revolução Francesa presenciariam, paulatinamente, a substituição da aristocracia da nobreza pela aristocracia do império burguês” (CONSTANTINO, 2009, p. 36).

Ainda para o autor, este novo sentido se expressa tanto nos movimentos trabalhistas quanto nos estudos de Émile Durkheim⁸, no sentido da “pretensão de uma *forma igualitária de solidariedade orgânica*” (CONSTANTINO, 2009, p. 32, grifo do autor).

Reforçando as mudanças nos sentidos atribuídos ao conceito de solidariedade a partir da Revolução Francesa, então, o termo passou a ser incorporado ao movimento trabalhista, em meados do século XIX distanciando-se do sentido advindo da fraternidade bíblico cristã, já que este movimento “[...] provavelmente se sentia desconfortável com um conceito (fraternidade) com evidentes conotações religiosas” (CONSTANTINO, 2009, p. 269).

Surgiu, assim, o sentido de coesão social que, embasa o que se denomina de solidariedade operária ou trabalhista, com uma conotação de união entre pessoas que se encontram em situações iguais, e lutam contra um adversário comum (ZOLL, 2007). No mesmo sentido, para Constantino (2009, p. 44), a solidariedade aparece “[...] como um claro conceito de luta, uma causa pela qual todos se uniam concretamente, solidariamente”.

⁸ Versaremos sobre esses estudos no decorrer deste capítulo.

Ademais, para Zoll (2007), o período entre o final do século XIX e início do século XX foi “a era da mobilização operária e da ideia da solidariedade”, já que:

Na França formou-se um governo de esquerda; na Inglaterra o *New Unionism* atribuiu à solidariedade um significado abrangente, abrangendo trabalhadores qualificados e não qualificados, e na Alemanha caíram as leis antissocialistas, sindicatos eram criados, recriados ou se fortaleciam. Quase todas as organizações do movimento operário registravam numerosas adesões (ZOLL, 2007, p. 62).

Interessante notar que esse crescimento do movimento operário se deu em função das péssimas condições em que se encontravam os trabalhadores que deixavam o campo em busca de “trabalho assalariado” nas incipientes indústrias que surgiram a partir da Revolução Industrial, que teve início no final do século XVIII na Inglaterra, mas expandiu-se por outros países da Europa no decorrer do século XIX.

Naquele cenário, diversos estudiosos dedicaram-se à compreensão dos efeitos sociais advindos da substituição do modo de produção artesanal e de subsistência pelo modo de produção capitalista, dentre os quais destacamos Karl Marx (1818-1883); e Émile Durkheim (1858-1917). Mas, se por um lado ambos tiveram interesses comuns, por outro lado, suas análises percorreram percursos e chegaram a posicionamentos bem diferentes.

Enquanto Marx torna-se uma das principais referências para interpretações críticas do capitalismo e, conseqüentemente, defensoras do socialismo; Durkheim destaca-se por sua interpretação tida como “acrítica” da divisão social do trabalho, objeto de um de seus estudos, defendendo ser esta uma forma de promover a harmonia social, a partir da solidariedade orgânica. Ainda, enquanto Marx não tratou diretamente da solidariedade, Durkheim não só a abordou como tornou-se uma referência contemporânea bastante mencionada quando se trata da conceituação de solidariedade.

Quanto a Marx, portanto, Zoll (2007, p. 57) afirma que o mesmo “[...] raramente utilizou-se do termo solidariedade, [...] prefere a expressão associação” para se referir à coesão inerente aos movimentos de trabalhadores; embora tivesse usado o termo solidariedade como princípio básico da Associação Internacional do Trabalho (AIT). Ainda de acordo com Zoll (2007, p.

57), mesmo sem utilizar o termo solidariedade, sempre enfatizou um de seus aspectos “[...] o da relação social dos indivíduos” no sentido da interdependência econômica e social, em contraponto ao liberalismo.

Corroborando com Zoll (2007), Westphal (2008, p.47) considera que:

A concepção marxiana de solidariedade parte da premissa, de que ações solidárias sobre a base de experiências comuns de exploração e subordinação colocam o instrumento adequado para superação das relações capitalistas de exploração.

Constantino (2009), assim como Westphal (2008), baseado nas afirmações de Zoll (2007), afirma que, apesar de raramente utilizada nos escritos de Marx, a ideia de solidariedade apareceu nos mesmos mais com o sentido de cooperação, que de coesão entre os trabalhadores.

Ainda de acordo com Constantino (2009, p. 48) algumas “práticas de organização do trabalho e de socialização” - que surgiram no final do século XVIII, mas tiveram êxito entre 1840 e 1880 - culminaram em um “[...] movimento social baseado na solidariedade entre os trabalhadores”, denominado cooperativismo. Prosseguindo, o autor afirma que, na visão de Marx, o cooperativismo seria fundamental para acabar com o que ele considerava a “anarquia da divisão social do trabalho”. Ou, nas palavras do autor, temos que:

[...] o fundamental, para Marx, seria que as cooperativas *cooperassem* entre si segundo um plano político definido e *orquestrado*; em rede e em grande escala; *transnacionalmente*, embora devesse, primeiramente, constituir-se com solidez no âmbito legal das nações (CONSTANTINO, 2009, p. 50, grifos do autor).

Não obstante tal defesa da solidariedade como mola propulsora para o cooperativismo, o referido autor observa que a solidariedade se consolidou como conceito de luta, via movimento sindical, durante o século XX; sendo que, apenas nas últimas décadas do mesmo, o cooperativismo ressurgiu no âmbito da Economia Solidária⁹ (CONSTANTINO, 2009).

Mas, se para Marx a “divisão social do trabalho” do modo de produção capitalista era vista como causa de conflitos, para Durkheim consiste em força geradora de coesão, ou seja:

⁹ Abordaremos sobre a origem da Economia Solidária, no decorrer do texto.

Em sua análise da divisão do trabalho, conclui que esta, para as sociedades modernas, possuía uma função outra que apenas econômica, relacionada à integração social – ela seria a principal fonte de solidariedade social, intuição esta que Comte já havia exprimido. É na divisão do trabalho – que para os marxistas seria a causa de todos os conflitos – que se encontra a mais poderosa força geradora de coesão (CONSTANTINO, 2009, p. 60).

Partindo de uma analogia com o corpo de um ser vivo, Durkheim analisou o problema da ordem social e dos vínculos sociais em sua publicação intitulada *Sobre a divisão social do trabalho*, definindo dois conceitos de solidariedade: a mecânica e a orgânica (ZOLL, 2007, p. 29). A primeira, solidariedade mecânica (ou “automática”), sucede da situação social comum, isto é, igual ou similar; ocorrendo quando ideias e/ou sentimentos comuns a todos superam o que compete ao indivíduo, gerando coesão social (ZOLL, 2007).

Quanto à segunda, a solidariedade orgânica, por sua vez, advém da diferenciação social gerada pela divisão social do trabalho, promovendo uma interdependência social, o que Durkheim vê como um progresso. Nesta solidariedade, “[...] as pessoas enquanto partes do corpo social interdependem como se partes de um corpo orgânico” (ZOLL, 2007, p. 31).

Com isso, Durkheim defendeu a ideia de que cada um dos dois tipos de solidariedade corresponde a momentos diferentes no decorrer da história, sendo que a mecânica é característica da sociedade segmentada e a orgânica da sociedade de trabalho diferenciado. De acordo com Furtado (2011, p. 105) a solidariedade mecânica era aquela exercida nas sociedades primitivas “[...] utilizada para garantir padrões de sobrevivência e de sociabilidade mínima [...] e que não ajuda a constituir uma consciência coletiva”. No que tange à solidariedade orgânica, Furtado (2011, p. 105) afirma que

[...] é gerada pela divisão de trabalho social, na sociedade moderna, e constitui uma forma superior de organização para além da organização entre indivíduos, constituindo uma consciência coletiva que é superior à consciência individual.

Diante de tais definições, Furtado (2011, p. 105) tece a seguinte crítica a Durkheim:

Evidentemente, Durkheim não leva em consideração as contradições sociais nem faz uma análise histórica do capitalismo. Ele constrói uma metáfora biológica considerando a sociedade e a cultura como um organismo que evolui e que chega ao seu melhor estágio naquele momento de sua análise.

Vale ressaltar ainda que, a esses dois tipos de solidariedade descritos por Durkheim (a mecânica e a orgânica), correspondem ao que Zoll (2007) considera como a “velha” e a “nova” solidariedade. Para ele, enquanto “[...] a ‘velha’ representa uma relação entre iguais e/ou um elo social numa comunidade” (ZOLL, 2007, p. 13); a nova seria “[...] a solidariedade com aqueles que são diferentes, são estranhos, é solidariedade que ultrapasse os limites do grupo, da comunidade” (ZOLL, 2007, p. 14).

Defende Zoll (2007) que apesar de existir desde as sociedades pré-modernas, a solidariedade entre diferentes (nova/orgânica) ainda é menos presente na contemporaneidade que aquela entre iguais (velha/mecânica); o que ao seu ver precisa ser alterado, de tal forma que a nova solidariedade se torne predominante na sociedade.

Se, por um lado, o crescimento dos movimentos da classe trabalhadora em busca de direitos, ocorridos entre o final do século XIX e o início do século XX, pautavam-se sobre uma solidariedade entre iguais (a solidariedade operária); por outro lado, no mesmo período emergiu na França um movimento que ficou conhecido como solidarismo. De acordo com Constantino (2009, p. 269) no solidarismo francês a

Solidariedade voltaria a estar atrelada às conotações altruístas de seu veio religioso, e não mais apenas ao seu sentido político de luta e semelhança, que vinha prevalecendo desde seus desdobramentos iniciais a partir da Revolução Francesa.

Complementando, segundo Westphal (2008, p. 45) o solidarismo “[...] influenciou a filosofia social e a política social francesas e a doutrina social da igreja católica. [...] objetivando a formulação de uma alternativa nos planos social, econômico e político, com um sentido consensual e universal”. Destacaram-se como representantes do solidarismo francês Charles Gide e Léon Bourgeois que enfatizavam a importância do Estado e das políticas sociais para a promoção da justiça e da coesão social (WESTPHAL, 2008). Na Alemanha, por sua vez, destacaram-se como fundador, Heinrich Pesch (1854-1926); e, representantes

do solidarismo, Gustav Grundlach (1892-1963), Oswald von Nell-Breuning (1890-1993), Arthur Fridolin Utz (1908-2001) (WESTPHAL, 2008).

Apesar de ter havido vários representantes deste movimento, de acordo com Constantino (2009), foi por meio da implantação da doutrina solidária de Léon Bourgeois, que a solidariedade passou a ser um conceito chave político naquele período, sendo não apenas precursor do Estado de bem-estar, mas também da democracia. Vale ressaltar que Léon Bourgeois se tornou primeiro ministro da França em 1895, tendo liderado o partido democrático de esquerda *Radicaux Socialistes*.

Antes da publicação da doutrina solidária de Bourgeois, o conceito de solidariedade já vinha sendo tematizado na Economia, na Sociologia, em associações intelectuais, no movimento trabalhista, entre maçons e protestantes. Porém, baseado na ideia de uma “dívida social”, o solidarismo

[...] se apresenta a todos os indivíduos no momento em que se tornam sujeitos de direito, isto é, a partir do momento em que dispõem dos direitos à educação, aos bens básicos necessários à sobrevivência e às formas de seguridade contra os riscos da vida moderna (CONSTANTINO, 2009, p. 69).

Com isso, a solidariedade também foi incorporada em políticas sociais no âmbito do modelo de Estado de bem-estar social, que se caracteriza de forma geral pelo “[...] pleno emprego e a extensão crescente dos direitos sociais vinculados à relação salarial” (LIMA; SOUZA, 2014, p.143); que emergiu em países da Europa Ocidental e foi posteriormente adotado em países americanos, no decorrer dos séculos XIX e XX.

A partir deste modelo de gestão pública a solidariedade foi incorporada nas “estruturas” e “instituições”, promovendo o que Westphal (2008) denominou de “desindividualização” da responsabilidade entre os cidadãos. Em suas próprias palavras:

[...] a institucionalização e a burocratização do princípio da solidariedade nos sistemas de seguridade social no Estado de bem-estar, angular na organização do Estado moderno, impessoalizaram as dimensões relacional e humana da solidariedade, tornando-as uma abstração (WESTPHAL, 2008, p. 49).

Por outra perspectiva, mas ainda sobre a incorporação da solidariedade em políticas sociais, Zoll (2007) ressalva que é preciso diferenciá-las de assistência social; já que enquanto as políticas sociais competem ao Estado, a assistência social implica em caridade e compaixão o que se dá em situações nas quais há uma diferença hierárquica entre receptor e o doador. Zoll (2007) ressalva também que a solidariedade em forma de ajuda mútua que ocorreu na pré-modernidade se deu entre pessoas que participavam do mesmo grupo (como família, vizinhança, corporações religiosas etc.); sendo que “Esse tipo de solidariedade nada tinha a ver com assistência ao pobre” (ZOLL, 2007, p. 90).

Portanto, é preciso ter claro que a assistência não almeja a igualdade, ao passo que a política social visa promover a equidade socioeconômica entre os cidadãos, a fim de reduzir a diferença entre classes sociais. Ainda para Zoll (2007, p. 91),

[...] não há dúvidas de que no século XX, nalguns Estados, geralmente nos chamados países industrializados, houve a tentativa de efetivar pela política social a ‘igualdade’ do cidadão social, e isso significa também realizar a solidariedade generalizada na sociedade.

Além das políticas sociais, as ideias de cunho social e filosófico do solidarismo, influenciaram o surgimento, no início do século XX, da Doutrina Social Católica (DSC), uma corrente que contribuiu para que a solidariedade se tornasse um princípio de Estado, em alguns países europeus, como a Alemanha (WESTPHAL, 2008).

Algumas décadas mais tarde, a partir dos anos 1960, porém pautada sobre o mesmo sentido de solidariedade adotado pela DSC, surgiu e se disseminou nos países da América Latina a Teologia da Libertação (TL). De acordo com Westphal (2008, p. 46), isto se deu porque “As concepções da DSC eram insuficientes para a realidade latino-americana, pois esta aspira mudanças sociais por meio de reformas institucionais e a TL visa transformação social conduzida pelo povo”. Em outros termos, na TL “Trata-se de ser solidário entre os iguais, sendo iguais os que possuem a mesma pertinência de classe. Trata-se, em primeiro lugar, de solidariedade, libertação e justiça pelos e para com os iguais, os explorados e excluídos” (WESTPHAL, 2008, p. 47).

Paralelamente à estruturação da DSC e da TL, como movimentos religiosos voltados para a equidade social, não podemos nos olvidar de que, no decorrer da primeira metade do século XX, ocorreram duas guerras mundiais, que impactaram significativamente sobre a economia mundial. Com isso, nas décadas posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente na década de 1970, algumas sociedades capitalistas passaram por processos de reestruturação econômica e de implementação de políticas neoliberais, caracterizados pelos seguintes aspectos: “[...] a internacionalização da produção e dos mercados; a redução das barreiras ao livre comércio; o enxugamento do papel do Estado com o corte dos investimentos sociais; e a mobilidade global do capital e do trabalho” (LIMA; SOUZA, 2014, p. 143).

Naquele cenário, principalmente na Espanha e Itália, empresas em situações de dificuldades econômicas “[...] assumiram papel importante na organização de cooperativas ou na transformação em empreendimentos cooperativos, como possibilidade de atenuação do desemprego”. Na França, o uso do termo economia solidária foi adotado para se referir a “[...] ações coletivas diversas, não filantrópicas, mas econômicas, abrangendo clubes de trocas de mercadorias mediante uso de uma “moeda social” própria, autoconstrução coletiva, microcrédito, entre outras formas” (LIMA; SOUZA, 2014, p. 159). Ainda de acordo com os mesmos autores no âmbito brasileiro e latino-americano, podemos nos referir ao surgimento do conceito de economia solidária no amplo debate sobre informalidade, precarização do emprego e da pequena produção familiar.

Mais especificamente no Brasil, durante as duas últimas décadas, esse debate levou ao surgimento de um movimento social que agregou diversos setores e outros movimentos como os dos sem-terra, catadores de materiais recicláveis, trabalhadores de fábricas recuperadas, contra a fome e a miséria, entre outros, a partir dos anos 1990. (LIMA; SOUZA, 2014, p. 160).

Complementando, os mesmos autores afirmam que associados às mudanças implementadas na economia mundial “[...] o fim do bloco socialista europeu, a ausência da perspectiva de revolução social, assim como de questionamento da classe social enquanto agente político”, contribuíram para a retomada da “[...] ideia de solidariedade como condição de inserção, interpretando os direitos presentes na condição salarial como direitos de

cidadania a serem estendidos a todos os trabalhadores” (LIMA; SOUZA, 2014, p. 143).

Em seu livro intitulado *Trabalho e Solidariedade*, Odair Furtado (2011) afirma que embora a solidariedade, não seja um tema recente, é pouco discutido no contexto do trabalho, porém fundamental para a economia solidária. Segundo o autor, “O nó górdio da proposta da economia solidária é, evidentemente, a solidariedade” (FURTADO, 2011, p. 104).

Ainda, para Veronese (2006, p. 111):

A economia solidária abrange um amplo espectro de expectativas, experiências e práticas: associações, cooperativas autogestionárias, empresas recuperadas, grupos de poupadores, redes internacionais de consumo ético etc. Como princípios geradores de sua ética, estão os valores de sustentabilidade social e ambiental.

Ao analisar a produção acadêmica brasileira acerca do tema “Economia Solidária”, que respalda as práticas solidárias no cenário nacional, Liboni (2012) identifica o destaque de duas correntes. A primeira, liderada por França Filho que, na mesma linha de pensamento do francês Laville (ambos embasados nos estudos de Karl Polanyi), entende ser a economia solidária uma das formas existentes de organização econômica no modelo capitalista, devendo coexistir e não substituir as mesmas. Ou seja:

Os autores, então, baseados nos três tipos de economia – a mercantil, a não mercantil e a não monetária, defendem a ideia de uma economia plural, que deve vigorar nesse novo cenário, com novas correlações e sinergias. Chamam a atenção para o fato de que, na prática, não é somente a economia mercantil que se reflete em prosperidade econômica, mas que sua própria prosperidade depende dos outros tipos (LIBONI, 2012, p. 31).

A segunda corrente, liderada por Paul Singer, entende ser a economia solidária um caminho para a transformação de sociedades capitalistas em socialistas, haja vista que:

Considera que a organização dos empreendimentos pode ser vista como início de revoluções locais, nas quais não somente os trabalhadores são afetados, mas também suas famílias, vizinhos, autoridades, enfim, toda a comunidade. Singer vê as cooperativas como modelos a serem seguidos de relações mais igualitárias, contrapondo-se com experiências de hierarquia e autoridade, que são facilmente encontradas no dia-a-dia das pessoas (LIBONI, 2012, p. 45).

Pautados na primeira ou na segunda corrente de pensamento sobre economia solidária, emergiram vários empreendimentos no Brasil, predominantemente cooperativas, a partir dos anos 1990 o que levou a disseminação não só de práticas, mas também de estudos acadêmicos sobre o tema e de criação de políticas públicas de apoio a tais práticas.

De acordo com Lima e Souza (2014, p. 140) a criação em 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, da “Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) no âmbito do então Ministério do Trabalho e Emprego, como uma política alternativa de inserção social e ocupação voltada a pessoas excluídas do mercado formal de trabalho.”, representou a formalização do movimento nacional de economia solidária.

Interessante destacar que tal secretaria foi rebaixada a subsecretaria de economia solidária, com redução significativa de orçamento durante o governo de Michel Temer e foi extinta em 1º de janeiro de 2019, pela Medida Provisória - MP 870/2019, sancionada pelo atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro. A partir desta data e da extinção também do Ministério do Trabalho e do Emprego, na mesma data, a economia solidária foi associada à Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana (Senisp), vinculada ao Ministério da Cidadania (RIBEIRO, 2019).

Embora tenhamos buscado mais informações sobre a Senisp e as ações previstas e/ou em andamento, não obtivemos êxito, uma vez que a última notícia publicada no site dessa secretaria foi em 06 de fevereiro de 2019¹⁰, referente a uma reunião entre os servidores que trabalhavam em duas antigas secretarias (Secretaria de Inclusão Social e Produtiva e Secretaria Nacional de Economia Solidária), que se fundiram com a criação da Senisp (SANTOS, 2019).

Tais fatos parecem refletir a indagação feita por Westphal (2008) sobre as finalidades das concepções e práticas no âmbito da economia solidária, considerando “[...] a solidariedade vinculada tanto a relações interpessoais, no plano micro social, como a ações políticas, na perspectiva macro social” (WESTPHAL, 2008, p. 49). Conclui a autora que:

¹⁰ Essa consulta foi feita em 22 de agosto de 2019, quando da redação do presente texto.

No uso do termo e na prática da solidariedade na economia solidária é possível constatar uma maior aproximação tanto aos ideais do solidarismo francês como aos da fraternidade cristã. Em ambos, são destacados a consideração e o auxílio aos integrantes de um grupo social, construindo-se coesão coletiva. Com isto, a economia solidária se desenvolve como uma forma de produção e organização compatível no sistema social de forma geral. Já a influência do ideário da doutrina social cristã bem como a condição de classe trabalhadora, e daí a decorrente adoção da solidariedade como princípio de Estado, são mais incipientes na economia solidária. A incorporação deste sentido de solidariedade implica num processo profundo de alteração das estruturas econômicas de uma sociedade, o que ainda está por ser construído, mesmo considerando as iniciativas já em andamento (WESTPHAL, 2008, p. 50).

Em síntese, “A concepção da solidariedade apenas na sua dimensão relacional é insuficiente para a fundamentação normativa da política estatal” (WESTPHAL, 2008, p. 50).

Entendemos ser este mais um desafio para a Economia Solidária, dentre outros apontados por Liboni (2012), principalmente no cenário brasileiro contemporâneo. Com base em autores como Peter Spink e Hebert Marcuse, a autora aborda, por exemplo, a existência de empreendimentos em que “[...] aparentemente trazem mais liberdade ao homem, mas que, na verdade, minam a capacidade de resistência, de protesto e mesmo a capacidade de pensar formas alternativas de viver” (LIBONI, 2012, p. 49).

Ainda, considerando o posicionamento de Vainer, que se pauta sobre a premissa de que “A economia não é o lugar para a solidariedade”, Liboni (2012) destaca que

[...] um projeto amplo, abrangente de solidariedade é inseparável da crítica da economia. Não é possível construir um projeto de solidariedade social, este é o meu ponto de vista, à margem de uma crítica teórica e prática da economia. Não é possível construir uma alternativa à economia, às leis da economia, nos marcos da economia (VAINER, 1999, p. 47; apud LIBONI, 2012, p. 52).

No mesmo sentido, Furtado (2011, p. 106) afirma que embora ações de solidariedade sejam “bem vistas” na sociedade contemporânea, “[...] ela é exercida como valor importante, mas como ação periférica (parece não caber no cotidiano das relações de trabalho e relações de sociabilidade)”.

Contudo, apesar de apontamentos como estes indicarem alguns limites quanto à emancipação econômica e política de grupos de trabalhadores engajados em empreendimentos pertinentes à Economia Solidária, faz-se

necessário ressaltar que pesquisadores apontam também caminhos para a superação de tais limites. Ao concluir uma de suas pesquisas, realizada com grupos de trabalhadores, Liboni (2012, p. 276, grifos da autora) afirma que

Considerar as **condições socioeconômicas e subjetivas reais** desses trabalhadores em contraposição às preconizadas como necessárias para o engajamento não só econômico, mas também político pelos teóricos da Economia Solidária é um dos caminhos necessários a serem percorridos.

Portanto, embora saibamos que há limites e desafios, bem como caminhos apontados em pesquisas desenvolvidas acerca da Economia Solidária para a superação destes, consideramos que a reflexão sobre os mesmos permeia uma questão importante para esta pesquisa: é possível existir solidariedade no mundo do trabalho contemporâneo?

Partimos do pressuposto de que sim, é possível. Talvez não como o princípio econômico e político hegemônico em sociedades capitalistas, como advertem os autores mencionados. Porém, no âmbito da intersubjetividade, seja no contexto familiar, comunitário ou do trabalho, entendemos que o ser humano ainda necessita de laços sociais para se constituir como sujeito. A solidariedade é uma das formas de se constituir e manter tais laços.

Além de análises e discussões de pesquisadores da área de psicologia do trabalho, como Furtado (2011), Veronese (2006) e Liboni (2012), sobre perspectivas, conceitos (dentre os quais a solidariedade) e práticas afetos à economia solidária, outros pesquisadores contemporâneos têm abordado a solidariedade a partir de outras correntes teóricas da psicologia. Dentre eles, comentaremos a seguir algumas colocações feitas por Eugène Enriquez¹¹ acerca da solidariedade na contemporaneidade, haja vista que as mesmas vão ao encontro de nosso posicionamento, expresso anteriormente, no sentido de que apesar das adversidades entendemos ainda ser possível o estabelecimento de relações solidárias.

Ao abordar o binômio solidão e solidariedade em artigo intitulado *Das solidões impostas às solidões solidárias*, Enriquez (2004) versa sobre a exacerbação do individualismo desde a modernidade até a contemporaneidade,

¹¹ Representante da psicossociologia francesa e sociologia clínica, uma das clínicas do trabalho, mencionadas no capítulo 01.

o que segundo ele levou a uma “solidão imposta”. Solidão que se manifesta de diferentes formas na sociedade: é cada vez maior o número de pessoas que vivem sós; as relações afetivas têm sido cada vez mais efêmeras; e, as relações de trabalho, permeadas pela competitividade, enfraquecem os laços sociais e fortalecem o isolamento (ENRIQUEZ, 2004).

Apesar de tais manifestações do que ele denomina de solidão imposta, há efeitos positivos que podem levar a solidão solidária. De acordo com Enriquez (2004, p. 29), há outra perspectiva para se olhar para o “homem só”, haja vista que:

A solidão remete cada um à sua interioridade, à experiência de seus “abismos íntimos”; ela provoca um questionamento a respeito das capacidades relacionais dos indivíduos e do lugar que desejam ocupar no corpo social. Ela é um fermento do pensamento, uma vez que desnuda as limitações sociais, submetendo-as a críticas. Favorece a singularidade, e de maneira aparentemente contraditória, favorece a possibilidade de desenvolver ações coletivas.

Portanto, ao se entender como sujeito que não vive só, apesar de sua subjetividade, interioridade e singularidade, este sujeito torna-se capaz de lutar contra a “solidão imposta” (característica do mundo contemporâneo) e construir laços sociais. Nesta perspectiva ainda, destacamos também uma entrevista concedida por Enriquez à psicóloga Ana Massa em agosto de 2009, por ocasião da realização do XXIII Colóquio de psicossociologia e sociologia clínica em sua homenagem, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), intitulada *As solidariedades estão voltando, diz Eugène Enriquez*.

Reconhecendo e comentando sobre as adversidades do momento para as manifestações de solidariedade, assim como o fez no artigo mencionado anteriormente, Enriquez (2009, s/p.) afirma que:

Mas apesar disso tudo, dessas perdas, dessas rupturas, há fenômenos interessantes de reconstrução de outros tipos de afetos, de produção de outros tipos de solidariedades, seja a solidariedade familiar que volta, seja a solidariedade de vizinhança, seja a solidariedade ética, regional, a tomada de consciência das desigualdades sociais e das pessoas que querem ir contra as desigualdades sociais...como é o tema do colóquio na UFMG.

Além de Eugène Enriquez, outros estudiosos contemporâneos (DEJOURS, 2012a, 2012b; 2013; GERNET, 2013; GHIZONI, OLIVEIRA e

CANÇADO, 2013) têm abordado a solidariedade em suas publicações, sob o referencial da psicodinâmica do trabalho.

3.2 Solidariedade: um conceito multifacetado

Feito o resgate histórico do conceito de solidariedade, passemos para o que consideramos como o segundo caminho importante para a sua compreensão: uma análise de definições apresentadas em dicionários. Vale destacar que no decorrer do percurso, encontramos definições que apresentaremos a seguir, em dicionários da língua portuguesa (HOUAISS, 2009; MICHAELIS, 2015), de grandes áreas da ciência como filosofia (ABBAGNANO, 2007) e direito (GUIMARÃES, 2014; SILVA, 2008), bem como, no dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho (GHIZONI; OLIVEIRA; CANÇADO, 2013).

Interessante notar também que não encontramos descrições para o termo solidariedade em outros dicionários também pesquisados, como: Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 2010); dicionário crítico do trabalho (CATTANI, 2002); dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações (BENDASSOLI; BORGES-ANDRADE, 2015).

Ao pesquisarmos em dicionários da língua portuguesa, encontramos algumas definições, tais como:

Sentimento de compadecimento com as dificuldades e/ou sofrimentos de outras pessoas. A demonstração ou a manifestação desse sentimento com o propósito de ajudar; ajuda, amparo ou apoio. Identificação de pensamentos, ideias, sensações, sentimentos etc. (HOUAISS, 2009, não paginado).

E, ainda:

Ligação recíproca entre duas ou mais coisas ou pessoas, que são dependentes entre si. "Sentimento de amor ou compaixão pelos necessitados ou injustiçados, que impele o indivíduo a prestar-lhes ajuda moral ou material." "Responsabilidade recíproca entre os membros de uma comunidade, de uma classe ou de uma instituição." "Compartilhamento de ideias, de doutrinas ou de sentimentos." "Reciprocidade de interesses e obrigações." Apoio em favor de uma causa ou de um movimento (MICHAELIS, 2015, não paginado).

Ao analisarmos os resultados deste levantamento, identificamos alguns pontos em comum, que expressam sentidos correlacionados à fraternidade cristã, tais como: sentimentos como compadecimento (HOUAISS, 2009) ou compaixão (MICHAELIS, 2015), por outras pessoas mais necessitadas; ajuda, amparo e apoio (HOUAISS, 2009); ajuda moral ou material (MICHAELIS, 2015). Em outros termos, enquanto compadecimento ou compaixão, bem como ajuda/apoio/amparo, o sentido de solidariedade implica numa relação entre pessoas que se encontram em situações desiguais, remetendo, assim à raiz do conceito associada à fraternidade cristã.

Essa forma de conceber a solidariedade é bastante difundida em nossa sociedade contemporânea. Tanto em nível macro, quanto em nível micro social, vemos líderes políticos e religiosos, por exemplo, reivindicarem posturas solidárias de seus seguidores.

Além da conotação associada à caridade, o termo solidariedade também tem sido usado para se referir ao fortalecimento de vínculos entre pessoas que se encontram em situações semelhantes; e, portanto, unidas por processos de identificação, compartilhando ideias e/ou sentimentos, conforme encontramos nas demais definições supracitadas, tais como: identificação (HOUAISS, 2009) / compartilhamento (MICHAELIS, 2015) de ideias e sentimentos; e, ligação e responsabilidade recíproca (MICHAELIS, 2015).

Essa breve análise corrobora a concepção de Constantino (2009, p. 19), quando afirma que o conceito aparece com diferentes versões, “[...] frisando, portanto, ora a dimensão da ‘igualdade’, ora da ‘diferença’”.

Diferentemente, no dicionário de filosofia em que encontramos a definição de solidariedade, esta remete-se mais ao significado advindo do termo jurídico, enfatizando o sentido de união entre iguais, conforme podemos ver a seguir:

SOLIDARIEDADE (in. Solidarity: fr. Solidarité, ai. Solidaritat; it. Solidarietà). Termo de origem jurídica que, na linguagem comum e na filosófica, significa: 1° inter-relação ou interdependência; 2° assistência recíproca entre os membros de um mesmo grupo (p. ex.: S. familiar, S. humana, etc). Neste sentido, fala-se de solidarismo para indicar a doutrina moral e jurídica fundamentada na S. (Cf. L. OURGEOIS. La solidarité. 1897). (ABBAGNANO, 2007, p. 929).

Quanto aos dois dicionários jurídicos consultados (GUIMARÃES, 2014; SILVA, 2008) ambos mencionam a origem do termo associado a *obligatio in solidum*, mas apresentam desdobramentos do conceito em vários tipos de solidariedade, tais como: ativa, convencional, passiva, legal e penal. Ainda, de acordo com Silva (2008, p. 1325), no meio jurídico, “[...] solidariedade não se presume, deve ser sempre expressa ou promanar da vontade inequívoca e explícita das partes, ou decorrer de imposição legal”.

No dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho, Ghizoni, Oliveira e Cançado (2013, p. 427), ao discorrerem sobre o conceito de solidariedade, afirmam que “Historicamente, o termo esteve no auge da sociologia do século XIX e início do século XX” quando era visto como coesão social. Comentam ainda que na atualidade, temos duas “abordagens antagônicas” de solidariedade: uma, enquanto filantropia; e, a outra, enquanto princípio de democratização societária.

Para os autores, pautados em definições de Jean Louis Laville, a solidariedade filantrópica remete à crença de que há uma sociedade ética na qual alguém oferece e outro recebe ajuda, criando vínculos de dependência entre ambas as partes. A solidariedade como princípio de democratização societária, por sua vez, pressupõe uma igualdade de direitos, liberdade, espaço público e empenho dos integrantes do grupo para, conjuntamente, “[...] aprofundar a democracia política mediante uma democracia econômica e social” (GHIZONI; OLIVEIRA; CANÇADO, 2013, p. 428).

Vale ressaltar, portanto, que o que esses autores consideram como abordagens sobre solidariedade trazem em seus bojos as duas conotações historicamente construídas de solidariedade, apresentadas no tópico anterior, que expressam a raiz advinda da fraternidade cristã e a advinda do termo jurídico *obligatio in solidum*, respectivamente.

Após apontarem as duas abordagens sobre solidariedade Ghizoni, Oliveira e Cançado (2013) afirmam que é sobre a solidariedade como princípio de democracia societária, que se atém, passando a discorrer sobre a economia solidária, na perspectiva de Laville. Para eles, a cooperação, a autogestão, a dimensão econômica e a solidariedade são as principais características de empreendimentos de economia solidária que, por sua vez, “[...] são interdependentes e moldam empreendimentos onde as pessoas são mais

importantes que o capital e as relações de trabalho são mediadas pela propriedade coletiva dos meios de produção” (GHIZONI; OLIVEIRA; CANÇADO, 2013, p. 429).

Mas, ressaltam que, apesar das iniciativas de empreendimentos solidários, ainda há um predomínio de relações competitivas, com a exacerbação do individualismo e conseqüentemente um declínio de relações solidárias no mundo do trabalho contemporâneo. E, ainda, que tal realidade tem sido apontada em estudos desenvolvidos sob o referencial da psicodinâmica do trabalho (GHIZONI; OLIVEIRA; CANÇADO, 2013).

Diante do exposto, percebemos que, não obstante o termo solidariedade estar presente no cotidiano atual, há várias conotações sobre o mesmo que foram construídas ao longo da história o que o torna multifacetado. Em outras palavras, “No contexto econômico, político e social, o termo solidariedade é polissêmico” (WESPHAL, 2008, p. 44).

Ao tratar dessa característica polissêmica do termo, Constantino (2009, p. 19) afirma que:

Sua amplitude, seus múltiplos sentidos, suas contradições tornaram, não raro, sua definição insatisfatória. Isso implica também que - seu nebuloso status teórico possivelmente tem sustentado sua popularidade: de fato, quanto mais nebulosas suas noções e implicações, mais frequentemente ele parece ser utilizado.

E é justamente por seus múltiplos sentidos e essa nebulosidade que caracteriza o termo que surgem diferentes “usos e abusos” do mesmo, em diferentes âmbitos. No político Zoll (2007, p. 75, citando HAYWARD, 1959, p. 261 ss.) menciona que “A palavra era empregada tanto por economistas de direita quanto por marxistas e anarcossindicalistas”. Da mesma forma em 26 e 27 de abril de 2017, em uma longa sessão (com cerca de 14 horas de duração), realizada na Câmara dos Deputados, para deliberação sobre um projeto de Reforma Trabalhista, vimos deputados federais de diferentes partidos (da extrema direita à extrema esquerda) utilizarem a solidariedade ao justificarem seus votos, fosse a favor ou contra a reforma.

Portanto, enquanto a solidariedade entendida como uma forma para reduzir desigualdades pode promover o bem comum, este pode não ocorrer. Ao mesmo tempo em que serve para promover coesão de pessoas que lutam por

mais dignidade, também pode ser usado (como já foi) para justificar não só a redução de direitos (como foi o caso da Reforma Trabalhista), mas também para ceifar a vida de milhões de seres humanos, como foi o caso do Holocausto, de acordo com o filósofo Slavoj Žižek. Para ele, Hitler utilizou a solidariedade para convencer muitos alemães a denunciarem judeus, alegando que os primeiros precisavam se unir para exterminar os segundos, por serem “intrusos” (ŽIŽEK, 2012).

Ainda para o mesmo autor, na contemporaneidade vivemos uma crise ética em que a impessoalidade se faz presente não só na relação entre seres humanos e a natureza, mas também entre os seres humanos. Com isso, tanto a ética da responsabilidade quanto a ética política foram dissolvidas levando ao desinteresse e à indiferença nas relações interpessoais.

Em síntese, percebemos ao olhar para os conceitos atribuídos ao termo solidariedade na atualidade expressam suas raízes historicamente construídas, o que lhe concede vários sentidos, tornando-o um termo polissêmico ou multifacetado. Além disso, vale ressaltar que não podemos esquecer que não obstante seja utilizado predominantemente para promover o bem comum ou para luta por direitos humanos, também pode ser utilizada com finalidades contrárias. Em outros termos, a história já nos mostrou que a solidariedade não é moralmente e/ou naturalmente “boa”, o que depende da finalidade com a qual é acionada.

4 PESQUISA CONCEITUAL EM PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Pensar sobre modalidades de pesquisa remete-nos a textos e livros que abordam metodologia científica. Dentre estes encontramos alguns voltados para pesquisas em ciências humanas, sociais aplicadas, da saúde, dentre outras; com diversos métodos e técnicas para coleta e análise de dados. Da mesma forma, encontramos diversos posicionamentos entre os teóricos que defendem ora um método, ora outro. Portanto, estamos falando de um vasto campo de conhecimento onde há inúmeras possibilidades de escolha para os pesquisadores quando estão elaborando seus projetos de pesquisa.

Longe de fazermos uma análise dos métodos e técnicas descritos, pois não é esse o nosso propósito neste trabalho; apresentaremos o delineamento metodológico adotado para o desenvolvimento desta pesquisa. Para tanto, discorreremos a seguir sobre: os métodos de investigação e intervenção adotados em psicodinâmica do trabalho; algumas discussões sobre pesquisa teórica em psicanálise; e, finalmente, o delineamento metodológico desta pesquisa.

4.1 Métodos de investigação e intervenção em psicodinâmica do trabalho

Apesar de reconhecermos a importância dos estudos realizados ou coordenados por Christophe Dejours para a estruturação e o amadurecimento do arcabouço teórico e metodológico da psicodinâmica do trabalho, entendemos serem significativas as contribuições advindas de estudos realizados por pesquisadores brasileiros, no decorrer da trajetória desta disciplina. Portanto, consideramos tanto textos de Dejours, quanto de autores brasileiros (MENDES, 2007b; MENDES; MERLO, 2009) que versam sobre a questão metodológica pertinente às pesquisas em psicodinâmica do trabalho.

Foi na edição brasileira do livro intitulado *A loucura do trabalho*, publicado no Brasil em 1987¹², que houve a primeira publicação de texto sobre a metodologia em psicodinâmica do trabalho. Texto que foi revisado pelo próprio autor e publicado em novas edições do mesmo livro na França, a partir de 1993. Essa nova versão foi publicada no Brasil no livro intitulado *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*, em 2004.

Em ambas as publicações (DEJOURS, 1992; 2004b) o autor propõe um modelo de pesquisa pautado no de pesquisa-ação, que seja desenvolvida por meio do que ele denominou de “espaço público de palavra”, considerando que:

Falar e ser ouvido parece ser o modo mais poderoso de pensar e, portanto, de refletir sobre a própria experiência, desde que se esteja comprometido em uma relação dialógica, intersubjetiva, na qual se acredita que o outro esteja de fato tentando compreender. É ao explicar ao outrem o meu sofrimento, a minha relação com o trabalho, que eu, perplexo, me ouço dizer coisas que eu não sabia que sabia, até tê-las dito (DEJOURS, 1999b, p. 176).

Para tanto, apresenta um método composto, de forma geral, por três etapas: a pré-pesquisa, a pesquisa-ação e a validação ou refutação dos dados. Ao descrever de forma mais detalhada o método que propôs, Dejours (1992, 2004b) enfatizou a importância da primeira etapa, a pré-pesquisa, na qual deve ser realizada a análise da demanda, advertindo que “[...] uma demanda não formulada pelos interessados não poderia ser atendida” (DEJOURS, 2004b, p. 105). Este ponto foi alvo de diversas discussões no Brasil.

Em debate após uma das conferências proferidas em evento realizado em 1994, pelo Centro de Estudos das Profissões e do Trabalho (CEPT), da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp-FGV), a Dra. Frida Fischer fez algumas considerações a respeito das dificuldades existentes no Brasil para a identificação e formulação de demandas no campo da saúde mental por parte dos trabalhadores. De acordo com Fischer (DEJOURS, 1999b, p. 105) “Infelizmente, a iniciativa de buscar melhores condições de trabalho ainda parte prioritariamente dos especialistas, ou seja, a demanda não parte dos trabalhadores”.

¹² Utilizamos nesta pesquisa a 5ª edição, publicada em 1992.

Na sequência, Dejours (1999b) comenta que apesar de haver diferenças entre as realidades francesas e brasileiras, também na França os trabalhadores tinham dificuldades para formular demandas de atendimento a questões de saúde mental. No entanto, posteriormente, escreveu um texto no qual trata de forma mais detalhada essa premissa, o qual foi publicado no mesmo livro com as conferências proferidas no evento supracitado.

Nesse texto Dejours afirma que: “[...] a pesquisa não se pode justificar **unicamente** pelo interesse de conhecimento; é preciso também assumir a especificidade do sofrimento” (DEJOURS, 1999b, p. 166-167, grifo nosso).

Tal afirmação parece indicar uma abertura para a realização de pesquisas que sejam propostas por pesquisadores. Porém, no decorrer de seus textos adverte que isso só deve ocorrer desde que os pesquisadores estejam comprometidos eticamente com a possibilidade de promoção de um espaço para que os trabalhadores reflitam e compartilhem sobre suas relações de e com o trabalho, com o intuito de perlaborar o sofrimento que pode ser gerado pelas mesmas.

Além de premissas como essa, pertinentes à etapa da pré-pesquisa, Dejours (1992, 2004b) discute também alguns pontos inerentes à realização da pesquisa-ação propriamente dita, tais como: o grupo homogêneo e o coletivo; o material da pesquisa; a observação clínica; o método da interpretação. E, finalmente, nos últimos itens dos textos, Dejours (1992, 2004b) versa sobre validação e refutação (por parte tanto dos trabalhadores, quanto da comunidade científica); bem como sobre a relação entre a metodologia e a teoria em psicodinâmica do trabalho, no qual ressalta ser o seu “modelo de homem e de subjetividade emprestado da psicanálise” (DEJOURS, 1992, p. 157).

No cenário brasileiro, assim como a questão da formulação da demanda, outros aspectos do método proposto por Dejours (1992, 2004) têm sido objeto de estudos e debates. Embora reconheçam a validade e a importância do mesmo, alguns pesquisadores defendem a adoção de outros métodos como recursos para coleta e análise de dados de pesquisa, como Mendes (2007b, p. 66), quando afirma que:

A psicodinâmica do trabalho privilegia um método científico particular, [...]. Não obstante, não é escrava dele, à medida que não considera o método em si mesmo a garantia da cientificidade da pesquisa. Assim,

ampliando as contribuições de Dejours (1980/1987), propõem-se algumas variações e adaptações, que embora tecnicamente diferentes da clínica do trabalho proposta por ele inicialmente, mantêm-se os princípios centrais da psicodinâmica, ou seja, devem ser capazes de revelar o trabalho na sua complexidade, desvelando mediações, contradições e intersubjetividade.

Variações e adaptações que, por sua vez, foram identificadas por meio de uma pesquisa realizada por Mendes e Merlo (2009), abrangendo estudos desenvolvidos no Brasil, relatados em livros, dissertações, teses e artigos científicos no período entre 1996 e 2009. A partir da análise de relatos 79 pesquisas, Mendes e Merlo (2009) identificaram duas categorias quanto ao uso da psicodinâmica do trabalho, que denominaram de: teórica e teórico-metodológica.

Segundo Mendes e Merlo (2009, p. 147): “A categoria teórica tão fundamental quanto a teórico-metodológica, está centrada em discussões teóricas e no uso dos conceitos para delinear pesquisas empíricas, interpretar dados e estabelecer diálogos com outras abordagens”. Diferentemente, a categoria teórico-metodológica engloba pesquisas desenvolvidas a partir do “[...] uso da teoria e do método baseados no que foi originalmente proposto por Dejours (1992, 2004b), que pressupõe a indissociabilidade entre a pesquisa e ação” (MENDES; MERLO, 2009, p. 147).

Como resultados, os referidos pesquisadores encontraram apenas quatro pesquisas que se enquadravam na categoria teórico-metodológica, por terem sido realizadas por meio do modelo de pesquisa-ação proposto por Dejours (1992, 2004b). Nos demais estudos (75) Mendes e Merlo (2009) encontraram o uso de entrevistas, questionários, escalas, análise de documentos e observações sistemáticas para coleta de dados; que foram analisados qualitativamente, por meio da análise de conteúdo e de núcleos de sentidos, por exemplo. Esses estudos foram considerados como pertencentes à categoria de pesquisa teórica, de acordo com Mendes e Merlo (2009).

Diante do exposto, ressaltamos que apesar do estudo de Mendes e Merlo ter sido publicado em 2009, os resultados encontrados confirmam nossa percepção atual sobre o uso do método, originalmente proposto por Dejours (1992, 2004b), no que tange ao desenvolvimento da psicodinâmica do trabalho no Brasil. Em outras palavras, dentre os relatos de pesquisas brasileiras com os

quais nos deparamos quando desenvolvemos estudos que abordam tal referencial, raramente encontramos aquelas pautados na metodologia proposta por Dejours (1992, 2004b).

Isto provavelmente se justifique devido a dificuldades para operacionalização das sessões coletivas existentes no cenário brasileiro, conforme apontado por Fischer em 1994 e reiterado por Mendes em 2007. De acordo com Mendes (2007b, p. 83) tais dificuldades existem “[...] tendo em vista as adversidades impostas à maioria dos trabalhadores brasileiros pelos seus empregos precários e regidos pelas regras da racionalidade econômica, dificultando o espaço para pensar e agir sobre o seu trabalho”.

Apesar de tais dificuldades, o método proposto originalmente por Dejours (1992, 2004b), tornou-se conhecido no Brasil como Clínica Psicodinâmica do Trabalho (CPDI) ou Clínica do Trabalho; sendo assim diferenciado do termo Clínicas do Trabalho (SOLDERA, 2016). Conforme já exposto no capítulo 01, a psicossociologia, a ergologia e a clínica da atividade compõem este campo, juntamente com a psicodinâmica do trabalho.

Vale ressaltar, porém, que em publicação recente, Dejours (2017b) apresenta outra modalidade de atuação a partir da psicodinâmica do trabalho. Trata-se da atuação em consultórios para “[...] atendimento e acompanhamento de pacientes que sofrem de transtornos psicopatológicos relacionados com o trabalho” (DEJOURS, 2017b, p. 07). Segundo o autor, embora já tenhamos relatos de pesquisas-ações desenvolvidas no Brasil em contextos coletivos de trabalho, “[...] a psicodinâmica do trabalho usada como referência na prática psicoterapêutica e psicanalítica é ainda mal conhecida nesse país” (DEJOURS, 2017b, p. 07).

Foi, portanto, com o intuito de divulgar essa modalidade de atuação que Dejours reuniu, em livro intitulado *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*, estudos de seis “[...] ‘casos clínicos’ da psicopatologia do trabalho, isto é, histórias de pacientes cujos transtornos põem em xeque a situação de trabalho” (DEJOURS, 2017, p. 11).

Essa nova modalidade de ação em psicodinâmica do trabalho demonstra minimamente que, assim como o arcabouço teórico, o metodológico foi ampliado ao longo de sua trajetória. Isso ocorreu tanto na França, quanto no Brasil, pois enquanto Dejours e outros profissionais franceses estão pautando suas ações

como psicoterapeutas na psicodinâmica do trabalho; no Brasil, pesquisas como a de Mendes e Merlo (2009) indicam que além da CPDI, outros métodos como entrevistas individuais ou coletivas, acompanhadas ou não de observações, tem sido amplamente utilizados em pesquisas pautadas em psicodinâmica do trabalho.

Além do uso de procedimentos de coleta de dados, também encontramos em diversos relatos de pesquisas desenvolvidas em âmbito nacional (MENDES, 2007b; MENDES et al., 2012), o uso de técnicas pertinentes ao método de análise de conteúdo, desenvolvido por Laurence Bardin. Tendo em vista termos adotado nesta pesquisa uma dessas técnicas, a Análise de Núcleo de Sentidos (ANS), discorreremos brevemente sobre a análise de conteúdo, a fim de elucidar algumas características deste método.

Seu livro, intitulado *Análise de Conteúdo*, publicado originalmente em 1977, foi revisado e ampliado gerando uma nova edição publicada em 2011. Edição na qual Bardin (2011) aborda sobre a história e a teoria na qual se embasou, além de apresentar e comentar sobre algumas práticas, o método proposto e técnicas relacionadas à análise de comunicações.

Ao relatar sobre a história do método, Bardin (2011) afirma ter tomado contato com o termo “*content analysis*” – análise de conteúdo - durante uma viagem que fez aos Estados Unidos, onde este método emergiu e se desenvolveu durante as quatro primeiras décadas do século XX. De acordo com Bardin (2011, p. 21): “Nesta época, o rigor científico invocado é o da medida e o material analisado é essencialmente jornalístico. A Escola de Jornalismo de Columbia dá o pontapé inicial e multiplicam-se assim os estudos quantitativos dos jornais”. Mas, no período entre 1950-1960, a autora considera ter havido uma expansão da análise de conteúdo, culminando no que ela considera como “desbloqueio” do método.

Desbloqueio que se deu, basicamente, por duas iniciativas: “[...] a exigência de objetividade torna-se menos rígida”, a partir do que “[...] aceita-se mais favoravelmente a combinação clínica, com a contribuição da estatística”; e, “[...] a análise de conteúdo já não é considerada exclusivamente de alcance *descritivo* (cf. os inventários dos jornais do princípio do século), pelo contrário, toma-se consciência de que a sua função ou o seu objetivo é a *inferência*.” (BARDIN, 2011, p. 27, grifos da autora).

No mesmo período, debates sobre análise quantitativa e análise qualitativa no campo científico floresceram de tal modo que contribuíram para evidenciar algumas diferenças entre ambas, já que enquanto na primeira a frequência dos indicadores é fundamental, na segunda é a compreensão do sentido que se torna capital, mesmo sem rejeitar a quantificação (BARDIN, 2011).

Embasada, portanto, no método de análise de conteúdo proposto por Bardin, Mendes (2007b) defende que tanto em sessões coletivas, quanto em entrevistas, as falas emitidas sejam analisadas por meio da ANS. Mais especificamente, a ANS foi “[...] adaptada a partir da técnica de análise de conteúdo categorial desenvolvida por Bardin (1977)” (MENDES, 2007b, p. 72). Além de alguns procedimentos que devem permear a ANS (que serão abordados no último tópico deste capítulo), Mendes (2007b) também apresenta alguns exemplos, ilustrando o uso dessa técnica.

Por fim, no que se refere à pesquisa conceitual, ressaltamos que não encontramos discussões sobre essa modalidade nos textos que tratam sobre pesquisa em psicodinâmica do trabalho, revisados ao longo deste estudo (DEJOURS, 1992, 2004b; HELOANI; LANCMAN, 2004; MENDES, 2007b; ROSSI, 2012). Porém, ressaltamos também que há relatos de pesquisas de cunho teórico, que abordam sobre a história ou sobre os métodos de pesquisa em psicodinâmica do trabalho (HELOANI; LANCMAN, 2004; MENDES, 2007a, 2007b), por exemplo.

Entendemos, com isso, ser importante buscarmos ampliar o rol de possibilidades de métodos para coleta e análise de dados; desde que os mesmos sejam compatíveis epistemologicamente com as bases da psicodinâmica do trabalho. Tendo em vista ser a psicanálise o principal referencial da psicodinâmica do trabalho; e, ainda, que sobre pesquisas teóricas em psicanálise há diversos textos publicados, entendemos ser pertinente considerar algumas questões abordadas e discutidas nestes.

4.2 Pesquisa teórica em psicanálise: algumas reflexões e possíveis contribuições

A historiografia científica mostra que, embora ainda tenhamos muitos debates sobre a cientificidade da psicanálise, eles existem desde suas origens, já que consiste em uma preocupação expressa pelo próprio Freud, desde seus primeiros escritos. De acordo Davidovich (2014), ao iniciar a redação do texto *Projeto para uma psicologia científica*, em 1895:

Freud tenta elaborar um projeto a fim de tornar científicas as suas teorias sobre o funcionamento psíquico, de modo a formular uma teoria não apenas sobre a psicopatologia, mas também um modelo que abrangesse o funcionamento psíquico normal (DAVIDOVICH, 2014, p. 17).

Não obstante a psicanálise ser reconhecida no meio científico como legítima, discussões sobre modalidades de pesquisa estão presentes tanto no meio acadêmico, quanto fora dele (TAVARES; HASHIMOTO, 2013; DAVIDOVICH, 2014). Uma das questões discutidas consiste em: qual(ais) método(s) é/são legítimo(s) para a produção de conhecimento em psicanálise, no meio universitário/acadêmico?

De acordo com Garcia-Roza (1991) apenas a modalidade de pesquisa teórica deve ser considerada legítima em psicanálise, já que, em suas palavras temos que:

Com relação à pesquisa acadêmica em psicanálise, poderemos arguir que, se ela é acadêmica, não é psicanalítica; poderia ser uma pesquisa *sobre* psicanálise, mas não uma pesquisa *em* psicanálise. O verdadeiro laboratório de pesquisa é a prática clínica fundada na transferência, e esta se passa no consultório e não nos *campi* universitários (GARCIA-ROZA, 1991, p. 12).

Diferentemente, Mezan (1992, p. 57), não só considera esta posição como “[...] excessivamente restrita da pesquisa em psicanálise”; como também, aponta duas grandes categorias: a de pesquisas *strictu sensu* e a de *extramuros*, entre as quais, segundo o autor há uma única diferença: “[...] no primeiro caso sua atividade visa tanto à elucidação quanto à transformação do que ocorre entre ele e seu paciente, ao passo que na segunda situação a dimensão prática está ausente” (MEZAN, 2002, p. 420, grifos do autor).

Após comentar sobre algumas pesquisas pertinentes às duas categorias, que orientou no programa de pós-graduação da PUC-SP, a fim de ilustrar as possíveis contribuições advindas de diversas modalidades de pesquisa no campo da psicanálise, Mezan (2002, p. 435) afirma que:

Tais pesquisas já existem, e o que se pode aprender com seus resultados em nada é inferior ao que se pode aprender com seus métodos – basta respeitar a especificidade do campo para discernir, em seus vários segmentos, inúmeras possibilidades de investigação.

Ainda sobre a diversidade de modalidades de pesquisas em psicanálise, Figueiredo e Minerbo (2006, p. 258) afirmam que apesar da forte relação entre a pesquisa, a prática clínica e a teoria, é preciso distinguir entre “pesquisa em psicanálise” e “pesquisa com o método psicanalítico”, haja vista que a primeira categoria não requer que o pesquisador seja psicanalista atuante, compreendendo pesquisas em que,

[...] ora as teorias da psicanálise tornam-se ‘objeto’ de estudos sistemáticos, ora de estudos históricos, ora de reflexões epistemológicas; outras vezes, alguns conceitos psicanalíticos são mobilizados como instrumentos para a investigação e compreensão de variados fenômenos sociais e subjetivos (FIGUEIREDO; MINERBO, 2006, p. 259).

Em síntese, este breve recorte sobre concepções de diferentes autores acerca das modalidades de pesquisa pautadas no arcabouço teórico e metodológico da psicanálise indica, de forma geral, que elas se encontram agrupadas em duas categorias: aquelas em que o método psicanalítico é adotado e aquelas em que não se adota o mesmo. É nesta segunda categoria, denominada ora de “pesquisas sobre psicanálise” (GARCIA-ROZA, 1991), ora “pesquisas extramuros” (MEZAN, 1992), e, ora de “pesquisas em psicanálise” (FIGUEIREDO; MINERBO, 2006); que se enquadram as pesquisas de cunho teórico.

De modo semelhante, conforme mencionado no tópico anterior, Mendes e Merlo (2009) identificaram duas categorias no que tange às modalidades de pesquisa utilizadas em estudos desenvolvidos sob o referencial da psicodinâmica do trabalho no Brasil, publicados entre 1996 e 2009. Estas categorias foram denominadas por “pesquisas teóricas” e “pesquisas teórico-

metodológicas”, estando inclusas nesta segunda categoria aquelas em que o método originalmente proposto por Dejours (1992, 2004b), embasado na pesquisa-ação (MENDES; MERLO, 2009).

Considerando que a presente pesquisa tem como objeto o conceito de solidariedade em textos de Christophe Dejours, entendemos que ela se enquadra na categoria de pesquisas teóricas, de acordo com Mendes e Merlo (2009). Mas, considerando também as possíveis contribuições dos textos que discutem as modalidades de pesquisas, desenvolvidas sob o referencial psicanalítico, em especial as categorias propostas por Figueiredo e Minerbo (2006), entendemos ser este estudo uma pesquisa teórica em psicodinâmica do trabalho.

Com isso, chegamos a outro ponto abordado por autores (GARCIA-ROZA, 1991; MEZAN, 1992; FIGUEIREDO, 1999) que tratam de pesquisas teóricas em psicanálise: a leitura e a interpretação de textos.

Ao explanar sobre tais questões, Garcia-Roza (1991) versa sobre dois formatos que podem ser almejados no processo de leitura de textos psicanalíticos: o comentário e a releitura. Para o autor,

Reler um texto não é produzir monotonamente o seu conteúdo original, o seu conteúdo literal, mas produzir a partir dele um outro discurso. A releitura, contrariamente ao comentário, se propõe não como reveladora, mas como transformadora (GARCIA-ROZA, 1991, p.16).

Como exemplo de uma releitura de textos psicanalíticos, o autor menciona o trabalho de Jacques Lacan que realizou uma releitura de textos do Freud. Garcia-Roza destaca que esse trabalho foi pautado no método psicanalítico, haja vista que “A releitura toma para com o texto uma atitude semelhante ao terapeuta em relação ao analisando: a de não impor ao texto nossas próprias questões, mas tentar identificar as questões colocadas pelo texto” (GARCIA-ROZA, 1991, p. 18).

O autor ressalta, ainda, que neste processo o conceito é considerado com sua singularidade (“história” e “geografia”) e não como uma abstração lógica. Singularidade que não é apenas desvelada, mas promove novas formas de interpretação do próprio conceito e da rede conceitual em que o mesmo está inserido.

Além da releitura realizada por Lacan, o método desenvolvido por Laplanche em seus estudos teóricos de textos psicanalíticos também é citado por outros autores (MEZAN, 1992; FIGUEIREDO, 1999). Segundo Mezan (1994) o método desenvolvido e proposto por Laplanche na Universidade de Paris VII, no final da década de 1960, foi descrito¹³ como “[...] um tipo de trabalho que transporia para a leitura de textos analíticos alguma coisa do *método* psicanalítico.” (MEZAN, 1992, p. 55).

Mais especificamente, o leitor deve “[...] tomar, assim como na sessão de análise, todos os elementos como tendo o mesmo valor”; a fim de detectar quais seriam as “exigências do pensamento” do autor do texto analisado. Tais “exigências” são entendidas neste método como “certas questões fundamentais” presentes na “massa do conjunto da obra” (MEZAN, 1992, p. 55).

Dentre algumas questões fundamentais do método psicanalítico, vários autores abordam a transferência ao discutirem sobre a pesquisas teóricas em psicanálise. Para Coelho e Birman (2014, p. 128, grifo dos autores):

O pesquisador, aqui não está na posição de analista, mas de analisando: aquele que faz transferência, que supõe um saber nos seus mestres, que por eles se fascina, que os repete (o *dixit*) em seus trabalhos, e que não raro se contenta com essa repetição.

Em suas conclusões afirmam que não há pesquisa sem transferências, seja ela em psicanálise ou não, independente da modalidade metodológica, haja vista que a transferência permeia as relações acadêmicas (como, por exemplo, entre orientador e orientando) e a relação do pesquisador com a instituição na qual a pesquisa ocorre (COELHO; BIRMAN, 2014).

Nesta mesma linha de pensamento, outros autores (IRIBARRY, 2003; TAVARES; HASHIMOTO, 2013) abordam sobre a presença de transferência entre o pesquisador e o texto. Para Tavares e Hashimoto (2013, p. 173)

[...] ao ter contato com a obra psicanalítica como leitor, e ainda mais como investigador do próprio arcabouço teórico, o pesquisador já está implicado de antemão na medida em que o que ele estuda e se lança a compreender diz respeito a ele mesmo.

¹³ De acordo com Mezan (1992) Laplanche escreveu sobre o seu método tanto nas apresentações de seus escritos intitulados *Problemáticas*, como no texto intitulado “Interpretando (com) Freud”.

Complementando, os autores afirmam que “Ou seja, não há produção do novo sem que seja mobilizada a própria subjetividade” (TAVARES; HASHIMOTO, 2013, p. 174).

Diante do exposto, percebemos que, assim como nas pesquisas em psicanálise, também nas pesquisas em psicodinâmica do trabalho – sejam elas teóricas ou não – precisamos considerar que a mobilização subjetiva de quem pesquisa e a transferência estabelecida com o texto são vivenciados ao longo do processo de pesquisar. Se essas vivências podem ser e são apontados por alguns estudiosos como uma limitação; no nosso entender enriquecem a pesquisa, pois permitem novas interpretações e formulações a respeito do objeto de estudo, o que contribui para a ampliação do conhecimento científico.

4.3 Delineamento da pesquisa

Sem desconsiderar que ainda sejam alvos de questionamentos, partimos da premissa de que tanto a psicanálise quanto a psicodinâmica do trabalho têm seus espaços reconhecidos no campo do conhecimento científico; enquanto ciências que se voltam para a compreensão da dinâmica psíquica inerente a processos subjetivos e intersubjetivos. Portanto, inserem-se entre as ciências ditas compreensivas.

Respalhada inicialmente por estudos de casos, desenvolvidos por meio de pesquisas-ações, a psicodinâmica do trabalho voltou-se para a compreensão das vivências de prazer/sofrimento relacionadas ao trabalho que afetam a saúde mental do trabalhador. Ao longo de quase quatro décadas de estudos desenvolvidos nesta perspectiva, conceitos e métodos foram descritos, revistos e aprofundados ou alterados.

Diante das dificuldades encontradas para adoção do método proposto por Christophe Dejours, principalmente no cenário brasileiro, conforme abordado anteriormente; e, dos resultados do estudo de Mendes e Merlo (2009), que demonstraram que a adoção deste método se deu de forma restrita em estudos realizados e publicados no Brasil, entre 1996 e 2009; as pesquisas desenvolvidas sob o referencial da psicodinâmica do trabalho encontram-se em um cenário caracterizado por diversos caminhos metodológicos possíveis.

Neste cenário nos deparamos com a seguinte questão: o que devemos considerar para definirmos o método e os procedimentos a serem adotados para desenvolvermos uma pesquisa? De acordo com Heloani e Lancman (2004, p. 80), “[...] a estratégia e os procedimentos metodológicos utilizados no processo de construção de um trabalho científico dependem da natureza do problema que se deseja estudar”.

Considerando o problema que norteia esta pesquisa - Qual(ais) o(s) sentido(s) do conceito de solidariedade em textos de Christophe Dejours, publicados no Brasil, a partir do final dos anos 1990? – optamos pela pesquisa conceitual, que pertence à modalidade de pesquisa teórica.

De acordo com Laurenti, Lopes e Araújo (2016), pesquisas teóricas em psicologia não são tão valorizadas no meio acadêmico como pesquisas empíricas. Ao analisar a relação entre pesquisas factuais e pesquisas conceituais desenvolvidas em psicologia, Laurenti (2012) tece críticas à valorização das primeiras em detrimento das segundas, que muitas vezes são consideradas como “perfumarias”.

Apesar das adversidades encontradas por pesquisadores que se dedicam a esta modalidade, Laurenti, Lopes e Araújo (2016) pontuam a necessidade de ampliar as discussões sobre o tema e a realização de pesquisas teóricas em psicologia. Para contribuir neste sentido, reuniram textos que abordam questões epistemológicas implicadas em pesquisas conceituais, históricas e biográficas, como diferentes enfoques pertinentes a pesquisas teóricas.

Vale destacar que, dentre esses enfoques, “A pesquisa conceitual consiste em um processo sistemático de investigação que visa produzir, ao final, conhecimento científico mediante o exame dos conceitos das teorias psicológicas” (LAURENTI, 2012, p. 180). Complementando, Laurenti e Lopes (2016, p. 43) afirmam que “[...] a pesquisa conceitual pode ser definida como uma interpretação da teoria ou texto psicológico”.

De acordo com esta concepção, bem como tendo em vista o problema supracitado, temos que o objetivo desta pesquisa consiste em analisar e identificar o(s) sentido(s) inerente(s) ao(s) conceito(s) de solidariedade presente(s) em algumas obras de Christophe Dejours, por meio da leitura e interpretação de seus conteúdos.

Explicitada, assim, a modalidade e o propósito central desta pesquisa, abordaremos sobre os procedimentos adotados para a sua condução. Para tanto, versaremos a seguir sobre definição das fontes de pesquisa e os procedimentos adotados para leitura, análise e interpretação do conteúdo destas fontes.

4.3.1 Fontes de pesquisa

Para a definição das fontes de pesquisa, elegemos as obras de Christophe Dejours, publicadas no Brasil a partir do final da década de 1990, que representam a Fase 4, conforme exposto no capítulo 02 desta. Vale ressaltar que a escolha por textos de Dejours deve-se ao fato de que por ser o precursor da psicodinâmica do trabalho, suas obras são as principais referências para as pesquisas desenvolvidas, tanto em âmbito internacional, quanto nacional. Ainda, como as obras de Dejours têm sido traduzidas e publicadas no Brasil rapidamente em relação à publicação original na França, entendemos que elas representam de forma expressiva a produção textual do autor no período pertinente à Fase 4 de suas publicações.

Considerando, então, as obras publicadas em âmbito nacional a partir do final da década de 1990, temos:

- a) *A banalização da injustiça social*, em 1999.
- b) *Conferências Brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho*, em 1999.
- c) *Avaliação do trabalho submetida à prova do real*, em 2008.
- d) *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*, publicado em 2004.
- e) *Suicídio e Trabalho: o que fazer?* em 2010.
- f) *Trabalho Vivo*, publicado em dois volumes, em 2012.
- g) *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*, em 2017.
- h) *Primeiro, o corpo: Corpo biológico, corpo erótico e senso moral*, em 2019.
- i) *Psicossomática e teoria do corpo*, em 2019.

Feito isso, realizamos uma pré-análise dessas obras, a fim de identificar critérios que nos respaldassem para a seleção das fontes condizentes com os propósitos desta pesquisa.

Considerando que foi na quarta fase da trajetória da psicodinâmica do trabalho que Dejours abordou temáticas que contemplavam a “ênfase nas patologias sociais”, conforme salientou Mendes (2007), bem como que o conceito de solidariedade ganha destaque com esta ênfase; definimos, como primeiro critério, a temática abordada nas obras.

Com isso, os textos de autoria de Dejours que compõem os livros *Conferências Brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho* e *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*, publicados no Brasil em 1999 e 2004, respectivamente; não foram considerados como fontes para a presente pesquisa, tendo em vista que foram escritos originalmente no início da década de 1990, abordando questões e conceitos que representam a Fase 3, caracterizada principalmente pelo nascimento da psicodinâmica do trabalho.

Da mesma forma, outros dois livros, intitulados *Primeiro, o corpo: Corpo biológico, corpo erótico e senso moral* e *Psicossomática e teoria do corpo*, publicados em 2019, não foram considerados como fontes de pesquisa por versarem sobre a psicossomática, o que consiste em outra linha de pesquisa de Dejours, na qual ele tem publicações ao longo de sua trajetória como pesquisador.

O segundo critério que adotamos para a seleção das fontes a serem analisadas diz respeito à autoria/coautoria. Por quisermos compreender o conceito de solidariedade em obras de Dejours, entendemos ser pertinente não considerarmos a obra *Suicídio e trabalho: o que fazer?* que, embora tenha sido publicado na Fase 4 e aborde questões relacionadas às patologias sociais, foi escrito em conjunto com Florence Bègue.

Ainda com base neste critério, foram considerados como fontes de pesquisa apenas três dos seis capítulos do livro *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*, publicado em 2017, uma vez que os demais capítulos são de autoria de: Anne Bensaïd, Marie-Pierre Guiho e Patryck Lafond; e, Marie Grenier-Pezé.

Com isso, as obras selecionadas como fontes desta pesquisa são:

- a) *A banalização da injustiça social*, em 1999.
- b) *Avaliação do trabalho submetida à prova do real*, em 2008.
- c) *Trabalho Vivo*, publicados em dois volumes, em 2012.
- d) Três capítulos do livro: *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*, em 2017.

Tendo em vista que estas obras abordam questões diferentes e ao mesmo tempo interdependentes, elas abarcam o desenvolvimento das pesquisas e do pensamento do autor no período em questão. Diante disso, entendemos ser desnecessário considerarmos artigos e capítulos de livros escritos pelo autor, inclusive porque há uma vasta produção textual em livros de autoria única (DEJOURS; 1992; 1999a; 1999b, 2008, 2012a, 2012b) ou em livros que ele organiza, publicando textos de/ou com outros pesquisadores (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 1994; DEJOURS, 2017b).

Ademais, vale ressaltar que alguns artigos e capítulos de livros publicados por Dejours em obras organizadas por outros pesquisadores foram considerados ao longo desta pesquisa, quando julgamos pertinente.

4.3.2 Procedimentos de leitura, análise e interpretação dos resultados

Definidas as fontes de pesquisa, realizamos a leitura integral das fontes de pesquisa, resumindo o conteúdo e buscando os trechos em que o autor mencionou a palavra “solidariedade” que, quando encontrados, foram incluídos nas sinopses das obras em forma de citação direta. No decorrer desta leitura, consideramos também trechos em que constam as palavras “solidariedades” e “solidarizar-se”, por entendermos que o autor as utilizou quando tratava de “solidariedade”.

A partir daí passamos para a análise dos dados, o que se deu em duas etapas. A primeira, com vistas a descrever como o conceito aparece nas obras analisadas, considerando a incidência, os autores de referência e o(s) contexto(s) mencionados por Dejours.

Na segunda etapa desenvolvemos uma análise e interpretação dos resultados dos termos encontrados, norteadas por questões pertinentes ao propósito central desta pesquisa: é possível identificar algum sentido adotado

por Dejours dentre os dois atribuídos historicamente ao conceito de solidariedade e identificados no capítulo 03? Se sim, existe algum predominante? Qual?

Para responder tais questões, adotamos a técnica de ANS, que segundo Mendes (2007b, p. 74):

[...] consiste no desmembramento do texto em unidades, em núcleos de sentido formados a partir da investigação dos temas psicológicos sobressalentes no discurso. É uma técnica de análise de textos produzidos pela comunicação oral e/ou escrita. É aplicada por meio de procedimentos sistemáticos, que envolvem definição de critérios para análise.

Ressaltamos que os núcleos de sentidos em nossa pesquisa estão definidos *a priori*, a partir dos resultados de nossa pesquisa sobre a história e os sentidos do conceito de solidariedade, apresentados no capítulo 03 desta tese.

Tais resultados nos levaram a identificar dois sentidos presentes na contemporaneidade: a solidariedade que se manifesta como coesão/união entre pessoas que se encontram na mesma situação, promovendo ajuda mútua ou luta por algum objetivo comum; e, a solidariedade como caridade/benevolência entre pessoas que se encontram em situações diferentes, onde alguém precisa de ajuda e outro alguém pode ajudar. Esses dois sentidos nortearam a análise, interpretação e discussão dos resultados, conforme consta no capítulo 06.

Como indicadores desses sentidos, consideramos os conceitos utilizados como sinônimos (que reforçam e elucidam o sentido pertinente conceito em questão), além da interpretação do conteúdo do texto e do contexto nos quais o conceito foi mencionado pelo autor.

5 RESULTADOS

Considerando que o objeto desta pesquisa consiste no conceito de solidariedade em algumas obras de Christophe Dejours, selecionadas a partir de critérios apresentados no capítulo anterior, realizamos uma leitura de cunho investigativo e compreensivo. Investigativo porque buscamos localizar o termo solidariedade ao longo das obras, bem como compreensivo porque procuramos compreender tanto o conteúdo no qual o termo foi utilizado pelo autor, quanto o conteúdo integral das obras lidas.

Neste capítulo, apresentamos o resultado desta leitura que culminou na identificação de uma incidência de cinquenta e nove vezes dos termos considerados válidos (solidariedade, solidariedades e solidarização, conforme mencionado no capítulo 04), que estão destacadas em negrito¹⁴ em citações diretas nas sinopses das fontes de pesquisa apresentadas a seguir.

5.1 A banalização da injustiça social

Publicado originalmente na França, em 1998, sob o título *Souffrance em France; la banalisation de l'injustice sociale*, foi traduzido por Luiz Alberto Monjardim sob o título *A banalização da injustiça social* e publicado no Brasil em 1999.

Ao prefaciar a obra, Dejours (1999a) lança mão da situação de guerra para apresentar algumas de suas reflexões sobre o mundo do trabalho contemporâneo. Adverte, em nota de rodapé, que embora tais reflexões provenham de pesquisas realizadas na França, entende que o cenário econômico deste país não seja muito diferente de outros países da Europa e das Américas do Norte e do Sul, inclusive o Brasil; haja vista serem todos permeados pelo liberalismo.

¹⁴ Considerando que em alguns dos mesmos trechos dos textos analisados, o autor utilizou aspas ou itálico para destacar algumas palavras, optamos pela adoção do recurso “grifo” para nos referirmos aos destaques do autor.

Segundo o autor, a guerra econômica que caracteriza este cenário tem o desenvolvimento da competitividade como principal arma, levando à sobrevivência de poucas, em detrimento da destruição de muitas empresas, o que a torna uma questão de ordem política, uma vez que são decisões humanas que criam suas leis e os procedimentos necessários para o seu funcionamento. Nesta guerra, assim como em todas as guerras, há vencedores e vencidos. Mas, na luta contra o sofrimento pela sobrevivência e pelo sucesso no trabalho, tanto aqueles que sobrevivem, quanto aqueles que sucumbem estão sujeitos a vivenciar processos subjetivos como o medo e acionar suas estratégias de defesas (DEJOURS, 1999a).

Daí, a necessidade, ressaltada por Dejours (1999a, p. 17, grifo do autor), de buscarmos respostas para a questão central abordada deste livro, que consiste em: *“por que uns consentem em padecer sofrimento, enquanto outros consentem em infligir tal sofrimento aos primeiros?”*. Outrossim, ressalta que apesar de ter sido inspirada e fundamentada em pesquisas empíricas, a tentativa em responder tal questão tem uma orientação teórica. Compreender esta dinâmica psíquica pode indicar um caminho para agirmos contra essa situação de “guerra” em que se encontra o mundo do trabalho contemporâneo (DEJOURS, 1999a).

No **capítulo 1 - Como tolerar o intolerável?** Dejours trata, de forma geral sobre as posturas assumidas individual ou coletivamente diante da precarização que assola o mundo do trabalho contemporâneo. De acordo com o autor, tais posturas que em momentos anteriores da história eram de indignação levando a ações de luta contra injustiças; tornaram-se tolerantes após a década de 1980, levando à “passividade coletiva” e à “franca indiferença” diante da injustiça e do conseqüente sofrimento alheio. Mais especificamente, o autor afirma:

O sofrimento somente suscita um movimento de **solidariedade** e de protesto quando se estabelece uma associação entre a percepção do sofrimento alheio e a convicção de que esse sofrimento resulta de uma injustiça. Evidentemente, quando não se percebe o sofrimento alheio, não se levanta a questão da mobilização numa ação política, tampouco a questão de justiça e injustiça (DEJOURS, 1999a, p. 19).

E, ainda que:

Para sermos mais precisos, vemos nisso essencialmente uma evolução das reações sociais ao sofrimento, à adversidade e à injustiça. Evolução que se caracterizaria pela atenuação das reações de indignação, de cólera e de mobilização coletiva para a ação em prol da **solidariedade** e da justiça, ao mesmo tempo em que se desenvolveriam reações de reserva, de hesitação e de perplexidade, inclusive de franca indiferença, bem como de tolerância coletiva à inação e de resignação à injustiça e ao sofrimento alheio (DEJOURS, 1999a, p. 23).

Na sequência, o autor menciona que apesar de alguns analistas entenderem que essa passividade coletiva ou “inércia social e política” seja causada pela falta de perspectivas econômicas, sociais e políticas; ele entende que essa falta é uma consequência e não a causa da “evolução” mencionada. Segundo Dejours (1999a, p. 24), portanto,

[...] devemos tentar explicar de outra forma, que não pela falta de utopia social alternativa, a precariedade da mobilização coletiva contra o sofrimento. O problema passa a ser então o do *desenvolvimento da tolerância à injustiça*. É justamente a falta de reações coletivas de mobilização que possibilita o aumento progressivo do desemprego e de seus estragos psicológicos e sociais, nos níveis que atualmente conhecemos.

No **capítulo 2. O trabalho entre o sofrimento e o prazer**, o autor ressalta que, além do sofrimento daqueles que não se encontram empregados, é preciso considerar também o sofrimento daqueles que continuam a trabalhar, ocasionado principalmente pelo medo de perder o emprego. Este medo pode levar, ainda, à indiferença em relação aos que estão desempregados ou mesmo ao sofrimento ético, gerado pela convivência ou participação em processos que causam sofrimento aos seus colegas de trabalho. Para se defenderem de tais sofrimentos os indivíduos acionam suas estratégias defensivas.

No **capítulo 3 - O sofrimento negado**, ao discutir sobre a precarização que permeia todas as relações de trabalho, Dejours (1999a) afirma que “O essencial das variações do ritmo de produção (em função do total de pedidos) é absorvido por empregos precários, contratos com prazo determinado e sobretudo contratos emprego-**solidariedade** (CES)” (DEJOURS, 1999a, p. 50).

No **capítulo 4 - A mentira instituída** discutindo ainda os mecanismos que mantêm a “passividade coletiva”, Dejours (1999a) versa sobre o uso, por parte das empresas, da disseminação da crença de que é preciso manter-se a coesão interna para que a empresa sobreviva à concorrência. Neste cenário,

[...] impõe-se a todos uma disciplina, que consiste em defender e sustentar a mensagem de valorização, bem como abster-se de qualquer crítica, em nome da perenidade do serviço e da **solidariedade** em face da adversidade e da concorrência (DEJOURS, 1999a, p. 50).

No **capítulo 5: A aceitação do “trabalho sujo”**, Dejours (1999a) discute sobre a “coragem em fazer o mal”, a partir da seguinte questão: como a execução de um “trabalho sujo” (demitir, ou infligir sofrimento a outrem etc.) pode ser considerado como ato de coragem?

De acordo com Dejours (1999a, p. 80) isso é possível, uma vez que:

[...] na maioria dos casos, quem *ordena* o "trabalho sujo" está protegido das *vítimas* por toda uma série de intermediários que o executam e formam um anteparo entre ele e os que vão ser demitidos ou tratados desconforme as regras do direito e da justiça (por exemplo, fazê-los trabalhar 10 horas por dia sem lhes pagar, declarando apenas 39 horas por semana - quando não 35, após fazê-los assinar um contrato de **solidariedade**, tendo em vista a partilha do trabalho! -, como vimos recentemente numa pesquisa)?

Tais condutas, seja de quem ordena ou de quem executa o trabalho sujo, promovem o que Dejours (1999a) chama de sistema de virilidade. Neste sistema aqueles que questionam ou discordam das práticas que infligem sofrimento aos colegas ou subordinados, são tidos como “fracos/covardes”. Segundo Dejours (1999a, p. 82)

[...] quem diz não ou não consegue fazer o "trabalho sujo" assim age precisamente em nome do bem e da virtude. Na verdade, a coragem, nesse caso, certamente não é dar sua contribuição e sua **solidariedade** ao "trabalho sujo", e sim recusar-se energicamente a fazê-lo, em nome do bem, correndo assim o risco de ser denunciado, punido e até incluído na próxima lista de demissões. No sistema da virilidade, ao contrário, abster-se dessas práticas iníquas é prova de fraqueza, de covardia, de baixaza, de falta de **solidariedade**.

Em outras palavras, embora seja comum justificar algumas ações violentas - que ocorrem não só no trabalho, mas também no âmbito das relações familiares - como motivadas por interesses econômicos, o autor ressalta também que as mesmas podem ser motivadas pela virilidade que, por sua vez, tem sido considerada ao longo da história como um valor passível de admiração

(DEJOURS, 1999a). No entanto, o autor adverte ser este um erro que precisa ser questionado, embora ainda seja a visão predominante.

No **capítulo 6. A racionalização do mal**, Dejours (1999a) aborda como a virilidade pode se transformar em uma estratégia coletiva de defesa, que ele denomina de cinismo viril, por meio da qual alguns indivíduos não só negam suas práticas agressivas, como também podem provocar situações com desafios inatingíveis, a fim de justificar demissões daqueles que foram desafiados.

Este cinismo, juntamente com a necessidade de exposição da virilidade, pode também levar à uma ideologia defensiva do realismo econômico que leva pessoas de bem a acreditarem que a participação de tais práticas é legitimada pela “lógica econômica”. Mais especificamente, temos que “Nessa nova conjuntura mundial, a salvação coletiva estaria na maneira de conduzir a guerra das empresas. A violência não seria de natureza política ou moral, mas de natureza econômica” (DEJOURS, 1999a, p. 94).

No **capítulo 7. A ambiguidade das estratégias de defesa**, considera que a violência social não advém das estratégias individuais de defesa, mas sim de um processo de mobilização coletiva que passa, em geral, por estratégias coletivas de defesa, pois estas “[...] contribuem de maneira decisiva para a coesão do coletivo de trabalho [...]” (DEJOURS, 1999a, p. 103). É, portanto, por meio das estratégias coletivas de defesa que os indivíduos se unem para lutar contra o medo que os afligem. Mas, ao se unirem para se defender podem infligir sofrimento aos outros. Como exemplo de tal fenômeno, Dejours (1999a, p. 107) menciona “[...] a mobilização do povo alemão para o nazismo”.

No **capítulo 8. A banalização do mal**, o autor apresenta uma análise sobre “O caso Eichmann”, relatado e analisado por Hanna Arendt em seu livro intitulado *Eichmann em Jerusalém*. Diferentemente de Hanna Arendt, que analisou o caso como um problema de justiça e de direito, e, também, um problema ético; Dejours (1999a) desenvolve uma análise embasada na psicanálise e na psicodinâmica do trabalho.

Pautado na psicanálise, Dejours (1999a) identifica uma organização psíquica de Eichmann que ele chama de “retraimento da consciência intersubjetiva” que consiste na construção simbólica de uma fronteira entre o mundo intersubjetivo proximal e o distal. Com as pessoas que se encontram próximas, Eichmann pode mostrar afeição, confiança, sensibilidade e fidelidade;

já que “No primeiro mundo, o mundo proximal, Eichmann é sensível ao outro” (DEJOURS, 1999a, p. 114). Diferentemente, com pessoas que se encontram no mundo intersubjetivo distal, “Não existe nem compaixão, nem sensibilidade, nem empatia, nem capacidade de identificação para com outrem” (DEJOURS, 1999a, p. 114).

Essa indiferença com o mundo distal associada à suspensão da capacidade de pensar e “[...] a abolição da faculdade de *judgar* e da *vontade* de agir coletivamente contra a injustiça”, caracterizam a normopatía (DEJOURS, 1999a, p. 117, grifos do autor), da qual Eichmann é um representante perfeito, afirma o autor.

Ainda, sob a perspectiva da psicodinâmica do trabalho, Dejours (1999a, p. 118, grifo do autor) afirma que “O *comportamento normopático* pode resultar de uma estratégia defensiva e não da organização estrutural da personalidade” Este “comportamento defensivo normopático” se difere da “personalidade normopática”, já que se manifesta somente quando o sujeito vivencia medo por ameaças externas (e, não de conflitos intrapsíquicos) de precarização e de exclusão social (DEJOURS, 1999a).

Ao concluir o capítulo Dejours (1999a, p. 127) afirma que:

O enigma fundamental é a banalização graças à qual se podem arregimentar colaboradores e anuentes, a partir de uma população de pessoas de bem que dispõem, indubitavelmente, de senso moral. A abordagem clínica propiciada pela psicodinâmica do trabalho sugere que no cerne do processo de banalização do mal está o sofrimento, e que são as estratégias defensivas contra o sofrimento que podem - em certas condições caracterizadas pela manipulação da ameaça - ser utilizadas contra a racionalidade moral-prática, a ponto de arruiná-la.

No **capítulo 9. Requalificar o sofrimento**, portanto o autor resgata conceitos discutidos em capítulos anteriores como a virilidade, a coragem e a mentira. Dejours (1999a) reafirma que, embora o exercício da violência seja comumente visto como expressão de coragem, ancorada na virilidade; pela perspectiva da psicodinâmica do trabalho “A coragem é desobedecer e ao mesmo tempo arriscar-se a ser excluído da comunidade dos fortes viris, bem como arriscar-se a partilhar a sorte reservada às vítimas” (DEJOURS, 1999a, p. 132). Ainda, adverte que a “coragem” para anuir e até para infligir sofrimento a

outrem sustenta-se sobre a virilidade e a mentira, que contribuem para distorções, levando o “mal” a ser considerado como algo bom.

No **capítulo 10: Sofrimento, trabalho, ação** retomando a análise do caso Eichmann, Dejours (1999a) afirma que embora ele seja um típico representante da banalidade do mal, nem todos os alemães que participaram do nazismo têm a mesma constituição psíquica que Eichmann. Mas, ao contrário,

[...] a maioria das "pessoas de bem", à diferença de Eichmann, é dotada de um senso moral, de uma capacidade de pensar e de uma inteligência que os levam em geral a reprovar o mal e a barbárie e por vezes a opor uma hesitação, uma resistência ou mesmo uma recusa virulenta ao exercício deliberado e sistemático do mal contra outrem. Alguns chegam até a orientar sua ação para a **solidariedade**, o auxílio mútuo, a luta pela democracia e a justiça etc. (DEJOURS, 1999a, p. 138).

Dando continuidade, Dejours (1999a) discorre sobre as possibilidades de que o trabalho pode ser um meio que propicie a estruturação de coletivos de trabalho e a emancipação dos trabalhadores, mas pode também propiciar a banalização do mal. Ou seja:

O fato é que o trabalho é uma fonte inesgotável de paradoxos. Incontestavelmente, ele dá origem a terríveis processos de alienação, mas pode ser também um possante instrumento a serviço da emancipação, bem como do aprendizado e da experimentação da **solidariedade** e da democracia (DEJOURS, 1999a, p. 141).

Ressalta, porém, que para tanto:

Somente se pode esperar reação individual e coletiva diante da injustiça infligida a outrem - à feição de **solidariedade** ou ação política - se o sofrimento e o sentido desse sofrimento forem acessíveis às testemunhas. Em outras palavras, a mobilização depende principalmente da natureza e da inteligibilidade do drama vivido pela vítima da injustiça, da violência e do mal (DEJOURS, 1999a, p. 142).

Além de ser percebido e compreendido por outras pessoas é necessário que despertem a compaixão das mesmas, causando-lhes também sofrimento. Somente a partir daí é possível que as pessoas tenham “[...] vontade de agir contra a injustiça e o sofrimento infligidos a outrem” (DEJOURS, 1999a, p.143).

5.2 Avaliação do trabalho submetida à prova do real

Publicado originalmente na França em 2003, o conteúdo deste livro compõe o segundo volume da coleção Cadernos de TTO, que foi organizada pelo grupo de pesquisadores do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, denominado TTO - Trabalho, Tecnologia e Organização, desde a sua formalização em 1994.

Desde então foram desenvolvidos vários estudos por tais pesquisadores “[...] interligados por uma preocupação com a necessidade de modernização das condições e da organização do trabalho em sentido amplo” (FLEURY et al., 2008, p. 09). Ainda, de acordo com os organizadores da coleção, a mesma baseia-se no pressuposto de que, diante das inovações tecnológicas características do mundo do trabalho contemporâneo, a comunidade acadêmica pode ajudar na construção de processos melhores de desenvolvimento da inovação tecnológica, a partir de diferentes maneiras de olhar para o trabalho, advindas de áreas da ciência como, por exemplo, a ergonomia, a psicodinâmica do trabalho e a sociologia do trabalho.

Norteados por esse pressuposto e tendo em vista que a questão da avaliação (tema abordado por Dejours neste livro) “[...] vem contribuindo para o debate sobre o trabalho em nosso país e inspirando diferentes tipos de ação no espaço público, para favorecer a apropriação, por aqueles que trabalham, do sentido do seu trabalho”, Snelwar e Mascia (2008, p. 23), propuseram ao autor a publicação do conteúdo como o número 2 da Coleção Cadernos de TTTO, da qual são organizadores. A partir daí, o livro foi publicado no Brasil em 2008, estando estruturado em dois capítulos.

O primeiro, intitulado **Avaliação: uma problemática hesitante**; e, o segundo, **Tornar visível o invisível?** Após estes capítulos, o autor apresenta o relato da discussão realizada após uma conferência, na qual o conteúdo deste livro foi explanado por Dejours.

No **primeiro capítulo - Avaliação: uma problemática hesitante**, o autor aborda brevemente a história da avaliação do trabalho, retomando conceitos já descritos em estudos desenvolvidos sob o enfoque da psicodinâmica do trabalho em torno do que é trabalhar como, por exemplo: o trabalho prescrito e o real do trabalho, a relação entre a subjetividade e o saber-fazer do corpo e as estratégias

de defesa contra o sofrimento. Considerando, de forma geral, que “Trabalhar é preencher o espaço entre o prescrito e o efetivo”, Dejours (2008, p. 39) ressalta que é fundamental que haja uma mobilização subjetiva, que não é visível, nem passível de avaliação qualitativa ou quantitativa.

Essa invisibilidade, então, é abordada no **segundo capítulo - Tornar visível o invisível?** Para tanto, começa dizendo que, assim como na dramaturgia, também no trabalho muitos movimentos, aptidões físicas e mentais, bem como processos subjetivos são acionados, embora não possam ser vistos, pois o que se procura mostrar é o resultado, que de forma geral é considerado como o desempenho do trabalhador. Isto o leva a concluir que “[...] o trabalho comum não é acessível à observação direta”; bem como que “[...] quaisquer que sejam os métodos empregados, o trabalho efetivo nunca poderá ser integralmente trazido à visibilidade” (DEJOURS, 2008, p. 58), sendo que os aspectos subjetivos e intersubjetivos inerentes ao trabalhar só podem ser acessados por meio da palavra dos trabalhadores.

No entanto, para o autor, no mundo do trabalho contemporâneo empresas de produção de bens e de serviços, seja do setor público ou do privado, têm adotado métodos de avaliação pautadas no desempenho, no tempo de trabalho, nas competências ou na qualidade. Após analisar cada um deles, Dejours (2008), aponta seus limites quanto à avaliação do que é real no trabalho, pois não consideram as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, que não são previstas nas prescrições de procedimentos para a execução das tarefas.

Não obstante estes limites estarem sendo apontados por estudos desenvolvidos sobre o trabalho, as ciências voltadas para a gestão continuam preconizando e utilizando tais métodos, o que causa prejuízos financeiros para as empresas e danos à saúde dos trabalhadores (DEJOURS, 2008).

Os prejuízos de ordem econômica advêm de acidentes ou até mesmo de catástrofes cujas causas foram negligenciadas devido aos limites dos métodos de avaliação supracitados, principalmente por não considerarem o real do trabalho (DEJOURS, 2008). No que tange à saúde dos trabalhadores, Dejours (2008, pp. 79-80) afirma que “Entre os diferentes métodos, a avaliação individualizada do desempenho mostra-se, sem dúvida, a mais nociva e amedrontadora”, contribuindo para a inserção do medo no mundo do trabalho.

No tópico intitulado *Consequências para a saúde dos trabalhadores*, o autor ressalta que:

Não há nada de novo nos sentimentos de injustiça provocados pelas apreciações às quais os trabalhadores são submetidos. O que é novo é que, agora, as pessoas se encontram sós diante desses novos métodos de avaliação. De fato, a avaliação individualizada gera condutas de concorrência generalizada entre trabalhadores que chegam até à deslealdade. O resultado mais tangível desses novos métodos de avaliação é a desestruturação da **solidariedade**, da lealdade, da confiança e do prazer de conviver no trabalho. Essa solidão que Hannah Arendt (ARENDR, 1989) chamou de “desolação” torna os indivíduos muito mais vulneráveis à avaliação e à punição (DEJOURS, 2008, p. 80).

Desolação que, por sua vez, pode se agravar a tal ponto de levar a suicídios, fenômenos que para o autor começaram a ocorrer no trabalho nas últimas décadas. Mas, apesar das possíveis consequências desastrosas provocadas por métodos, pautados principalmente nos novos modos de gestão, Dejourn (2008) considera que a avaliação do trabalho continua sendo legítima, já que todos esperam alguma retribuição por seu trabalho. Retribuição expressa tanto em forma de salário (material), quanto em forma de reconhecimento (simbólica), sendo que este último “[...] não é uma avaliação objetiva, mas uma forma de julgamento que contém uma parte de avaliação – avaliação equitativa, justamente – condensando, ao mesmo tempo, critérios de eficiência e de justiça” (DEJOURS, 2008, p. 85). Portanto, a avaliação equitativa é aquela que “[...] pressupõe que sejam levados em conta não somente critérios relativos à verdade das circunstâncias no mundo objetivo, mas também critérios de justiça e relativos à saúde de cada indivíduo que trabalha” (DEJOURS, 2008, p. 83).

Porém, ainda que seja possível haver reconhecimento e avaliação equitativa no trabalho, o autor afirma que:

No contexto do trabalho, no qual a confiança, o convívio e a **solidariedade** foram desestruturados pelas novas formas de organização do trabalho, gestão e administração, as condições de julgamento e de reconhecimento encontram-se fortemente comprometidas. É possível restabelecê-las? E aliás, será que isso bastaria para substituir a avaliação? Sem dúvida, é factível restabelecer as condições que tornariam possível o julgamento entre pares, mas isso supõe uma política do trabalho bem diferente das orientações que foram difundidas com a virada neoliberal – e principalmente com a avaliação individual dos desempenhos (DEJOURS, 2008, p. 86).

Finalmente, Dejours (2008) afirma que, para realizar a avaliação equitativa, faz-se necessário que o real do trabalho seja conhecido por superiores e colegas. E, ainda sugere que profissionais formados em pesquisa de campo trabalhem juntamente com os avaliadores, a fim de conhecerem o trabalho concreto e efetivo; ou melhor, o real do trabalho.

5.3 Trabalho vivo

5.3.1 Tomo I - Sexualidade e trabalho

Publicado originalmente na França em 2009, composta por dois volumes, esta obra foi traduzida para o português por Franck Soudant, e publicada no Brasil em 2012.

De forma geral, o autor considera estarmos vivendo uma crise política que atinge diretamente o trabalho contemporâneo. Ao introduzir o primeiro volume desta obra, afirma que “Ao invés de gerar otimismo e alegria, o capitalismo faz prosperar o medo” (DEJOURS, 2012a, p. 21). Ademais, a influência da ideologia neoliberal sobre o modo de gestão adotado por grande parte das empresas de produção de bens ou serviços, tem contribuído, por um lado, para o sucesso do capitalismo; e, por outro lado, para a degradação das relações de civilidade, o que não é considerado como um fracasso do capitalismo. Em suas palavras: “Seria um fracasso se aqueles que comandam e decidem buscassem por todos os meios a via de uma justa distribuição das riquezas e propugnassem os valores da **solidariedade**” (DEJOURS, 2012a, p. 21).

Mas, ao contrário, o que se tem visto é um fortalecimento das técnicas de dominação do neoliberalismo, o que promove a solidão (ou “desolação” no sentido arendtiano); e, conseqüentemente a impotência em agir e a inércia frente às injustiças. Ainda fruto desta solidão, ocorre o agravamento das patologias ligadas ao assédio no trabalho que, por sua vez, sempre existiu, mas nos últimos anos tem contribuído para o crescimento da busca por psicoterapia. Ou seja:

A incidência crescente de patologias ligadas ao assédio não se deve, provavelmente, à sua intensificação, visto que o assédio sempre foi praticado pelos chefes, mas sobretudo à solidão e ao fim das reações e gestos de **solidariedade** face ao sofrimento e à injustiça. Suicídios no trabalho e patologias do assédio são as formas mais eloquentes da desagregação do viver junto no dia a dia (DEJOURS, 2012a, p. 21.).

Portanto, Dejours (2012a, p. 30) ressalta que:

Se a desestruturação da **solidariedade** e a crise política levam nossos contemporâneos aos consultórios do clínico, não seria uma aberração partir da própria experiência clínica para tentar compreender os propulsores psíquicos relacionados à vontade de agir, ou ao contrário, que denotam a resignação.

Para tanto, o autor recorre à metapsicologia freudiana, que revela a centralidade da sexualidade nas condutas humanas, o que se expressa tanto na construção da subjetividade quanto nas relações sociais. Recorre, também, à psicodinâmica do trabalho que considera o trabalho como central no que tange à análise da condição humana contemporânea.

Pautado nestas duas fontes teóricas, Dejours (2012a, p. 26) se propõe, a defender a tese de que “[...] ao trabalho caberia um papel determinante na elaboração das relações de civilidade graças às quais os indivíduos conseguem viver e agir juntos”; o que implica em considerar: uma teoria sobre a sexualidade humana; um exame sobre a dupla centralidade da sexualidade e do trabalho, que tem como o corpo como amalgama; e, ainda, “[...] uma teoria das relações entre os seres humanos que formam a sociedade” (DEJOURS, 2012a, p. 26).

Sendo o primeiro volume da obra em questão dedicado ao exame de tais temas, o segundo volume é voltado para a análise da seguinte questão:

Se, de fato, o trabalho ocupa um lugar de destaque na construção da identidade e nas relações sociais, em que condições uma nova forma de pensar o trabalho pode oferecer instrumentos para fazer frente à crise política e sustentar uma luta coerente contra a decadência da *polis*? (DEJOURS, 2012a, p. 27).

Isso posto, passaremos à síntese do primeiro volume, que está estruturado em oito capítulos. No **capítulo 1 - A inteligência no trabalho**, Dejours (2012a) apresenta vários exemplos (tanto de sua própria experiência profissional, quanto de estudos sobre outras profissões) para ilustrar como o trabalhar mobiliza física e afetivamente o sujeito, que encontra soluções para

superar os imprevistos com o qual se depara. E, com isso, transforma-se e desenvolve competências, que compõem sua inteligência astuciosa (a *métis* dos gregos), o que não pode ser transmitido por meio do ensino, pois este contempla apenas a transmissão de conhecimento.

A invenções ou inovações desenvolvidas pelos trabalhadores a partir inteligência astuciosa, para superar obstáculos não previstos podem ser camufladas, por não constarem nas prescrições formais do trabalho; ou podem ser compartilhadas com os colegas; o que consiste no único meio para uma avaliação qualitativa do trabalho pelos pares. Isso porque, segundo Dejours (2012a, p. 38) “Trabalhar é preencher a lacuna existente entre o prescrito e o efetivo” o que, na maioria das vezes, é invisível e, portanto, imensurável.

No **capítulo 2 - O trabalho entre corpo e alma**, o autor apresenta, inicialmente, uma análise do conceito de pulsão tendo como principal referência o texto de Freud “Pulsões e destinos de pulsões”, publicado em 1915. A partir dessa análise, Dejours (2012a) identifica três estágios na definição do conceito em questão, sendo que: no primeiro, Freud defendeu que a fonte das pulsões encontra-se ligada às necessidades do corpo biológico, e não nas zonas erógenas; no segundo estágio, as pulsões consistiam em representantes psíquicos de estímulos do corpo que chegam à alma; e, no terceiro, Freud aponta a pulsão como mediadora da exigência do trabalho psíquico, que pode levar à satisfação da pulsão e/ou elaboração.

De acordo com o autor, a partir desse último estágio pertinente à definição de pulsão, é possível compreender que “[...] a ‘correlação’ (*Zusammenhang*) entre o somático e o psíquico seria, em sua própria essência, da esfera de um trabalho” (DEJOURS, 2012a, p. 70).

Para analisar a “inteligência do corpo” Dejours (2012a) retoma, no **capítulo 3 - Inteligência e teoria do corpo pensante**, algumas questões abordadas pelo filósofo Maine de Biran, que “Procura identificar o princípio da ideação, da formação do corpo subjetivo e do Eu” (DEJOURS, 2012a, p. 83). Suas reflexões teóricas contribuem para se compreender como o “trabalhar” mobiliza novas sensibilidades do corpo, a partir das quais são desenvolvidas habilidades profissionais (DEJOURS, 2012a).

No **capítulo 4 - Rumo a uma metafísica do corpo**, Dejours (2012a) continua a tecer um paralelo entre a teoria de Maine de Biran e a de Freud, tendo

em vista que “As questões levantadas por Freud sobre os ‘processos do pensamento’ são as mesmas formuladas por Maine de Biran” (DEJOURS, 2012a, p. 95). Embora em suas respostas para tais questões ambos tenham identificado a formação de um segundo corpo (o corpo subjetivo, a partir do corpo biológico), há pontos de divergência entre ambos. O primeiro, apontado por Dejours (2012a) diz respeito ao “prazer” que Freud considera presente, por exemplo, desde as atividades orais da criança; enquanto “[...] Maine de Biran não concede qualquer lugar específico ao prazer” (DEJOURS, 2012a, p. 91) relacionado às atividades infantis, embora defenda que a origem do pensamento (que promove a formação de um segundo corpo, ou um Eu não biológico) está associada a tais atividades.

Ainda, o segundo ponto de divergência entre ambos consiste no fato de que a concepção de Maine de Biran sobre a formação do Eu “[...] permanece basicamente solipsista e só considera o desenvolvimento da capacidade de pensar a partir dos poderes do corpo, independente da relação com o outro” (DEJOURS, 2012a, p. 97); o que não condiz com a concepção de Freud, que considera o outro essencial na formação do Eu. Ou, mais especificamente, na metapsicologia freudiana, “O desenvolvimento do corpo erótico é a resultante de um diálogo em torno do corpo e de suas funções que se apoiam nos cuidados corporais dispensados pelo adulto e cujas principais etapas ocorrem nos primeiros anos de vida” (DEJOURS, 2012a, p. 108).

Mas, se a Filosofia dos princípios, de Maine de Biran, contribui para a compreensão sobre a origem do pensamento e da inteligência, a singularidade que caracteriza cada indivíduo, só pode ser compreendida quando consideramos também “[...] as vicissitudes particulares da edificação sexual” (DEJOURS, 2012a, p. 98).

Para elucidar este processo, Dejours (2012a) recorre à teoria da sedução generalizada de Laplanche, que entende que o adulto, ao cuidar de uma criança, emite mensagens comprometidas com conteúdos eróticos inconscientes, por meio de expressões de carinho e de cuidado demonstradas por contatos físicos e por gestos. Essas mensagens, quando recebidas pela criança, exigem trabalho psíquico para serem interpretadas ou “traduzidas” (de acordo com a teoria de Laplanche), o que leva à origem tanto do pensamento, quanto do inconsciente da criança.

Embora o “cuidar” do adulto seja, na maioria das vezes, repleto de afeto, há situações em que ocorrem manifestações violentas ou que demonstram aversão ao corpo da criança, denominadas por Laplanche como “acidentes da sedução”, sobre os quais o autor aborda no **capítulo 5 - Limites do corpo erótico e gênese da violência**. De acordo com Dejours (2012a), portanto, desses “acidentes da sedução” decorrem consequências de duas ordens para a dinâmica psíquica da criança: a agenesia do corpo erótico, e o bloqueio do pensamento. Consequências que, por sua vez, podem se manifestar posteriormente como doenças somáticas, diversas formas de frigidez; ou, ainda, como compulsão de autodestruição, o que Freud descreve como “pulsão de morte” (DEJOURS, 2012a).

Para abordar diferenças entre pulsão e compulsão Dejours (2012a, p. 148-149) dedica o **capítulo 6 - Entre pulsão e compulsão do livro em questão**. Analisando mais especificamente os conceitos de “pulsão sexual de morte” e o de “compulsão não sexual de morte”, o autor afirma que uma diferença fundamental entre ambos consiste no fato de que o segundo “[...] sempre indica um movimento proveniente do frio, do vazio, da não vitalidade, da própria morte”, enquanto no primeiro a “[...] retomada pelo pensamento permanece possível”.

O **capítulo 7 - Um equivalente invertido da violência ordinária: servidão e trabalho doméstico** Dejours (2012a) inicia afirmando que, além da compulsão de autodestruição (mencionada no capítulo anterior), há também muitas pessoas que direcionam suas “pulsões de morte” contra outras pessoas, o que pode se manifestar como compulsão de heterodestruição; que ocorrem tanto em âmbito social quanto privado. Em ambos os contextos, levam a relações de dominação-submissão, que estão presentes em muitas relações amorosas e de trabalho (DEJOURS, 2012a). Para tanto, retoma e discute conceitos como: amor, apego, sexualidade, gênero, identidade, dentre outros.

É no **capítulo 8 - Do trabalho à subjetividade**, que Dejours (2012a) retoma, de forma sucinta e correlaciona alguns conceitos abordados nos capítulos anteriores, afirmando que.

Ao se dar conta do que implica o trabalho – a saber: a confrontação com o real da tarefa, a confrontação com o real do inconsciente e o real das relações de gênero -, pode-se observar com alguma precisão o que o trabalho representa como provação da subjetividade, não omitindo que ao termo dessa provação há uma recompensa ou uma

pena ainda maior, seja em termos de realização de si mesmo e de construção da identidade (cf. as conquistas da saúde), seja em sentido oposto, em termos de patologias mentais (DEJOURS, 2012a, p. 185).

Ainda, após investigar o uso do termo trabalho ao longo da obra de Freud, Dejours (2012a) identificou que o mesmo abordou o trabalho como criação/invenção (*poiesis*), bem como várias modalidades de trabalho psíquico (*Arbeit*), tais como: trabalho do sonho, trabalho de elaboração, trabalho de perlaboração etc. Porém, Freud não tratou do trabalho ordinário, ou trabalho de produção de bens e serviços (DEJOURS, 2012a).

Dito isso, é possível retomar a questão da dupla centralidade que está no cerne desta obra dejouriana, já que: “É o conceito de *Arbeit* que constitui o elo intermediário capaz de unir as duas centralidades: centralidade do trabalho (*poiesis*), centralidade da sexualidade, para associá-las de forma irreduzível em uma centralidade dupla” (DEJOURS, 2012a, p. 193-194).

Complementando, ao concluir o Tomo I da obra em análise, Dejours (2012a, p. 201) afirma que:

[...] o que a clínica revela é que não pode haver *poiesis* sem que haja *Arbeit*. Em outras palavras: não há trabalho de produção sem trabalho de remanejamento da organização psíquica, que alcança as partes mais delicadas de sua arquitetura. O conjunto do processo que, partindo da *poiesis* alcança o *Arbeit*, é esse processo mesmo que é designado pelo termo trabalho vivo.

Considerando, portanto, que as exigências que o trabalhar apresenta para os sujeitos, mobilizam não só o corpo físico, mas também conteúdos conscientes e inconscientes de sua dinâmica psíquica; Dejours (2012a) ressalta, ao final deste tomo, o conceito de *akrasia*. Segundo ele, este termo diz respeito à “[...] fraqueza da vontade que leva a agir no sentido oposto àquele que indica o juízo ou a razão” (DEJOURS, 2012a, p. 202), o que é bastante comum no mundo do trabalho contemporâneo. É, portanto, por meio da *akrasia* que alguns trabalhadores não desenvolvem quadros psicopatológicos ao agirem de forma contrária ao que consideram ético.

Mas, se este caminho é bastante presente no mundo do trabalho contemporâneo, ele não é o único; haja vista que, para Dejours (2012a, p. 205) “O trabalho permite conjurar a fraqueza da vontade quando oferece aos indivíduos a oportunidade de mobilizar-se em uma construção coletiva bem

específica: a cooperação”. Com isso, o autor encaminha os leitores para o tema a ser abordado no segundo volume da obra.

5.3.2 Tomo II - Trabalho e emancipação

Ao introduzir este tomo, Dejours (2012b) inicia resgatando, de forma breve, a história da psicodinâmica do trabalho, bem como apresentando os propósitos desta obra. Nas palavras do autor, “Este livro procura observar o estado da arte dos conhecimentos clínicos e teóricos hoje disponíveis se desejarmos pensar os princípios de uma nova política do trabalho” (DEJOURS, 2012b, p. 14), advertindo adiante que, para tanto, é necessário uma teoria do “trabalho vivo”.

Teoria que abrange uma antropologia do trabalho individual que, pelo enfoque da psicodinâmica do trabalho, está embasada na psicanálise, conforme apresentado no Tomo I: Sexualidade e trabalho. Mas, abrange também a dimensão política do trabalho vivo, que é o objeto do Tomo II: Trabalho e emancipação.

Ainda, na introdução, adverte que essa nova política

[...] não teria tão só a ambição de prevenir as doenças mentais no trabalho, mas que retomaria o domínio sobre a organização do trabalho para dela obter a potencialidade de recursos na construção da saúde e na realização de si mesmo, de um lado, e na aprendizagem de viver junto e da recomposição das ligações de **solidariedade**, de outro (DEJOURS, 2012b, p.14).

Com isso, Dejours (2012b) propõe-nos uma reflexão sobre possibilidades de encontrarmos uma nova forma de organizar o trabalho, considerando as dimensões individual e social implicadas no “trabalho vivo”, que é visto como central nas dinâmicas psíquicas dos sujeitos e nas relações sociais existentes entre os mesmos.

Para tanto, apresenta no **capítulo 1 - Subjetividade, trabalho e ação: Uma visão de conjunto** “[...] uma visão do conjunto da obra destes dois volumes [...]” (DEJOURS, 2012b, p. 21). Inicia, portanto, retomando alguns conceitos e temas, abordados no tomo I, como: trabalho, o real do trabalho, sofrimento e

inteligência, a inteligência e o corpo, do trabalho ao corpo, o segundo corpo, trabalho e visibilidade, e, a subjetividade entre trabalho e sexualidade. Enquanto inicia o capítulo retomando conceitos, entendemos que no último tópico – intitulado *A subjetividade entre experiência singular e ação coletiva*, Dejours (2012b) apresenta questões que serão abordadas nos próximos capítulos do Tomo II. Mas, entre os primeiros e os últimos tópicos, o autor apresenta um tópico com o mesmo título do capítulo em questão *Subjetividade, trabalho e ação*, no qual afirma que:

Com a evolução do trabalhar sob o império das novas formas de organização do trabalho e de gestão específicas ao neoliberalismo, trata-se, *nolens volens*, do vir a ser do homem que toma partido. Colocar a questão da subjetividade na teoria política é levantar a questão *do lugar que se estabelece para a vida na concepção mesma da ação* (DEJOURS, 2012b, p. 35, grifo do autor).

E, ainda que:

Se se considerar o que a cooperação pode trazer no registro individual e no registro social, pode-se compreender porque é possível a construção de uma **solidariedade** fundamental entre a experiência subjetiva que se busca a si mesma e a implicação coletiva na vontade de contribuir com as condições éticas do viver junto (DEJOURS, 2012b, p. 41).

Para aprofundar, então sua análise sobre os processos intersubjetivos implicados no desenvolvimento moral e político da humanidade, o autor retoma no **capítulo 2 - A psicologia das massas sob a perspectiva da clínica do trabalho, o texto *Psicologia das massas e análise do Eu***, publicado por Freud em 1920. Segundo Dejours (2012b), apesar de algumas críticas terem sido tecidas, por sociólogos e etnólogos, aos textos ditos sociológicos de Freud, os mesmos contribuem para a compreensão acerca da formação da cultura, das instituições e da sociedade.

Ao analisar especificamente o referido texto, Dejours (2012b) assinala que enquanto Freud procura compreender como se dão as ligações ente indivíduos que levam à formação dos aglomerados humanos, o seu interesse se volta para a compreensão sobre o que dissolve estas ligações. E, ainda, considerando as contribuições advindas da clínica do trabalho, retoma os conceitos de estratégias individuais e coletivas de defesa, bem como de ideologias defensivas, a partir

dos quais afirma ser o medo o principal desestruturador das ligações no trabalho (DEJOURS, 2012b).

Quando as estratégias defensivas se tornam insuficientes para defender os trabalhadores do sofrimento gerado pelas ameaças inerentes aos métodos de gestão, estes acabam acirrando também as forças defensivas a tal ponto de transformá-las em ideologias defensivas, que corrompem ainda mais os laços sociais entre os trabalhadores. Em outros termos,

[...] a ameaça traduz-se, mais cedo ou mais tarde, pela perda de confiança e de lealdade, pela desconfiança e, por fim, pela desestruturação das **solidariedades**. O coletivo de defesa corre o risco de ser ameaçado em sua coesão por essa mesma desconfiança que faz com que cada um seja mais frágil frente à luta contra o medo. [...]. Sob o império do medo produzido pela intensificação da ameaça, os que hesitam (aqueles que não exibem de forma clara os sinais exteriores de adesão às estratégias de defesa coletiva), tornam-se alvos fáceis, alvos preferenciais. Neste estágio, custe o que custar, as defesas devem ser protegidas. É em suma necessário defender as defesas (DEJOURS, 2012b, p. 66).

Portanto, o medo é considerado como o propulsor do surgimento de massas não organizadas¹⁵, dentre as quais aquelas que se formam a partir de uma ideologia defensiva, são as que se encontram entre as “[...] formas clínicas mais comuns” (DEJOURS, 2012b, p. 69). Surge, assim, um novo coletivo (não necessariamente condizente com a organização formal) de indivíduos que se unem para lutar contra um inimigo, que pode fazer parte do grupo ou não.

Se, para Freud, as ligações entre os sujeitos que compõem tanto as massas não organizadas, quanto as organizadas, provêm da libido ou do amor; para Dejours (2012b) a clínica do trabalho mostra que essas ligações são mantidas por meio de um “[...] conluio imaginário que é capaz de restabelecer a clivagem e, *via* o imaginário social, de fornecer as racionalizações e justificarem o emprego da força e da violência que o sentido moral reprova” (DEJOURS, 2012b, p. 72, grifo do autor). Este conluio se forma a partir de sentimentos de potência, força, poder, invencibilidade etc., compartilhadas de entre os membros da massa, levando à identificação e coesão entre eles.

¹⁵ O termo “massa não organizada” é utilizado por Freud no texto analisado por Dejours para se referir aqueles agrupamentos que se formam espontaneamente; diferentemente de “massas organizadas”, que são criadas intencionalmente, como igrejas e forças armadas, citados por Freud como exemplos.

Ao concluir o capítulo, Dejours (2012b, p. 72-73) retoma a questão da emancipação, afirmando que:

Do ponto de vista da emancipação, a massa organizada propicia possibilidades a serem examinadas, em detalhes, a partir da clínica do trabalho. Esta clínica permitirá a realização de uma análise dos agentes da cooperação e da **solidariedade**. Em contrapartida, a massa não organizada, cuja ideologia defensiva contra o medo serviu de modelo – e que experimenta, a um só tempo, o fracasso da atividade deôntica e a derrota do pensamento – só é capaz de produzir destruição, mais ainda, promover a barbárie.

Por fim, na passagem da coesão (que repousa sobre ligações de civilidade) à coesão (que repousa na referência do inimigo comum), é necessário considerar dois processos que são sucessivos, mas independentes: neutralização e desestruturação das ligações de **solidariedade** e de cooperação sob efeito do medo, inicialmente, na sequência, edificação de um conluio imaginário. Nenhum mecanismo preside o encadeamento desses dois processos. Quando, após o primeiro deles, o segundo não chega ao seu termo, assiste-se a descompensações psicopatológicas frequentes e graves, chegando a extremos tais como o suicídio no local de trabalho. Em caso de sucesso do segundo processo, as descompensações psicopatológicas são conjuradas, mas abre-se então a via que leva à destrutibilidade coletiva.

Considerando tais apontamentos advindos da clínica do trabalho que contribuem para a compreensão de processos que podem levar à desestruturação de coletivos de trabalho; Dejours (2012b) tece uma análise sobre a cooperação na constituição de um coletivo de trabalho. Essa análise é apresentada no **capítulo 3 - Outra forma de civilidade: a cooperação**.

Abordando, inicialmente sobre o trabalho coletivo, Dejours (2012b) afirma que, assim como o trabalho individual requer a mobilização das inteligências, (que são singulares) esta mobilização pode levar ao caos e à desestruturação do coletivo (quando a divergência predomina), mas também pode levar à construção do trabalho coletivo (quando há confiança, lealdade, discussão e deliberação compartilhada entre os trabalhadores).

Dito isso, o autor passa a analisar duas dimensões da cooperação: a liberdade de deliberação e a convivência, uma vez que para Dejours (2012b, p. 86) o que move a cooperação “[...] é a liberdade da vontade em nível individual; a formação de uma vontade de agir ou de trabalhar junto, em nível coletivo”. Porém, ressalva que nem sempre a cooperação se dá por uma livre escolha dos trabalhadores, pois pode ser motivada também por medo decorrente das ameaças presentes no mundo do trabalho contemporâneo como, por exemplo,

a avaliação individual de desempenho que “[...] contribui de forma determinante, na primeira década deste século, a desestruturar as **solidariedades** [...]. A desconfiança entrou em cena trazendo consigo o medo ao mundo do trabalho” (DEJOURS, 2012b, p. 87).

Se, por um lado, o medo destrói a confiança e as ligações entre os trabalhadores causando danos à saúde mental dos mesmos; por outro lado, tornou-se um poderoso meio de gestão, adotado por muitas empresas, já que leva a potencialização da produtividade. Neste último caso configura-se a gestão pelo medo, que se dá de duas formas: “[...] pela exploração do saber-fazer e das competências coletivas acumuladas pela organização do trabalho anterior à política de avaliação individualizada”; e/ou, “[...] pela cooperação reduzida em busca de compatibilidades” (DEJOURS, 2012b, p. 88-89). Enquanto a fonte da primeira forma (o saber-fazer coletivo) pode se esgotar, a segunda forma é perene.

De acordo com Dejours (2012b, p. 91) “Na cooperação reduzida em busca de compatibilidades, a cooperação se faz com objetos técnicos, enquanto as relações humanas se empobrecem e se tornam rarefeitas”. Para ilustrar tal tipo de cooperação, o autor menciona casos em que colegas de trabalho passam a se comunicar e trocar informações por meios eletrônicos, mesmo estando fisicamente no mesmo ambiente. Ainda, afirma que:

Essa forma de cooperação que se pode também designar com o termo de cooperação “maquínica”, apaga os espaços de deliberação formais, destrói a convivência, desumaniza o mundo do trabalho e semeia a desolação com seu cortejo de consequências médico-psiquiátricas. Em verdade, ela atravanca, a termo, a cooperação “viva” *stricto sensu* (Dejours, 2012b, p. 91-92, grifos do autor).

Cooperação que, por sua vez, não é natural, mas sim construída socialmente por interesses egocêntricos e não altruístas dos indivíduos. Dentre tais interesses encontra-se o desejo ou a expectativa por retribuição, principalmente em forma de reconhecimento simbólico que, quando ocorre, confere sentido ao trabalho; e, conseqüentemente, a realização de si e o fortalecimento da identidade. Com o reconhecimento, a valorização social pelo “trabalho realizado” possibilita a sublimação que, segundo Dejours (2012b, p. 112) “[...] necessitaria, para chegar ao seu objetivo, passar pela deontologia do

fazer, ou seja, pela implicação do sujeito na elaboração e no ajuste das regras que organizam a cooperação”.

Dando continuidade em sua análise sobre a cooperação, Dejours (2012b) apresenta o **capítulo 4 - Os limites axiológicos da cooperação e a questão da renúncia**, o qual inicia afirmando que:

A cooperação é com certeza um poderoso dispositivo de estruturação das ligações de ajuda mútua, **solidariedade** e harmonia entre os indivíduos. Mas essa construção coletiva de trabalho beneficia diretamente ao “mundo”, no sentido arendtiano do termo? É possível, uma vez que a “deontologia do fazer” constitui um verdadeiro aprendizado da deliberação coletiva e da participação no confronto de opiniões, assim como da formação de acordos normativos e de regras. Mas trata-se tão só de uma possibilidade. Em certos casos, a **solidariedade** nascida do trabalho pode ser colocada a serviço do pior, assim como na produção do mal (DEJOURS, 2012b, p. 113.).

Acrescentando que:

E, de fato, se a atividade deontica própria à cooperação constitui um recurso formidável para estabelecer o entendimento e a **solidariedade** no âmbito de um coletivo, isso não significa um reflexo da cooperação naqueles que não pertencem a este coletivo. É assim que a clínica do trabalho não poupa um pesquisador de um mal-estar em relação a ocorrência de injustiças cometidas em nome dessas pretensas **solidariedades** contra os coletivos sem um grande poder de organização e que não conseguem defender-se (DEJOURS, 2012b, p. 115).

Para ilustrar tais afirmações o autor retoma uma situação identificada em uma pesquisa realizada no âmbito de uma indústria petroquímica onde havia uma diferença significativa quanto aos direitos e deveres entre duas categorias de operários (uma de funcionários contratados diretamente pela empresa e outra de terceirizados). De acordo com Dejours (2012b), a partir das regras de trabalho elaboradas durante anos pelos funcionários da casa levaram a diretoria a delegar-lhes a responsabilidade de administrar recursos financeiros destinados à serviços como manutenção e reparos de equipamentos, dentre outros. Com tal “poder de gestão”, os funcionários diretos da empresa delegavam os serviços mais pesados e insalubres aos terceirizados, poupando-se dos mesmos. Considerando tal caso, Dejours (2012b, p. 116) afirma que:

Situações deste tipo mostram que a atividade deontica pode incentivar a criação de fortes **solidariedades** no âmbito das equipes. No entanto,

esta **solidariedade** destinada inicialmente à luta contra as injustiças vindas de cima permite também redistribuir a injustiça para baixo.

Embora a clínica do trabalho tenha demonstrado que o reconhecimento promove o sentimento de pertencimento a um coletivo (em nível social) e de construção e fortalecimento da identidade (em nível singular), situações como a supracitada indicam alguns limites do reconhecimento no que tange aos seus efeitos positivos para o indivíduo e para a sociedade (DEJOURS, 2012b). Diante de tal constatação, o autor tece uma discussão sobre os limites axiológicos do reconhecimento, que podem ser nocivos à saúde mental, tanto daqueles que trabalham, quanto daqueles que perderam seus espaços de trabalho.

Dentre tais efeitos, Dejours (2012b, p. 119) aborda o medo da solidão, afirmando que:

O medo da solidão é aqui o medo de se encontrar privado de reconhecimento. Essa situação é perigosa no plano psicológico para todo ser humano. E não se trata de uma situação excepcional. É o caso de todos aqueles que estão privados de um emprego, dos que são lançados ao ostracismo ou que são discriminados, das vítimas do racismo, da injustiça, da humilhação, do desprezo, é o caso para todos os que se encontram em uma posição de *paria*, os privados precisamente de pertencimento e sobretudo de **solidariedade**. O medo da solidão é compreensível e justificado. Mas a impossibilidade de lidar com essa solidão e de suportar a privação de reconhecimento é também uma vulnerabilidade que pode tornar o indivíduo um vassalo, um ser submisso e um oportunista prestes a trair o sentido moral e os valores para evitar a desestabilização psíquica e o medo. O medo da solidão; é necessário avaliar suas consequências morais e políticas: ele pode ser o principal propulsor psíquico da servidão voluntária e da disposição em participar do mal.

Complementando, o autor afirma que “[...] se a cooperação está apoiada no servilismo, as condições tornam-se propícias para situar a cooperação e a **solidariedade** no terreno da vileza, até colocá-las a serviço da banalização do mal” (DEJOURS, 2012b, p. 121). Mas, para que ocorra cooperação é necessário que os indivíduos renunciem não só a alguns desejos, mas também, ao menos parcialmente, às inteligências singulares, haja vista que “[...] se todas as inteligências individuais, todas as engenhosidades, todas as genialidades seguissem livres seus diferentes cursos, não haveria obra comum possível” (DEJOURS, 2012b, p. 125). Portanto, cabe aos gestores limitar o poder-fazer de cada subordinado, questão que segundo Dejours (2012b, p. 125) “[...] foi aprofundada por Nicolas Dodier a propósito da **solidariedade técnica**, em

outros termos, da pesquisa e do ajuste das compatibilidades entre instâncias no interior de uma organização”.

Para lograr sucesso na gestão de equipes de trabalho, aqueles que as coordenam devem ter suas autoridades legitimadas por seus subordinados, o que é um tema abordado por Dejours (2012b) no **capítulo 5 - A cooperação vertical e a questão da autoridade**. Considerando que o reconhecimento de habilidades superiores dos líderes por parte dos subordinados é fundamental para a autoridade dos primeiros sobre os últimos, Dejours (2012b) também ressalta que esta autoridade é essencial para a democracia. Ou ainda, em outras palavras, para que haja deliberação coletiva e cooperação, é necessário que aquele que tem autoridade reconhecida pelo grupo a exerça mediando possíveis divergências e tomando decisões de forma arbitrária somente quando não houver consenso. Neste processo coletivo, as cooperações não ocorrem apenas entre aqueles que estão no mesmo nível hierárquico, pois “A cooperação passa também por ligações de **solidarização** vertical, de subordinado a chefe e de chefe a subordinado” (DEJOURS, 2012b, p. 147); para o que é fundamental o reconhecimento da autoridade dos chefes por parte dos subordinados.

Após dedicar três capítulos à cooperação, Dejours (2012b) apresenta o **capítulo 6 - Honrar a vida pelo trabalho**, retificando a importância de considerarmos o trabalho vivo para compreendermos os efeitos gerados pelo trabalho sobre a subjetividade e sobre o espaço coletivo. Para tanto, recorre aos conceitos de vida (individual, singular) e de cultura. Segundo ele, quando negamos todas as mobilizações pertinentes ao trabalho vivo, desconsideramos a possibilidade de que o mal pode ser justificado pelo trabalhar. Porém, “No sentido inverso, a luta pela manutenção das *ligações entre o trabalho, a cooperação e a vida* é uma via praticável para resistir à progressão da barbárie” (DEJOURS, 2012b, p. 153, grifo do autor); já que quando o indivíduo se depara com o real do trabalho ele tem a possibilidade de, acionando sua capacidade de pensar, desestabilizar suas defesas contra o medo e, com isso, lograr as conquistas subjetivas do enfrentamento do real do trabalho.

Com isso, Dejours (2012b) passa a analisar diferentes meios que podem levar o indivíduo ao que ele denomina de honrar a vida. Para o autor

[...] honrar a vida trabalhando seria a busca da qualidade do fazer não mais na esperança de obter que ele seja reconhecido pelos outros, mas para submeter o produto à sua própria apreciação. Ou seja, não mais na problemática da identidade, mas na da ipseidade¹⁶ e do amor de si.

Honrar a vida permanece uma questão individual, indexada à exigência que me imponho de colocar minha subjetividade à provação de si (DEJOURS, 2012b, p. 154-155).

Mas, colocar à prova a própria subjetividade, por meio do trabalho, não pode ser prescrito, pois depende de uma livre escolha de cada um. Ao fazer tal escolha o sujeito pode alcançar a emancipação que “[...] procede do poder em substituir o constrangimento da dominação pela exigência de mensurar-se, de seu próprio grado, com os poderes de seu corpo e de sua inteligência confrontados à resistência do real”; e, ainda consiste “[...] no poder de encontrar em seu trabalho a via que leva ao gozo de si, em outros termos, da ampliação da subjetividade e da revelação da vida em si” (DEJOURS, 2012b, p. 158).

Da mesma forma que um trabalho ou uma obra desenvolvida individualmente, o trabalho coletivo ou obras desenvolvidas por mais de um ator (como é o caso de uma orquestra, por exemplo), também podem gerar realizações que podem se manifestar por meio de entusiasmo que, segundo Dejours (2012b), designa uma emoção coletiva que procede da conjugação de subjetividades singulares. Ainda, “O entusiasmo assinala apenas a possibilidade de colocar em comum, durante algum tempo, as genialidades individuais (as habilidades, as engenhosidades, os zelos individuais)” (DEJOURS, 2012b, p. 158).

Entusiasmo que não se mantém constante para sempre, podendo transformar-se em “[...] consciência dos constrangimentos que ameaçam as condições de acesso ao prazer no trabalho”, o que Dejours (2012b, p. 161) aborda no tópico intitulado *Honrar a vida pela **solidariedade** e pelo conhecimento do outro*, afirmando que:

A **solidariedade** diante da adversidade é também uma maneira de honrar a vida que toma desta vez a forma da resistência coletiva e da

¹⁶ De acordo com Dejours (2012b, p. 121, grifos do autor) “O filósofo, para distinguir a identidade dependente do reconhecimento e a identidade autônoma, opõe dois termos: a primeira ele nomeia simplesmente *identidade*, enquanto para a segunda ele abre um campo específico de *ipseidade*, ou seja, uma identidade onde se conjugam o sujeito psicológico e o sujeito moral dotado de autonomia subjetiva.”

assistência mútua, para impedir que a vida não seja expulsa do trabalho.

O que importa é que a **solidariedade**, assim como o entusiasmo no trabalho, implica antes, a partir de sua própria experiência subjetiva da relação com o trabalho, intuição ou o conhecimento e o reconhecimento da importância e da unicidade que a relação subjetiva com o trabalho tem para com a vida de cada um do coletivo: o colega, o subordinado e também o chefe.

Com isso, o autor ressalta que, não obstante situação atual em que há “desencantamento pelo trabalho e a degradação do prazer no trabalho”, é possível revertê-la

[...] ao considerar com seriedade as questões centrais do trabalhar, da qualidade do trabalho bem feito, do respeito às regras de arte, da consideração pelo trabalho coletivo e o que contém de potencial como recursos para a atividade deontica e para o viver junto (DEJOURS, 2012b, p.163).

Dito isso, no **capítulo 7 - O espaço de deliberação no trabalho**, Dejours (2012b) inicia abordando sobre *O desprezo pela política ou a “apolitia”*, por meio do que resgata e discute considerações feitas por alguns autores (como Hannah Arendt e Paul Audi) que se dedicaram ao estudo sobre o enfraquecimento da dimensão “política”, que tem sido tão proeminente na contemporaneidade. Embora considere tais posicionamentos, o autor explicita que sua forma de ver a despolitização consiste em “[...] pensar a vida em suas duas modalidades essenciais que são o amor e o trabalho, tendo como apoio o que me trazem positivamente ao conhecimento a psicanálise e a clínica do trabalho” (DEJOURS, 2012b, p. 168-169).

Passa, então, a discutir sobre liberdade, assinalando que a mesma difere de emancipação, pois a emancipação consiste no caminho para a liberdade da dominação, podendo levar ao fim da servidão (DEJOURS, 2012b). E, neste processo, que envolve servidão-dominação, bem como emancipação e liberdade, Dejours (2012b, p. 174) afirma que o trabalho exerce uma função essencial, o que o leva a apresentar algumas proposições:

Não mais tratar o trabalho com condescendência e cessar de atribuir-lhe predicados típicos da servidão. Reconhecer ao trabalho livre a possibilidade de se colocar como uma provação de si pela qual a subjetividade se revela a ela mesma. Reconhecer ainda ao trabalho o poder de gerar ligações de cooperação, do viver junto ou da arte de viver.

Considerar tais proposições pertinentes “[...] é afirmar que a política deveria acordar ao ‘trabalhar’ uma atenção específica” (DEJOURS, 2012b, p.174, grifo do autor), já que é ao enfrentar o real do trabalho que os indivíduos também contribuem para a cultura e estabelecem ligações inerentes ao viver junto, além de mobilizarem suas subjetividades. Diante deste último processo, do âmbito das relações sociais e políticas, Dejours (2012b, p. 175) ressalta que:

O trabalho é outrossim pretexto para fundar as ligações de **solidariedade**. **Solidariedades** contra a adversidade, em um primeiro momento: contra os riscos do trabalho para a integridade física e mental, ou contra a injustiça e a dominação. Mas essas **solidariedades** para resistir à adversidade não esgotam o conjunto das possibilidades da **solidariedade**.

Pensar politicamente o trabalho é também centrar toda a atenção que ela merece à **solidariedade técnica** e a cooperação. Pois a cooperação repousa na mobilização dos recursos que estão no princípio mesmo de toda ação, a saber a atividade deôntica.

Para que a atividade deôntica aconteça, é necessário que haja um espaço de deliberação aberto para a discussão coletiva que, por sua vez, provém da política, já que a vontade coletiva não é natural e espontânea. Ainda, para que este processo leve à elaboração compartilhada de normas e regras, é preciso que haja espaço aberto a todos para o “falar” e o “ouvir”, possibilitando que a deliberação seja democrática.

Dando continuidade e aprofundando a discussão iniciada no capítulo 7, o autor apresenta o **capítulo 8 - Deontologia do fazer e democracia**. Ao retomar concepções acerca do trabalho de estudiosos do campo da filosofia política (como Tocqueville e Arendt), Dejours (2012b) aponta o que considera dois erros cometidos por Hannah Arendt, sendo o primeiro deles o fato de ter se desviado do trabalho, como ocorria na Antiguidade. E, ainda para o autor,

Ao desconhecer os recursos substanciais que encerra o trabalho em relação ao viver junto, à construção das **solidariedades** e à formação da vontade coletiva de agir (pelo viés da cooperação e da deontologia do fazer), Hannah Arendt cometeu então provavelmente um segundo erro (DEJOURS, 2012b, p. 185).

Erros que relevam do desinteresse de Arendt pelo trabalho como tal, posição compartilhada também por Freud e por muitos outros pensadores, com

exceção de Axel Honneth, que “[...] consagra – na teoria do conhecimento – um lugar específico à esfera do trabalho” (DEJOURS, 2012b, p. 186). Além disso, Honneth também considera que práticas sociais e políticas pertinentes as relações sociais de trabalho podem promover a emancipação. (DEJOURS, 2012b).

Mas, sobre emancipação e trabalho é preciso considerar o pensamento de Marx, afirma Dejours (2012b). Apesar das diversas controvérsias existentes entre os estudiosos do pensamento marxiano, mencionadas pelo autor, ele destaca um comentário de Axel Honneth, sintetizando-o com suas próprias palavras da seguinte forma:

O trabalho concebido não apenas como uma infelicidade (alienação), mas como meio de subversão da dominação social (emancipação) supõe o estabelecimento dos elos intermediários entre ordem individual da *práxis* e ordem coletiva da ação política, o que Marx não estabeleceu de forma explícita (DEJOURS, 2012b, p. 188).

Isto posto, Dejours (2012b) ressalta que, apesar de diversos estudiosos não terem enfatizado a dimensão política do trabalho, é justamente a concepção política do “trabalhar” que ele se propôs a discutir neste livro. Em suas próprias palavras, reafirma que embora a maioria dos pensadores não admitam, “Em razão de seu impacto sobre a mobilização e a desmobilização da vontade de agir dos trabalhadores, a organização do trabalho pertence, quer queira ou não, à ordem do político, para o melhor e o pior!” (DEJOURS, 2012b, p. 192).

Apesar de ser possível que a deontologia do fazer leve à democracia, o autor aponta consequências degradantes do coletivo, que é fundamental para ações democráticas no trabalho, ao afirmar que:

Em contrapartida, é necessário lembrar, uma vez mais, a desestruturação da deontologia do fazer por certas formas de organização do trabalho que permitem, provocam mesmo, a destruição de todos os propulsores da **solidariedade** e a criação do “deserto” na empresa. Esta desestruturação da deontologia do fazer, pois, pode com o tempo destruir as ligações de civilidade e comprometer de forma irreversível a mobilização cívica por inteiro, tal como mostram algumas pesquisas (DEJOURS, 2012b, p. 193, grifo do autor).

A deontologia do fazer, as ligações de civilidade e a mobilização cívica são da ordem do social, do político e do cultural. Tendo em vista que “[...] a

sublimação é indissociável do registro da cultura ou do político” (DEJOURS, 2012b, p. 200), o autor afirma que os processos supracitados são fundamentais para que a sublimação ocorra. No entanto, destaca que há dois tipos de sublimação possível pelo trabalho: sublimação no sentido amplo, proporcionada pelo reconhecimento, que é acessível a todos os trabalhadores; e, a sublimação no sentido restrito, ou a possibilidade de honrar a vida com o trabalho, que é acessível apenas à uma minoria de trabalhadores.

Para lograr a sublimação no sentido restrito é necessário que o trabalhador tenha autonomia ética subjetiva que “[...] começa apenas quando a luta pelo reconhecimento e pela identidade for superada e, com ela, o risco de dependência em relação ao julgamento do outro” (DEJOURS, 2012b, p. 201).

Tendo em vista que esta autonomia é acessível a uma minoria de trabalhadores, são eles responsáveis por “[...] indicar a via a permitir que o trabalho termine por conduzir para o político e a cultura” (DEJOURS, 2012b, p. 202), já que aqueles que dirigem as empresas normalmente operam no sentido da despolitização, principalmente no decorrer das últimas décadas; o que, por sua vez, advém da postura de políticos. Ainda, nas palavras do autor, temos que:

Ao deixar adotar pelas empresas estratégias organizacionais que levam à desestruturação do espaço de deliberação interno, bem como da deontologia do fazer e das **solidariedades** no seio das empresas, os políticos correm o risco de esgotar a corrente que alimentava a cultura e que seguia seu caminho, fizesse chuva fizesse sol, isso até os meados de 1970. Mesmo se não se acorda uma atenção suficiente ao risco de uma deriva totalitária imposta pela despolitização das novas formas de organização do trabalho, é necessário ficar atento sobre o fato de a ruptura das ligações entre o trabalho ordinário e a cultura significar o ingresso na decadência. Decadência da qual se pode recear que o colapso progressivo do entusiasmo no mundo do trabalho, de um lado, o surgimento dos suicídios nos locais de trabalho, de outro, sejam os sinistros sintomas evolutivos (DEJOURS, 2012b, p. 203).

Diante de tais consequências desastrosas que atingem os modos de gestão, embasados no pensamento neoliberal, Dejours (2012b) aponta e discute alguns meios para o desenvolvimento de uma nova política do trabalho, que implicam em mudanças nos princípios e métodos de gestão, na formação de pesquisadores e professores de instituições de ensino superior, o que implicaria em uma mudança também nas políticas governamentais. Ou seja:

Procurar restabelecer a continuidade da relação entre o trabalho, a deontologia do fazer e a democracia supõe a mediação de uma correia de transmissão política, essa mesma que, por deter conhecimentos circunstanciados sobre a força colossal do trabalho em relação ao estabelecimento das **solidariedades**, da civilidade, da cultura, do direito e das instituições – para o melhor como para o pior – está em condição de estabelecer os princípios e colocar em operação os meios de uma “política do trabalho” integral, política que elevaria de forma deliberada a questão do ‘trabalhar’ em uma posição de prioridade, antes mesmo do que a do emprego. Uma “política do trabalho” *strictu sensu* teria de elaborar, em primeira mão, uma doutrina do trabalho apoiada na reavaliação sistemática das relações entre o trabalho e a *polis*, entre o trabalho e a violência ou a civilidade, entre o trabalho e a escola, entre o trabalho e a cultura, entre o trabalho e a democracia (DEJOURS, 2012b, p. 204, grifos do autor).

Mas, apesar de defender esta posição ao longo deste livro, no que tange a necessidade de construção de uma nova política do trabalho, o autor afirma que uma ação como essa ainda se encontra em estado de reflexão e elaboração, já que:

Por enquanto o encontro não está confirmado com a verdadeira política do trabalho, porque os responsáveis pela nação não estão convencidos de sua relevância e, ademais, não têm qualquer interesse pela cultura, a civilização, ou mesmo a emancipação. Os que desejariam resistir já estão exaustos e começam a acusar seriamente os golpes da ruína do viver junto e das **solidariedades**, perderam o jeito dos saber-fazer que colocava o trabalho como um degrau para o exercício das competências democráticas e políticas. A conjuntura não está propícia para a plena recuperação das políticas do trabalho (DEJOURS, 2012b, p. 205).

Dito isso, o autor apresenta alguns pontos na conclusão do tomo II. Inicia resgatando características de um trabalho vivo, bem como o “[...] objeto do segundo tomo deste livro: a organização do trabalho é um problema político por inteiro, que não é redutível a nenhuma dimensão política isolada” (DEJOURS, 2012b, p. 209). Mais especificamente,

O segundo tomo deste livro mostra porque se pensa que a organização do trabalho incide muito além do mundo do trabalho e extravasa por toda a *polis*. No trabalho pode-se aprender o melhor, o respeito à dignidade do outro, a cautela, a entreatajuda, a **solidariedade**, a implicação nos espaços de deliberação e a aprendizagem dos princípios mesmo da democracia. Pode-se aprender o pior, a instrumentalização do outro, a duplicidade, a deslealdade, o cada-um-por-si, a covardia, o mutismo. Assim, a organização do trabalho apresenta-se sempre como um lugar de aprendizagem da implicação ou da deserção dos espaços políticos. Para assumir o que implicam para a prática essas dimensões do trabalho, a teoria política não é o suficiente. É necessário, como o dissemos anteriormente, uma teoria

do trabalho. Mas qual teoria do trabalho? Uma teoria do trabalho que também seja uma teoria do ser humano, da inteligência individual e da inteligência coletiva. Em outros termos: é necessário uma teoria do “trabalho vivo” (DEJOURS, 2012b, p. 209, grifo do autor).

Portanto, para o desenvolvimento de uma teoria do trabalho vivo é preciso considerar a importância do corpo, o que remete à necessidade de uma teoria do sujeito como a psicanálise, à qual Dejours (2012b, p. 212) afirma ter recorrido, uma vez que:

Assumir politicamente tanto a fragilidade constitutiva do ser humano como a indeterminação axiológica da inteligência no trabalho é pinçar desta antropologia do sujeito do trabalho os elementos a permitirem conceber a organização do trabalho, de maneira que ela ofereça aos homens e às mulheres que trabalham os caminhos que assegurem a articulação, entre o trabalho ordinário e o desenvolvimento da civilidade, do viver junto e das obras da cultura. Nessas condições, pode-se uma vez mais esperar que volte o entusiasmo ali onde se instalou a desolação, mas também que o trabalho possa ser colocado a serviço das **solidariedades** e da emancipação.

Ao concluir esta obra, Dejours (2012b, p. 212) ressalta ter apresentado uma

[...] proposta de introdução ao temário de antropologia filosófica e política levantadas a partir da análise do trabalho vivo que contém em si um manancial do qual se pode, se assim decidirmos, extrair os recursos inestimáveis para honrar a vida.

5.4 Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos

Este livro foi publicado originalmente na França e no Brasil no ano de 2017 com o propósito de disponibilizar aos profissionais que trabalham com a saúde mental, alguns relatos de “[...] ‘casos clínicos’ da psicopatologia do trabalho, isto é, histórias de pacientes cujos transtornos põem em xeque a situação de trabalho” (DEJOURS, 2017, p. 11), mesmo quando o trabalho não aparece de forma explícita na queixa inicial dos pacientes.

Ao introduzir o **capítulo I. - Loucura e trabalho: da análise etiológica às contradições teóricas (acerca de uma crise asmática)**, Dejours (2017b) ressalta que apesar de termos um campo vasto de conhecimento sobre a centralidade do trabalho na subjetividade e na sociedade, muitos são os

psiquiatras que não se interessam por compreender a relação entre o trabalho e o funcionamento psíquico de seus pacientes.

Diante disso, o autor ressalta também que a publicação da análise do caso clínico em questão enfatiza a “[...] etiologia da descompensação na perspectiva psicanalítica e psicossomática” (DEJOURS, 2017, p. 23). Antes de expor o caso analisado, retoma alguns conceitos discutidos sob o enfoque da psicodinâmica do trabalho como psicopatologia e normalidade, estratégias defensivas, sofrimento psíquico etc.

Ao discorrer sobre o conceito de estratégias coletivas de defesa, afirma:

Digo ainda que não só são construídas pelo coletivo, mas, além disso, contribuem de maneira essencial, fundamental e até mesmo fundadora para a construção e a estabilização do coletivo de trabalho. É por compartilharem a disciplina implicada na estratégia coletiva de defesa que os operários se reconhecem entre eles como membros do coletivo e que podem estabelecer relações mútuas de confiança e de **solidariedade** (DEJOURS, 2017, p. 30).

E, ainda, que tais estratégias estão sempre associadas à forma como o trabalho está organizado, o que implica na diversidade de estratégias desenvolvidas por diferentes profissões, dentre as quais o caso ora analisado diz respeito ao adoecimento de um trabalhador da construção civil, que Dejourns (2017b) denomina como senhor A.

De origem argelina, tendo aproximadamente 40 anos de vida, ele trabalhava (na ocasião em que se tornou paciente de Dejourns) na França há quinze anos, sendo o único provedor de uma família composta por nove pessoas. Dois anos antes da consulta inicial com Dejourns apresentava sintomas de dispneia noturna e dias antes “[...] desencadeou, no canteiro de obras, uma crise asmática” (DEJOURN, 2017b, p. 31).

Ao investigar a etiologia do quadro apresentado pelo senhor A., Dejourns identifica que os primeiros sintomas coincidem com o período em que ele conseguiu trazer a família para morar com ele na França. Até então, ele morava com outros colegas de trabalho em alojamentos de canteiros de obras. Com isso, Dejourns parte da hipótese de que pudesse haver conflitos afetivos com a esposa. Porém, descobre que a relação entre eles é harmoniosa, pautada em sentimento de amor.

Tendo em vista ser comum, entre operários da construção civil, que os mesmos passem a maior parte do tempo livre (fora do trabalho) em ambientes sociais (ingerindo bebida alcoólica ou jogando etc.), ausentando-se do convívio familiar, Dejours (2017b, p. 35, grifos do autor) comenta que:

[...] esses comportamentos dos homens da construção civil em casa são o resultado de um alinhamento, até mesmo de uma “**solidariedade técnica**” (para plagiar Nicolas Dodier, 1995), com os esforços do homem para respeitar os constrangimentos das estratégias coletivas de defesa. Tudo que diz respeito à saúde, à doença, ao sofrimento, à dor, ao corpo, ao sangue, aos acidentes etc. é de certa forma poupado ao homem que trabalha, pelo seu entorno. Assim, por intermédio das dinâmicas defensivas, realiza-se aquilo que, em termos sociológicos, é designado pela expressão: articulação, coordenação e coerência entre relações de *produção* (trabalho) e relações de *reprodução* (família).

Mas, embora seja comum, este não era o caso do senhor A., pois ele procurava passar o tempo livre com sua família e participar do cuidado com os filhos. Com isso, Dejours (2017b, p. 37, grifo do autor) desenvolve a seguinte análise:

Se o espaço privado resistir, se não estiver em concordância com as exigências defensivas do trabalho, deve-se esperar uma descompensação. Desse exemplo, então, podemos reter que existe *uma solidariedade psíquica fundamental entre vida de trabalho e vida extratrabalho, ou uma unidade econômica entre as duas modalidades da existência.*

Nestes casos em que o convívio familiar não contribui para a manutenção das estratégias defensivas, fragilizando-as ao mobilizar a dimensão afetiva - que é “bloqueada” pelas defesas individuais e coletivas - a mudança de emprego/trabalho torna-se um meio para interromper o quadro de adoecimento. Foi o que ocorreu com o senhor A. que “[...] conseguiu mudar de emprego, tornou-se servente num pequeno comércio e não tem mais asma” (DEJOURS, 2017b, p. 37).

Para concluir, Dejours (2017b) ressalta que em situações de descompensação como a ocorrida com o senhor A., que desenvolveu um quadro asmático grave por um processo de somatização, a origem dos sintomas não se encontra na organização do trabalho, mas sim na “[...] organização mental do sujeito, de seu passado, de sua infância, de suas relações com os pais, etc., até

mesmo de sua genética, dirão alguns psiquiatras” (DEJOURS, 2017b, p. 38). Considerando a relação saúde/doença como um dualismo e não como extremos de um *continuum*, Dejours (2017b) assinala que para compreender a etiologia de quadros descompensatórios como o relatado neste capítulo, os profissionais responsáveis devem “[...] dominar os conhecimentos nos dois campos, no da saúde (psicodinâmica do trabalho) e no da doença (psicopatologia do trabalho), porque, assim, seriam consideravelmente maiores as vias terapêuticas que se apresentam a ele” (DEJOURS, 2017b, p. 41).

No capítulo IV - **“Centralidade do trabalho” e teoria da sexualidade**, Dejours (2017b) relata o caso clínico de uma jovem, chamada Mulvir, que iniciou a psicoterapia com ele com cerca de 20 anos. Apresentou como queixa inicial dores abdominais que ocorriam quando sentia raiva. No início do processo Mulvir morava com os pais. A mãe trabalhava como secretária datilógrafa e mostrava-se bastante insatisfeita com o seu trabalho. O pai trabalhava como técnico comercial e parecia realizado com esta função. Mulvir tinha uma irmã mais velha, que já havia saído da casa dos pais para viver com um homem, do qual havia se separado, quando Mulvir procurou a psicoterapia.

No ambiente do trabalho, ela convivia mais com homens do que com mulheres, e tendo uma relação conflituosa com o chefe, a quem se referia como alguém que lhe desferia “[...] golpes por trás, falando dela para a hierarquia de maneira prejudicial” (DEJOURS, 2017b, p. 73). E, quanto à vida afetiva e sexual, relacionava-se de maneira passageira com os homens, com os quais costumava passar apenas uma noite, sendo que “[...] Mulvir encontra essencialmente parceiros que representam o que ela detesta: machismo, indiferença afetiva, tendência à bebida e à grosseria” (DEJOURS, 2017b, p. 76).

Após aproximadamente dois anos de psicoterapia, Mulvir sai da casa dos pais. Também é neste período que Dejours (2017b, p. 82) passa a fazer novas reflexões sobre o caso em questão, tendo em vista “[...] a assimilação de conceitos da sociologia de relações sociais de sexo e de divisão social e sexual do trabalho”. Considerando que ao longo dos dois anos de psicoterapia tinha ficado claro que embora Mulvir não idealizasse o pai, ela tinha uma forte identificação profissional com ele, buscando emancipar-se socialmente; o que implicava em uma recusa a identificar-se com a mãe, que não tinha logrado emancipação profissional.

Munido, então, dos novos conceitos sociológicos supracitados, Dejours (2017, p. 82, grifos do autor) afirma que:

Enquanto sua psicopatologia sexual me parecia, até então, como proveniente de uma reivindicação fálica e de uma recusa típica da castração, ela adquiriu, a partir dali, o sentido de uma luta trágica contra aquilo que, numa construção social, podia funcionar como um bloqueio socioprofissional às suas aspirações, como um entrave social ao seu projeto de ser mulher e de ser estimada como *igual aos homens*, o que não é absolutamente sinônimo de *ser* um homem.

Com isso, Mulvir inicia um relacionamento afetivo com um homem, “[...] que rompe a repetição das aventuras anteriores” (DEJOURS, 2017, p. 83). Porém, com o tempo ela perde o interesse por ele e passa a falar de seu desempenho sexual da mesma forma como homens machistas falam de garotas, o que leva Dejours (2017b) a apresentar-lhe uma interpretação. Portanto, Mulvir se lembra da época em que se preparava para a prova, a partir da qual conseguiu obter o certificado de técnica em mecânica. Ao relatar fatos ocorridos naquele período explicita o que Dejours (2017b) entende, à guisa da psicodinâmica do trabalho, como uma adesão à uma estratégia coletiva de defesa desenvolvida por seus colegas, pautada na virilidade. Ela aprende a falar como seus colegas sobre sexo para ser aceita pelo grupo.

Este processo de virilizar-se para poder almejar sucesso em algumas carreiras profissionais tidas como masculinas, não é exclusivo de Mulvir, pois muitas mulheres vivenciam situações semelhantes, assinala Dejours (2017b). No entanto, sobre o caso analisado, o autor comenta que:

Manter essa postura supõe buscar modelos viris de identificação com vocação defensiva (e não por idealização). A virilização (que dilata o polo masculino da sexualidade) inicia efetivamente. Disso resulta uma crise de identidade sexual que leva a transtornos no uso do corpo erótico e a uma hesitação quanto à orientação da sexualidade (homossexual ou heterossexual) (DEJOURS, 2017b, p. 89).

Nos meses seguintes à sessão em que estes conteúdos emergiram e foram analisados, Mulvir conhece outro homem com o qual começa a namorar. Neste relacionamento “Os transtornos sexuais desaparecem, bem como as crises abdominais, e a paciente encerra uma psicoterapia de três anos” (DEJOURS, 2017b, p. 90). Ao concluir a análise do caso em questão, Dejours

(2017b), ressalta a necessidade de entender que a escuta clínica está sempre em construção e de considerar que as relações estabelecidas no trabalho influenciam tanto quanto são influenciadas pela sexualidade das mulheres e dos homens.

No **capítulo VI - Novas formas de servidão e suicídio**, Dejours (2017b) apresenta o estudo de um caso de suicídio, cometido por uma mulher de quarenta e três anos, Sra. V. B., em local próximo à empresa onde trabalhava. Antes de relatar o caso em questão, Dejours (2017b) tece comentários sobre as dificuldades encontradas para o desenvolvimento de pesquisas sobre o suicídio. Além da impossibilidade de ouvir a pessoa que comete o ato suicida, é difícil ouvir as pessoas que conviviam com a mesma, seja no âmbito familiar ou do trabalho, tendo em vista a mobilização e exacerbação do sofrimento que a pesquisa pode gerar nestas pessoas.

Ainda na introdução do capítulo, Dejours (2017b) ressalta que embora os casos de suicídio no trabalho não sejam fenômenos recentes, restringiam-se ao meio agrícola até por volta de 1995. Desde então, porém, os números de suicídios que demonstram ter motivações advindas do trabalho, além de questões da própria dinâmica psíquica, aumentaram de tal forma que se tornaram um motivo de preocupação e de necessidade de estudos sobre este trágico fenômeno. Segundo Dejours (2017b, p. 121) o aumento da incidência de suicídios relacionados ao trabalho “[...] traduzem, muitas vezes, o surgimento de um tipo inteiramente novo de sofrimento no trabalho”.

E, ainda,

É preciso reconhecer, de fato, que os suicídios nos locais de trabalho revelam uma degradação profunda da convivência e da **solidariedade** que não pode ser banalizada. Nesse contexto inquietante, alguns autores continuam indiferentes e fingem que o surgimento desses suicídios em grande quantidade nos últimos anos não é um fato (DEJOURS, 2017b, p. 122).

Após a introdução, o autor passa a relatar a história do suicídio da Sra. V. B., que deixou uma carta endereçada “[...] à representante da comissão dos trabalhadores para torná-la pública após sua morte” (DEJOURS, 2017b, p. 125). Nesta carta, a Sra. V. B. explicita que os motivos que a levaram ao ato estão diretamente associados ao trabalho. Após a saída de seu chefe imediato, ela

passa ter suas funções simplificadas e relata ter se tornado “[...] vítima de indiferença, falta de respeito, humilhação (pública), sofrimento moral, nenhum reconhecimento profissional” (DEJOURS, 2017b, p. 125).

Por meio de entrevistas com o marido, a melhor amiga, colegas de trabalho e alguns médicos que atenderam a Sra. V. B., Dejours (2017b) explana sobre sua vida e sua personalidade. De acordo com os dados obtidos, o autor afirma que ela era tida como uma pessoa com inteligência acima da média, que sempre alcançava sucesso nos projetos aos quais se dedicava; além de ser considerada uma pessoa centrada emocionalmente e de confiança, o que contribuía para ser requisitada para emitir opiniões/conselhos por pessoas que conviviam com ela. Ainda, uma pessoa que se dedicava a praticar ações beneficentes, conforme relato de Dejours (2017b, p. 127):

Sua postura em relação aos outros foge dos padrões habituais. Isto porque a Sra. V. B. tem fortes raízes em uma tradição cristã de ajuda mútua e de **solidariedade**. Além de seu trabalho, visita incansavelmente doentes nos hospitais e dá assistência a presidiários.

Quanto à vida em família, ela e o marido tinham três filhas, quando adotaram, em 2002 o filho mais novo; o que a levou a solicitar redução de sua jornada de trabalho semanal, pois queria se dedicar aos cuidados deste filho. Pelos dados coletados, Dejours (2017b) relata não ter identificado nenhum conflito familiar, o que parece ser confirmado com a carta na qual ela expressa que os motivos de seu suicídio eram provenientes do trabalho.

Além de ter solicitado a redução de seu regime de trabalho, Mulvir recebeu o convite para assumir um cargo de alta responsabilidade, que implicava em uma mudança para a Espanha. Estes fatos, juntamente com a demissão de seu chefe com o qual tinha um bom relacionamento, são considerados por Dejours (2017b) como desencadeadores dos constrangimentos aos quais seus superiores a submeteram. Isso porque, o modelo de gestão da empresa era autoritário e impunha um ritmo de trabalho intenso. Ademais, Dejours (2017b, p. 129) assinala que “Nessa empresa, não há tradição de **solidariedade** entre empregados. O recrutamento é feito em escala mundial. A língua de trabalho é o inglês. Entre os empregados, contam-se trinta e oito nacionalidades diferentes”.

Sendo, portanto, uma multinacional, que no período em que ocorreu o suicídio (janeiro de 2003), essa empresa tinha cerca de mil e duzentos empregados. Estava situada em uma região na qual havia muitas outras empresas do mesmo tipo. Quanto ao modo de convivência, característico da referida empresa, Dejourns (2017b, p. 130) afirma que, apesar de existir “É uma convivência sem **solidariedade**. As pessoas se encontram com frequência fora do trabalho, mas parece que, no final das contas, são ainda as relações de trabalho que organizam as relações fora dele”.

E ainda,

A convivência que reina entre os empregados da empresa não é estruturada pela **solidariedade**. Muito pelo contrário, o que organiza a convivência é a “camaradagem” que, por trás da bonomia das relações dissimulam um mundo inteiramente submisso à concorrência, onde a referência ao trabalho constantemente é confrontada com a adequação à competência social conformista. Proponho, para caracterizar esse mundo social peculiar, o termo “convivência estratégica” (DEJOURS, 2017b, p. 131, grifos do autor).

Por meio dessa convivência estratégica muitas empresas levam seus executivos a um alto nível de comprometimento com as mesmas, que gera o que Dejourns (2017b, p. 133) denomina de “[...] a condição de executivo, entendida aqui como uma nova forma de servidão, implicando inteiramente a sua vida e a de sua família diante da empresa neoliberal”. Servidão que, no caso ora analisado, configurou-se como uma expectativa da empresa por submissão da Sra. V. B. à proposta de transferência para a Espanha que ela recusou.

Após analisar alguns fatos ocorridos na trajetória da Sra. V. B. na empresa em que trabalhava há dez anos, Dejourns (2017b) procurou também compreender sua dinâmica psíquica. Nesta investigação, identificou que ela era caracterizada por certa rigidez moral e psicológica, que a impediram de pedir demissão, como tudo faz crer que a empresa almejava.

Portanto, sem desconsiderar aspectos de sua personalidade, Dejourns (2017b, p. 134) afirma que:

É preciso insistir nisso, pois esse é um ponto crucial, parece-me, em relação ao que nos preocupa hoje: o trabalho e a qualidade do trabalho estão totalmente fora de questão no processo desencadeado pela empresa. A única razão das represálias contra a Sra. V. B. é ela não se mostrar submissa o suficiente. E é isso que caracterizará a situação que a levará ao suicídio. A servidão é, de fato, o centro do conflito.

Para discutir os indicadores que o levaram a tal conclusão, o autor desenvolve um tópico intitulado *Desestabilização por meio do gerenciamento e defecção da solidariedade* (DEJOURS, 2017b, p. 140). Neste, afirma que:

Uma desestabilização progressiva como a da Sra. V B., em geral, não passa despercebida pelos colegas, e a **solidariedade** funciona, então, geralmente, como uma verdadeira prevenção das descompensações, ainda que o objetivo notório da **solidariedade** não seja a prevenção das descompensações, mas a luta contra a injustiça.

A Sra. V. B. foi vítima de injustiças, mas não encontrou **solidariedade**. Parece, de fato, que esta não tinha muito lugar nesse novo modelo de relação no trabalho em que, a um gerenciamento que exige a submissão de cada empregado à empresa, responde com a “convivência estratégica” dos colaboradores, que constitui uma cultura da solidão e do “cada um por si” em meio à multidão desvinculada de qualquer vínculo de **solidariedade** (DEJOURS, 2017b, p. 141, grifos do autor).

Dito isso, Dejours (2017b) conclui ressaltando que casos como este indicam que a servidão e a submissão impostas por muitas empresas atingem não somente aqueles empregados mais modestos, mas também executivos, ampliando assim os efeitos danosos para a saúde de todos que trabalham. Efeitos que têm levado ao aumento de casos de suicídio no trabalho, o que precisa ser melhor estudo, a fim de compreendermos este trágico fenômeno do mundo do trabalho contemporâneo.

Diante do exposto, ressaltamos ter percebido após a leitura das fontes desta pesquisa que, embora todas sejam pautadas pelo enfoque da psicodinâmica do trabalho, cada uma aborda diferentes temas, que se complementam. Enquanto em *A banalização da injustiça social*, o autor apresenta uma análise que extrapola os contextos organizacionais, no livro *Avaliação submetida à prova do real*, ele analisa uma “estratégia de gestão” adotada por muitas empresas norteadas pelos mesmos princípios que embasam a banalidade do mal em âmbito macrossocial.

Ainda, os estudos relatados em *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*, principalmente o primeiro e o terceiro dentre os analisados, confirmam as discussões contidas nas duas obras supracitadas. O segundo caso, por sua vez, parece ilustrar questões abordadas no primeiro volume da obra *Trabalho vivo*, cujo subtítulo é *Sexualidade e Trabalho*. Neste, apresenta uma revisão sobre

alguns conceitos da psicanálise que contribuem para a compreensão sobre a dinâmica psíquica inerente às relações do sujeito de e com o trabalho.

Por fim, no segundo volume da coleção *Trabalho Vivo*, intitulado *Trabalho e emancipação*, Dejours (2012b) retoma algumas questões tratadas em *A banalização da injustiça social*, acrescentando um olhar para o futuro ao sinalizar para a necessidade de uma nova política do trabalho.

Interessante notar que, não obstante a diversidade de temas e a dimensão dos contextos abordados, o trabalho é a categoria central nas referidas obras, o que evidencia a centralidade do trabalho para pensar a dinâmica saúde/doença mental a partir da psicodinâmica do trabalho na contemporaneidade, como enfatiza Dejours.

6 ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Antes de discorrermos sobre a análise dos sentidos (segundo momento), apresentaremos uma análise geral (primeiro momento) do conceito de solidariedade, considerando a incidência, autores citados como referência e contextos em que os termos “solidariedade”, “solidariedades” e “solidarização” foram utilizados.

Ressaltamos ainda que, para nos referirmos neste capítulo às obras analisadas utilizaremos siglas, conforme segue: BIS para *A Banalização da Injustiça Social*, ATPR para *Avaliação do Trabalho à Prova do Real*, TV-ST para *Trabalho Vivo: Sexualidade e Trabalho*, TV-TE *Trabalho Vivo: Trabalho e Emancipação* e PDT–CC para *Psicodinâmica do Trabalho: Casos Clínicos*.

6.1 Análise geral

Quanto à incidência, encontramos a palavra “solidariedade” quarenta e sete vezes, além de também termos considerado as palavras “solidarização” e “solidariedades”, que foram encontradas uma vez e onze vezes, respectivamente. Com isso, Dejours (1999a, 2008, 2012a, 2012b, 2017) mencionou o conceito em questão 59 vezes ao longo das obras analisadas.

Em BIS, encontramos a palavra dez vezes, em cinco dos dez capítulos do livro. No livro ATPR a solidariedade foi mencionada duas vezes em um dos seus dois capítulos. No volume TV-ST identificamos três vezes na introdução; e, no segundo volume TV-TE, trinta e uma vezes, distribuídas por todos os capítulos, inclusive na introdução. Por fim, dos três casos analisados da fonte PDT–CC não houve menção da palavra no caso 2, mas encontramos três vezes no caso 1 e dez vezes no caso 3, somando treze ocorrências nos capítulos analisados desta obra.

Apesar de ter sido abordado em todas as obras, a solidariedade está mais presente nas fontes BIS e TV-TE, nas quais o autor dá maior ênfase à dimensão social do trabalho. Ainda, embora não tenhamos identificado o uso do termo em títulos de capítulos, encontramos em dois subtítulos: *Honrar a vida pela*

solidariedade e pelo conhecimento do outro e *Desestabilização por meio do gerenciamento e defecção da solidariedade*, nos livros TV-TE e PDT-CC, respectivamente. Considerando que o termo em questão foi abordado nos textos subjacentes aos referidos subtítulos, entendemos não ser necessário submeter os subtítulos supracitados à ANS.

Do mesmo modo, desconsideramos para fins de análise de sentido, as duas vezes em que o termo apareceu no livro BIS associado a uma modalidade de contrato de trabalho. Ao discutir sobre a precarização que permeia todas as relações de trabalho, no capítulo 3, intitulado *O sofrimento negado*, Dejours (1999a) afirma que “O essencial das variações do ritmo de produção (em função do total de pedidos) é absorvido por empregos precários, contratos com prazo determinado e sobretudo contratos emprego-**solidariedade** (CES)” (DEJOURS, 1999a, p. 50).

Como o autor não descreve este tipo de contrato de trabalho, procuramos informações a respeito do mesmo na *web*, onde encontramos um artigo de Anne Daguerre, no qual versa sobre “políticas de ativação” voltadas para desempregados, que tem sido implementadas nas últimas décadas em diferentes países como Estados Unidos da América, Suécia, Dinamarca, França, dentre outros. Segundo Daguerre (2005, s/n.) programas pautados nestas políticas propõem:

[...] ajuda à busca de um trabalho, formação profissional, ou obrigação de ocupar um emprego subvencionado no setor público ou privado, ou um emprego público, um *pool job* – espécie de contrato emprego solidariedade (CES) à sueca, criada para os desempregos crônicos.

Complementando, afirma que embora tenha sido dirigido inicialmente para os jovens sem qualificação, foi estendido a partir de 2001 a todos que buscam emprego (DAGUERRE, 2005).

A segunda vez em que o autor mencionou a solidariedade associada a modalidade de contrato de trabalho foi no capítulo 05 da mesma obra – BIS – ao discorrer sobre a execução do que ele denomina de “trabalho sujo” (como, por exemplo, demitir ou infligir sofrimento a outrem). O autor se referiu a uma situação com a qual se deparou em uma pesquisa na qual líderes que se encontravam nos níveis hierárquicos superiores delegaram aos intermediários

que fizessem seus subordinados “[...] trabalhar 10 horas por dia sem lhes pagar, declarando apenas 39 horas por semana - quando não 35, após fazê-los assinar um contrato de **solidariedade**, tendo em vista a partilha do trabalho!” (DEJOURS, 1999a, p. 80).

Essa situação ilustra tanto a menção que o autor fez ao contrato de emprego-solidariedade no capítulo 03, quanto a crítica tecida por Daguerre (2005), aos programas de ativação de desempregados adotados por diferentes países. Ambos sinalizam que estes programas acabam contribuindo para a manutenção da precarização do emprego, além de serem utilizados para intensificar a exploração dos mais vulneráveis.

Com isso, o emprego do termo em questão nas duas ocasiões supracitadas não decorreu de uma livre escolha do autor, pois a palavra solidariedade está vinculada a uma modalidade de contrato de trabalho, o que foi cunhado por outras pessoas para indicar um benefício social oferecido pelo Estado.

Pelo mesmo prisma, ressaltamos que a palavra investigada foi encontrada três vezes como parte de um conceito desenvolvido por Nicolas Dodier “solidariedade técnica”. Duas destas incidências encontram-se na obra TV-TE, sendo que na primeira Dejours (2012b) se refere à importância da habilidade de líderes para organizar o trabalho de seus subordinados, de tal forma que o resultado seja uma obra comum dos trabalhadores, cabendo aos gestores limitar o poder-fazer de cada subordinado e sincronizá-los na direção de um trabalho de grupo. Neste contexto, ressalta que esta habilidade “[...] foi aprofundada por Nicolas Dodier a propósito da **solidariedade técnica**, em outros termos, da pesquisa e do ajuste das compatibilidades entre instâncias no interior de uma organização” (DEJOURS, 2012b, p. 125).

Outrossim, no capítulo 07 da mesma obra, Dejours (2012b) ressalta que para pensarmos sobre a possibilidade de uma nova política do trabalho é preciso considerar que, ao enfrentar o real do trabalho, os sujeitos estabelecem ligações inerentes ao viver junto, além de mobilizarem suas subjetividades. De acordo com o autor,

Pensar politicamente o trabalho é também centrar toda a atenção que ela merece à **solidariedade técnica** e a cooperação. Pois a cooperação repousa na mobilização dos recursos que estão no

princípio mesmo de toda ação, a saber a atividade deôntica (DEJOURS, 2012b, p. 175).

Assim, enfatiza serem a solidariedade técnica e a cooperação processos inerentes à deliberação coletiva sobre normas e regras de ofício, o que consiste na atividade deôntica que, por sua vez, é de cunho político.

A terceira incidência do conceito de solidariedade técnica foi no primeiro dos três casos clínicos relatados em PDT-CC, que diz respeito ao desenvolvimento de um quadro de asma por um imigrante africano que trabalhava no ramo da construção civil na França. Este trabalhador, Sr. A., viveu durante anos longe da esposa e dos filhos, até conseguir levá-los para viver com ele em Paris. A partir daí começou a apresentar sintomas de dispneia noturna, que evoluiu para um quadro de asma.

Ao investigar sobre a etiologia do quadro, Dejourns (2017b) formulou a hipótese de que a chegada da família pudesse ter gerado sofrimento em função de uma maior demanda da presença dele no lar. Esta hipótese surgiu devido ao que Dejourns (2017b) aponta como um comportamento comum entre operários da construção civil: que eles optem por passar a maior parte de seu tempo livre em ambientes sociais, a fim de evitar que o afeto vivenciado com a família enfraqueça suas estratégias de defesa contra o medo que enfrentam no trabalho.

Neste contexto, Dejourns (2017b, p. 35, grifo do autor) menciona a solidariedade técnica ao afirmar que:

[...] esses comportamentos dos homens da construção civil em casa são o resultado de um alinhamento, até mesmo de uma “**solidariedade técnica**” (para plagiar Nicolas Dodier, 1995), com os esforços do homem para respeitar os constrangimentos das estratégias coletivas de defesa. Tudo que diz respeito à saúde, à doença, ao sofrimento, à dor, ao corpo, ao sangue, aos acidentes etc. é de certa forma poupado ao homem que trabalha, pelo seu entorno.

No entanto, Dejourns (2017b) percebe no decorrer dos atendimentos que o Sr. A. não fazia parte dos homens que se ausentam do convívio familiar, pois tinha uma relação harmoniosa e próxima com a família, o que lhe fazia bem. Ao retomar a proximidade com a família os seus afetos foram aflorados de tal forma que houve um enfraquecimento das estratégias de defesa que utilizava; e que, provavelmente, compartilhava com seus colegas, para se manterem naquele trabalho. Contudo, este enfraquecimento fez com que ele não conseguisse mais

conter o medo e a angústia vivenciadas no trabalho, da qual se defendia juntamente com seus colegas. Esta compreensão foi confirmada quando o Sr. A. se libertou do quadro de asma depois de mudar de emprego.

As referidas menções sobre o conceito de solidariedade técnica, descrito por Nicolas Dodier indica ser este um dos autores citados por Dejours (2012b, 2017b), o que consiste no segundo ponto a ser abordado nesta etapa da análise dos resultados.

Além de Dodier, Dejours (1999, 2008) recorre ao conceito de “desolação”, a partir da obra *Origens do Totalitarismo* de Hannah Arendt para se referir a situações em que a solidariedade foi desestruturada. Ao analisar a desestruturação de ligações de solidariedade, como um dos efeitos degradantes do viver junto decorrentes da avaliação individual de desempenho, na obra ATPR, Dejours (2008, p. 80) afirma:

Não há nada de novo nos sentimentos de injustiça provocados pelas apreciações às quais os trabalhadores são submetidos. O que é novo é que, agora, as pessoas se encontram sós diante desses novos métodos de avaliação. De fato, a avaliação individualizada gera condutas de concorrência generalizada entre trabalhadores que chegam até à deslealdade. O resultado mais tangível desses novos métodos de avaliação é a desestruturação da **solidariedade**, da lealdade, da confiança e do prazer de conviver no trabalho. Essa solidão que Hannah Arendt (ARENDR, 1989) chamou de “desolação” torna os indivíduos muito mais vulneráveis à avaliação e à punição (DEJOURS, 2008, p. 80, grifo do autor).

Tendo em vista que a referência à Hannah Arendt é recorrente em vários textos de Dejours (1999a, 2008, 2012b, 2013); bem como que termos como “desestruturação”, “degradação profunda”, “falta de”, “sem” etc. precederam as palavras solidariedade e solidariedades, em aproximadamente quinze vezes – o que, por sua vez, consideramos um achado de pesquisa inesperado - julgamos pertinente abordarmos alguns pontos que permeiam a discussão tecida por Arendt (1979) sobre o conceito de desolação.

Ao analisar características que diferenciam regimes totalitários de outros que também se fundamentam na opressão política (como o despotismo, a tirania e a ditadura), Arendt (1979) considerou o nazismo e o comunismo que emergiram e se configuraram como regimes totalitários na Alemanha e na Rússia soviética, respectivamente. A partir dessa análise, Arendt (1979) ressalta serem fundamentais em políticas totalitárias o terror e a ideologia. Ou seja,

O estabelecimento de um regime totalitário requer a apresentação do terror como instrumento necessário para a realização de uma ideologia específica, e essa ideologia deve obter a adesão de muitos, até mesmo da maioria, antes que o terror possa ser estabelecido (ARENDR, 1979, p. 26).

Entendendo que, de acordo com a autora, para manter a ideologia que embasa o regime totalitário é fundamental promover o isolamento entre os homens; o que, por sua vez, é o solo mais fértil para que o terror se instale, já que, segundo Arendt (1979, p. 26) na esfera política, “[...] os homens isolados são impotentes por definição”.

Isolamento que a autora diferencia de solidão, o que Dejours ressalta ao afirmar que “Em *Origens do totalitarismo*, Arendt introduz a noção de *desolação* para distingui-la do isolamento e da solidão (que pode às vezes ser uma necessidade para pensar, deliberar e agir)” (DEJOURS, 2013, p. 87, grifo do autor).

Interessante notar que, embora Dejours mencione três conceitos (o isolamento, a solidão e a desolação) quanto à diferenciação feita por Arendt, o conceito de desolação não é mencionado na versão eletrônica da obra da autora, disponível na *web*. Neste são utilizados apenas os termos isolamento e solidão, sendo que este último aparece com duas conotações diferentes. Confirmando nossa percepção sobre o uso de diferentes termos para se referir aos conceitos abordados por Hannah Arendt, Aguiar (2011, p. 134) afirma que “Arendt distingue entre isolamento (*isolation*), solidão (*loneliness*) e *solitude* (1990, p. 526-531). Calvet traduz *loneliness* por desamparo e *solitude* por solidão (2006). Macedo traduz os mesmos termos por desolação e solidão (2000)”.

Se o conceito de isolamento diz respeito a estar só na esfera pública, é em torno do conceito de solidão que identificamos diferentes termos referentes ao que entendemos como dois níveis. Aquele em que ainda temos a companhia de nós mesmos, para o qual usam-se os termos “solidão” e “*solitude*”. Neste estado, o sujeito mantém a sua capacidade de pensar, já que

A rigor, todo ato de pensar é feito quando se está a sós, e constitui um diálogo entre eu e eu mesmo; mas esse diálogo dos dois-em-um não perde o contato com o mundo dos meus semelhantes, pois que eles são representados no meu eu, com o qual estabeleço o diálogo do pensamento (ARENDR, 1979, p. 528).

Vale lembrar que, da mesma forma, para Enriquez (2004), a solidão “[...] é um fermento do pensamento”. Ainda, embora tenha sido “imposta” por fatores da contemporaneidade, pode também favorecer a construção de laços sociais, quando remete o sujeito à sua interioridade já que “[...] provoca um questionamento a respeito das capacidades relacionais dos indivíduos e do lugar que desejam ocupar no corpo social” (ENRIQUEZ, 2004, p. 29). Com isso, a solidão que nos foi imposta, pode levar ao fortalecimento dos vínculos sociais e, portanto, à solidariedade.

Contudo, na direção oposta, pode levar ao estado de “solidão” como “desolação”. De acordo com Lafer (1988, p. 239, grifo do autor),

Hannah Arendt, no entanto, também aponta que uma das características do totalitarismo, como forma inédita de governo e dominação, é a *desolação*, que impede a vida privada e promove o desenraizamento. [...] De fato, na desolação a pessoa está sozinha, porque, não tendo mais identidade, não consegue fazer-se companhia na solidão.

Da mesma forma, Dejours (2013, p. 87), afirma que “A desolação remete a palavra ‘solo’, ‘de-sol-ação’, supressão, retirada do solo que serve de fundamento para a vida nas relações humanas”. Assim, a desolação – tanto para Lafer (1988), quanto para Dejours (2013) – remete ao estado em que o sujeito se sente completamente só, enquanto solidão para estes autores refere-se ao estado em que o sujeito, mesmo quando isolado, não perdeu a companhia de si mesmo.

Se nos dedicamos a elucidar o uso dos conceitos de isolamento, solidão e desolação foi porque Dejours (2008, 2012a, 2013) considera ser da solidão/desolação (no sentido arendtiano) que emerge a desestruturação da solidariedade; e, conseqüentemente, a impotência em agir e a inércia frente às injustiças, podendo levar ao agravamento de psicopatologias a situações extremas. Mais especificamente, em suas palavras, temos que:

A incidência crescente de patologias ligadas ao assédio não se deve, provavelmente, à sua intensificação, visto que o assédio sempre foi praticado pelos chefes, mas sobretudo à solidão e ao fim das reações e gestos de **solidariedade** face ao sofrimento e à injustiça. Suicídios no trabalho e patologias do assédio são as formas mais eloquentes da desagregação do viver junto no dia a dia (DEJOURS, 2012a, p. 21).

Ilustra essa afirmação o terceiro caso clínico relatado no livro PDT-CC, que trata de um estudo realizado a *posteriori* sobre um suicídio cometido por uma executiva, a quem Dejours (2017b) denominou de Sra. V. B. Ainda, a partir deste estudo de caso, teceremos alguns comentários sobre os resultados da análise do terceiro ponto desta primeira etapa, que diz respeito aos contextos nos quais a solidariedade é abordada nas fontes desta pesquisa.

Dito isso, retomemos o tema da desestruturação da solidariedade a partir da desolação, identificada no estudo supracitado. Considerando uma carta deixada pela Sra. V. B. para a representante dos funcionários da empresa em que trabalhava, a análise do caso indica que o suicídio teve motivações relacionadas ao trabalho. Nesta carta, ela aponta falta de respeito e de reconhecimento profissional, sentimentos de indiferença e humilhação, como geradores de sofrimento moral como motivos que a levaram ao suicídio (DEJOURS, 2017b).

Considerando também entrevistas realizadas com o marido e alguns colegas de trabalho da Sra. V. B., o autor identificou nos últimos anos da história de vida dela fatos ocorridos, principalmente relacionados ao trabalho, que corroboram com os motivos apontados por ela em sua carta. Ademais, não só identificou como ressaltou em seu estudo do caso, algumas características do modelo de gestão adotado pela empresa no período que precedeu o suicídio.

De forma geral, Dejours (2017b) afirma que: “Nessa empresa, não há tradição de **solidariedade** entre empregados” (p. 129); “É uma convivência sem **solidariedade**” (p. 130); “A convivência que reina entre os empregados da empresa não é estruturada pela **solidariedade**. [...] Proponho, para caracterizar esse mundo social peculiar, o termo “convivência estratégica” (p. 131, grifo do autor).

Além da menção ao conceito de solidariedade técnica, essas análises tecidas acerca do caso da Sra. V. B., demonstram que o autor aborda o conceito no contexto empresarial. Segundo Dejours (1999, 2008, 2017b) modelos de gestão pautados na ideologia neoliberal adotam estratégias voltadas tanto para a competitividade (valorização da imagem da empresa em âmbito externo e interno), quanto para a gestão de pessoas (demissões, ameaças e injustiças).

Uma dessas estratégias que tem sido adotada em muitas empresas consiste em “persuadir” funcionários para infligirem sofrimento – por meio de práticas como sobrecarga de trabalho, humilhação e assédio moral – aos colegas e/ou subordinados, a fim de demonstrarem competência e coragem. Advertindo ser essa uma situação em que o sentido de coragem é distorcido, Dejours (1999a, p. 82, grifo do autor) afirma que:

Na verdade, a coragem, nesse caso, certamente não é dar sua contribuição e sua **solidariedade** ao “trabalho sujo”, e sim recusar-se energicamente a fazê-lo, em nome do bem [...].
No sistema da virilidade, ao contrário, abster-se dessas práticas iníquas é prova de fraqueza, de covardia, de baixeza, de falta de **solidariedade**.

Ainda, ao analisar o método de avaliação individual de desempenho, Dejours (2008, p. 86) aponta consequências dos modos de gestão contemporâneos sobre a desestruturação da solidariedade no contexto organizacional, quando diz que:

No contexto do trabalho, no qual a confiança, o convívio e a **solidariedade** foram desestruturados pelas novas formas de organização do trabalho, gestão e administração, as condições de julgamento e de reconhecimento encontram-se fortemente comprometidas.

Na obra TV-TE, também aborda a solidariedade em contexto organizacional, afirmando: “A cooperação passa também por ligações de **solidarização** vertical, de subordinado a chefe e de chefe a subordinado” (DEJOURS, 2012b, p. 147).

Porém, não obstante tais resultados, o uso do conceito nas obras analisadas não é restrito a contextos organizacionais (ou microssociais), uma vez que o autor também considera a solidariedade em contexto macrossocial ao comentar, por exemplo, sobre a precarização do trabalho (como desemprego, sucateamento, injustiças).

Em BIS, quando versa sobre a indiferença cada vez mais presente na sociedade atual em relação ao desemprego e à injustiça que acometem muitas pessoas, Dejours (1999a, p. 19), ressalta que “O sofrimento somente suscita um movimento de **solidariedade** e de protesto quando se estabelece uma associação entre a percepção do sofrimento alheio e a convicção de que esse

sofrimento resulta de uma injustiça”. Mas, se essa afirmação enfatiza uma preocupação com a “banalização do mal”; outra afirmação encontrada na mesma obra indica uma visão mais otimista do autor sobre a natureza humana no que tange ao viver junto. Em suas palavras temos que “[...] a maioria das “pessoas de bem”, à diferença de Eichmann, é dotada de um senso moral [...] Alguns chegam até a orientar sua ação para a **solidariedade**, o auxílio mútuo, a luta pela democracia e a justiça etc.” (DEJOURS, 1999a, p. 138, grifo do autor).

No mesmo sentido, o autor assinala que a prática clínica pode contribuir para a aprendizagem do viver junto e das ligações de solidariedade. Na obra TV-ST, Dejours (2012a, p. 30) afirma que “[...] a desestruturação da **solidariedade** e a crise política levam nossos contemporâneos aos consultórios do clínico [...]”. E, em TV-TE, complementa dizendo que a clínica do trabalho:

[...] não teria tão só a ambição de prevenir as doenças mentais no trabalho, mas que retomaria o domínio sobre a organização do trabalho para dela obter a potencialidade de recursos na construção da saúde e na realização de si mesmo, de um lado, e na aprendizagem de viver junto e da recomposição das ligações de **solidariedade**, de outro (DEJOURS, 2012b, p. 14).

Outrossim, comenta sobre aqueles que se encontram privados da solidariedade por exclusão social ocasionada pela perda de emprego, na obra TV-TE, conforme segue:

É o caso de todos aqueles que estão privados de um emprego, dos que são lançados ao ostracismo ou que são discriminados, das vítimas do racismo, da injustiça, da humilhação, do desprezo, é o caso para todos os que se encontram em uma posição de *paria*, os privados precisamente de pertencimento e sobretudo de **solidariedade**. O medo da solidão é compreensível e justificado (DEJOURS, 2012b, p. 119, grifo do autor).

Diante do exposto, percebemos que o autor menciona a desestruturação da solidariedade tanto no contexto social, quanto em contextos organizacionais; o que evidencia a ênfase dada por Dejours à dimensão social do trabalho. Ainda ressaltamos que, embora entendamos que para haver solidariedade é preciso que haja uma mobilização subjetiva, entendemos também que não existe solidariedade fora da intersubjetividade. Em outras palavras, o “viver junto” é a condição para que haja solidariedade, que se manifesta tanto como ações “com”

ou “para” outras pessoas, o que se refere aos sentidos de solidariedade que são os objetos da discussão a seguir.

6.2 Análise dos sentidos

Tecidas as análises gerais apresentadas sobre os achados desta pesquisa, passemos para a análise do(s) sentido(s) subjacente(s) ao conceito de solidariedade, que consiste no propósito central deste estudo. Para tanto, consideramos, conforme exposto nos capítulos anteriores, dois sentidos que se mantêm presentes na contemporaneidade: o primeiro, como coesão/união; e, o segundo, como caridade/benevolência.

Considerando esses sentidos como categorias pré-definidas elegemos como indicadores dos núcleos de sentidos termos/conceitos que são utilizados como sinônimos de cada uma das categorias, tanto pelos autores que embasaram nosso estudo sobre o conceito, de forma geral (conforme capítulo 3), quanto por Dejours nas fontes desta pesquisa.

6.2.1 Solidariedade como coesão/união entre “iguais”

Advindo do termo *Obligatio in solidum*, (CONSTANTINO, 2009; WESTPHAL, 2008) este sentido consiste naquele em que a solidariedade é entendida como união entre pessoas que se encontram em situações iguais, isto é, como coesão de pessoas que se unem para lutar por um objetivo comum.

Os termos identificados como sinônimos do primeiro sentido foram: obrigação com a unidade e com a justiça, lealdade e responsabilidade global, com ênfase em reciprocidade, intersubjetividade e justiça (CONSTANTINO, 2009); coesão social e ajuda mútua com conotação de união e de luta (ZOLL, 2007); cooperação (CONSTANTINO, 2009; WESTPHAL, 2008); identificação de pensamentos, ideias, sensações, sentimentos (HOUAISS, 2009); ligação recíproca entre duas ou mais coisas ou pessoas (MICHAELIS, 2015).

Considerando esses termos, o sentido de solidariedade como união/coesão foi mais mencionado por Dejours nas obras analisadas que o segundo sentido, como benevolência/caridade.

Ao abordar a banalização do mal em contexto social, Dejours (1999a) analisa o que tem levado à manutenção da apatia/inércia coletiva diante da precarização cada vez mais presente no mundo do trabalho. Segundo ele, o medo parece ser a explicação mais plausível, haja vista que atinge a todos os trabalhadores, estando ou não empregados, pois aqueles que ainda têm emprego sentem-se constantemente ameaçados pelo medo da demissão. Referindo-se à situação atual, marcada por tantas ameaças e injustiças o autor afirma que esta “[...] se caracterizaria pela atenuação das reações de indignação, de cólera e de mobilização coletiva para a ação em prol da **solidariedade** e da justiça [...]” (DEJOURS, 1999a, p.19).

Com o intuito de explorar o medo da demissão como forma de otimizar os resultados da empresa a avaliação individual de desempenho é uma das estratégias adotadas por seus gestores que promovem a desestruturação de ligações de solidariedade. Nas palavras de Dejours (2008, p. 80), temos: “O resultado mais tangível desses novos métodos de avaliação é a desestruturação da **solidariedade**, da lealdade, da confiança e do prazer de conviver no trabalho”. Embora já tenhamos mencionado essa afirmação do autor no tópico anterior, quando discutimos sobre a desestruturação e/ou a ausência de solidariedade, aqui o destaque se deve a outro fim. Entendemos que nesta frase os termos lealdade, confiança e convívio reforçam o sentido de união e coesão da solidariedade, que as precede.

Nesta mesma obra, o autor tece uma discussão sobre o texto de Freud intitulado *Psicologia das massas e análise do Eu*, a partir da qual explicita que enquanto Freud procurou compreender como se dão as ligações que levam à formação de aglomerados humanos, ele procura compreender como essas ligações são dissolvidas. Considerando o medo como o principal corrosivo dessas ligações, Dejours (2012b, p. 66) afirma que

[...] a ameaça traduz-se, mais cedo ou mais tarde, pela perda de confiança e de lealdade, pela desconfiança e, por fim, pela desestruturação das **solidariedades**. O coletivo de defesa corre o risco de ser ameaçado em sua coesão por essa mesma desconfiança que faz com que cada um seja mais frágil frente à luta contra o medo. [...]. Sob o império do medo produzido pela intensificação da ameaça, os que hesitam (aqueles que não exibem de forma clara os sinais exteriores de adesão às estratégias de defesa coletiva), tornam-se alvos fáceis, alvos preferenciais. Neste estágio, custe o que custar, as

defesas devem ser protegidas. É em suma necessário defender as defesas.

Com isso, o sujeito que hesitar em aderir às estratégias coletivas de defesa passa a ser visto pelos demais trabalhadores como inimigo comum. Mas se, neste caso, o inimigo comum faz parte do grupo que desenvolveu uma estratégia coletiva de defesa, há situações em que o inimigo comum se encontra fora do grupo. Pode ser, além daquele que não compartilha da defesa coletiva, outra empresa do mesmo ramo, trabalhadores terceirizados que atuam no mesmo setor ou mesmo outros empregados diretos. Seja qual for, o grupo que se sente ameaçado constrói o que Dejours (2012b) denomina de “conluio imaginário” a partir de sentimentos de potência, força, poder, invencibilidade etc., levando à formação de uma “massa não organizada” unida por uma ideologia defensiva.

Compreendendo, portanto, essa formação coletiva como um processo que ocorre quando as ligações de civilidade (que levam a coesão de indivíduos como membros de um determinado grupo social) são desestruturadas por ameaças, transformam-se em “ligações de luta” pela sobrevivência e integridade do grupo, para o que pode ser necessário destruir o inimigo comum. Ou, nas palavras de Dejours (2012b, p.73),

Por fim, na passagem da coesão (que repousa sobre ligações de civilidade) à coesão (que repousa na referência do inimigo comum), é necessário considerar dois processos que são sucessivos, mas independentes: neutralização e desestruturação das ligações de **solidariedade** e de cooperação sob efeito do medo, inicialmente, na sequência, edificação de um conluio imaginário.

Na sequência desta afirmação Dejours (2012, p. 73) aponta para a possibilidade de dois desfechos para o segundo processo, a “edificação de um conluio imaginário”. O conluio pode ser formado ou não. No primeiro desfecho possível, Dejours (2012b, p. 73) afirma que “Em caso de sucesso do segundo processo, as descompensações psicopatológicas são conjuradas, mas abre-se então a via que leva à destrutibilidade coletiva”. E quanto à segunda possibilidade: “Quando, após o primeiro deles, o segundo não chega ao seu termo, assiste-se a descompensações psicopatológicas frequentes e graves,

chegando a extremos tais como o suicídio no local de trabalho” (DEJOURS, 2012b, p. 73).

Portanto, a coesão que repousa na referência de um inimigo comum propicia a formação de massas não organizadas (espontâneas e informais), por meio de uma estratégia coletiva de defesa, que pode se transformar em ideologia defensiva (DEJOURS, 2012b). Para tanto, faz-se necessária a formação de um conluio imaginário, termo que embora não seja recorrente nas obras dejourianas analisadas permeia algumas estratégias discutidas por ele como “mentiras instituídas” e “trabalho sujo”, uma vez que o significado de conluio consiste em: “Combinação ou acordo estabelecido entre duas pessoas para prejudicar outrem; colusão, maquinação, trama” (MICHAELIS, 2015, não paginado).

Além das vivências individuais provenientes do medo da demissão, há também a ameaça de falência que atinge o coletivo, acirrada pela forte concorrência que rege o mercado seja em âmbito global ou local. Com o intuito de se manter no mercado os gestores das empresas instituem discursos, que valorizam a imagem da empresa, sejam eles verídicos ou inverídicos; o que pode gerar o que Dejours (1999a) denomina de “mentira instituída”. Neste cenário, os funcionários são convocados a reproduzir tais discursos, em nome da solidariedade e da manutenção do emprego, já que

[...] impõe-se a todos uma disciplina, que consiste em defender e sustentar a mensagem de valorização, bem como abster-se de qualquer crítica, em nome da perenidade do serviço e da **solidariedade** em face da adversidade e da concorrência (DEJOURS, 1999a, p. 50).

Neste caso, portanto, a solidariedade é acionada para o fortalecimento da competitividade empresarial por meio da divulgação de “mentiras” a respeito da imagem da empresa, onde o inimigo comum pode ser representado por empresas concorrentes ou a própria conjuntura socioeconômica, em que se encontra, por exemplo. Assim, o sentido dado para o termo aqui parece estar mais próximo do que entendemos como comprometimento com a sobrevivência da empresa, em detrimento do comprometimento com os próprios pares. Comprometimento que tem sido uma exigência de organizações que adotam modelos e estratégias de gestão neoliberais, cujos efeitos nocivos sobre a subjetividade e sobre a saúde mental dos trabalhadores tem sido denunciados

tanto por Dejours (1999, 2008), quanto por Gaulejac (2007), conforme exposto nos capítulos 02 e 03 desta, respectivamente.

Em alguns casos, as mentiras são utilizadas para justificar a execução do “trabalho sujo”. De acordo com Dejours (1999a), nessas situações aqueles, dentre os convocados, que aceitam executar o “trabalho sujo” aliam-se aos interesses da empresa para demitir, ameaçar e/ou explorar seus pares (outros trabalhadores). Ainda, aqueles que se recusam a realizar tal tipo de trabalho (que inflige mal a outrem) são considerados como fracos, covardes e não solidários.

Ao analisar o que leva à “coragem em fazer o mal”, ou seja: como a execução de um “trabalho sujo” (demitir, ou infligir sofrimento a outrem etc.), o autor afirma:

[...] na maioria dos casos, quem *ordena* o "trabalho sujo" está protegido das *vítimas* por toda uma série de intermediários que o executam e formam um anteparo entre ele e os que vão ser demitidos ou tratados desconforme as regras do direito e da justiça (por exemplo, fazê-los trabalhar 10 horas por dia sem lhes pagar, declarando apenas 39 horas por semana - quando não 35, após fazê-los assinar um contrato de **solidariedade**, tendo em vista a partilha do trabalho! -, como vimos recentemente numa pesquisa)? (DEJOURS, 1999a, p. 80, grifos do autor).

Mas, além da “proteção” exercida pelos níveis intermediários entre aqueles que decidem e aqueles que executam o “trabalho sujo”, há o que o autor denomina de sistema de virilidade, que pode ser usado por alguns executores para “justificar” seus atos, já que:

[...] quem diz não ou não consegue fazer o "trabalho sujo" assim age precisamente em nome do bem e da virtude. Na verdade, a coragem, nesse caso, certamente não é dar sua contribuição e sua **solidariedade** ao "trabalho sujo", e sim recusar-se energicamente a fazê-lo, em nome do bem, correndo assim o risco de ser denunciado, punido e até incluído na próxima lista de demissões. No sistema da virilidade, ao contrário, abster-se dessas práticas iníquas é prova de fraqueza, de covardia, de baixaza, de falta de **solidariedade** (DEJOURS, 1999a, p. 82, grifos do autor).

Complementando, embora algumas ações violentas - que ocorrem não só no trabalho, mas também no âmbito das relações familiares – sejam justificadas pela coragem como demonstração de virilidade, o autor adverte ser este um erro que precisa ser questionado; mesmo que esteja sendo considerada, historicamente, como um valor passível de admiração (DEJOURS, 1999a).

Ainda, Dejours (1999a) assinala que este sistema de virilidade pode ser centro de algumas estratégias coletivas de defesa, e até mesmo de ideologias defensivas, o que foi identificado no estudo que ele desenvolveu sobre os operários da construção civil, que se encontra relatado no livro *A loucura do trabalho*. Enquanto, neste caso, os operários desenvolvem estratégia coletiva, pautada na virilidade, para se defenderem do medo provocado aos riscos inerentes ao exercício da profissão; em outros casos, a virilidade pode ser acionada e compartilhada por um coletivo como meio para infligir sofrimento a um sujeito ou a outro grupo, que são tidos como inimigos.

Em alguns destes casos a solidariedade é convocada para justificar o “conluio imaginário”, a fim de destruir/excluir os “inimigos”. Ilustram estes casos, situações em que um grupo de trabalhadores que detém alguma vantagem em relação a outro grupo – como, por exemplo, aqueles que estão vinculados diretamente e os que são terceirizados – impõe serviços penosos ou perigosos aos trabalhadores do grupo mais vulnerável. Situações como essas podem infligir riscos à saúde, bem como levar à demissão destes últimos.

De acordo com Dejours (2012b) dentre tais situações algumas são justificadas pela solidariedade, como coesão/união, entre os mais “fortes” para lutarem por suas sobrevivências, mesmo que esta luta imponha sofrimento aos mais “fracos”. Em outros termos, “[...] esta **solidariedade** destinada inicialmente à luta contra as injustiças vindas de cima permite também redistribuir a injustiça para baixo” (DEJOURS, 2012b, p. 31).

Enquanto Dejours (2012b) assinala que a solidariedade, como coesão entre alguns, pode ser usada para infligir o mal a outros no contexto do trabalho; Arendt (1999) e Zizek (2012) apontaram, em contexto político de abrangência internacional, o acionamento da solidariedade como coesão entre alemães como uma estratégia nazista para estimulá-los a denunciarem judeus, que foram exterminados.

Feitas essas considerações, vale ressaltar também que “[...] a **solidariedade** nascida do trabalho pode ser colocada a serviço do pior, assim como na produção do mal” (DEJOURS, 2012b, p. 31). Contudo, se estratégias coletivas de defesa podem promover conflitos e ações destrutivas no âmbito de coletivos de trabalho; podem também contribuir para a estruturação desses coletivos. Ainda, para o autor, “É por compartilharem a disciplina implicada na

estratégia coletiva de defesa que os operários se reconhecem entre eles como membros do coletivo e que podem estabelecer relações mútuas de confiança e de **solidariedade**” (DEJOURS, 2017, p. 30).

Diante do exposto, vale ressaltar que a nossa análise indicou que o sentido de coesão subjacente ao conceito de solidariedade, presente nas fontes desta pesquisa, foi adotado por Dejours para se referir tanto a situações que podem gerar sofrimento a alguns, quanto àquelas que podem promover a democracia, a emancipação, a cooperação e a coesão entre outros. Isso porque, na concepção de Dejours o trabalho pode gerar o melhor, mas também pode promover o pior. Nas palavras do autor, temos que:

O fato é que o trabalho é uma fonte inesgotável de paradoxos. Incontestavelmente, ele dá origem a terríveis processos de alienação, mas pode ser também um possante instrumento a serviço da emancipação, bem como do aprendizado e da experimentação da **solidariedade** e da democracia (DEJOURS, 1999a, p. 141).

No mesmo sentido, em TV-TE Dejours (2012b, p. 209) afirma que

No trabalho pode-se aprender o melhor, o respeito à dignidade do outro, a cautela, a entreajuda, a **solidariedade**, a implicação nos espaços de deliberação e a aprendizagem dos princípios mesmo da democracia. Pode-se aprender o pior, a instrumentalização do outro, a duplicidade, a deslealdade, o cada-um-por-si, a covardia, o mutismo.

Embora essas afirmações estejam ressaltando o caráter paradoxal do trabalho, ambas apontam a solidariedade como um efeito de cunho positivo, o que também se destaca no decorrer dos três capítulos da obra TV-TE nos quais discorre sobre a cooperação como tema central. Para Dejours (2012b, p. 113) “A cooperação é com certeza um poderoso dispositivo de estruturação das ligações de ajuda mútua, **solidariedade** e harmonia entre os indivíduos”.

Para tanto, ressalta a importância de haver uma atividade deontica, que ocorre quando há espaço para deliberações coletivas de trabalhadores sobre normas e regras pertinentes ao trabalho desenvolvido por eles conjuntamente, considerando que

[...] de fato, se a atividade deontica própria à cooperação constitui um recurso formidável para estabelecer o entendimento e a **solidariedade** no âmbito de um coletivo, isso não significa um reflexo da cooperação naqueles que não pertencem a este coletivo. É assim que a clínica do

trabalho não poupa um pesquisador de um mal-estar em relação a ocorrência de injustiças cometidas em nome dessas pretensas **solidariedades** contra os coletivos sem um grande poder de organização e que não conseguem defender-se (DEJOURS, 2012b, p. 115).

Mesmo considerando tais possibilidades de injustiças decorrerem de “pretensas solidariedades” Dejours (2012b, p. 161) retoma os possíveis benefícios da solidariedade ao apontá-la como uma forma para honrar a vida, ao dizer que “A **solidariedade** diante da adversidade é também uma maneira de honrar a vida que toma desta vez a forma da resistência coletiva e da assistência mútua, para impedir que a vida não seja expulsa do trabalho”.

Por fim, ao defender que busquemos elaborar uma nova política do trabalho como substituta da política neoliberal perversa e que corrompe as ligações de solidariedade e confiança, aponta que “Nessas condições, pode-se uma vez mais esperar que volte o entusiasmo ali onde se instalou a desolação, mas também que o trabalho possa ser colocado a serviço das **solidariedades** e da emancipação”. (DEJOURS, 2012b, p. 212).

6.2.2 A solidariedade como caridade/benevolência entre os “diferentes”

Conforme exposto no terceiro capítulo, o segundo sentido está atrelado ao conceito de fraternidade bíblico cristã (CONSTANTINO, 2009; WESTPHAL, 2008). Com este sentido a solidariedade é manifesta, principalmente, por atos de caridade/benevolência onde aquele que se encontra em melhor situação confere apoio/ajuda àquele que se encontra em situação precária, seja de ordem econômica, social e/ou psicológica. Com isso, emerge entre pessoas que se encontram em diferentes situações.

Porém, apesar desta conotação de ajuda/apoio aos mais necessitados, estar fortemente associada à caridade cristã, Zoll (2007) adverte sobre o possível e desejável efeito político da solidariedade entre aqueles que são diferentes ou estranhos. Para este autor, é preciso que a solidariedade ultrapasse os limites dos grupos, a fim de promover a justiça na sociedade contemporânea, mesmo considerando que a justiça total é uma utopia. Ou ainda, nas palavras do autor, “[...] a sociedade sempre reproduz diferenças, a questão consiste em possibilitar justiça apesar da diferença, da desigualdade” (ZOLL, 2007, p. 176).

Os termos sinônimos do segundo sentido foram: caridade (WESTPHAL, 2008); compadecimento por outras pessoas, ajuda, amparo ou apoio (HOUAISS, 2009); amor ou compaixão pelos necessitados ou injustiçados, que promove a ajuda moral ou material (MICHAELIS, 2015).

Encontramos, no primeiro capítulo do livro BIS, afirmações de Dejours (1999a) que entendemos representarem o sentido de solidariedade existente entre pessoas que se encontram em situações diferentes. Ao abordar sobre as possíveis reações das pessoas diante da precarização característica do mundo do trabalho contemporâneo, Dejours (1999a, p. 19) afirma que “O sofrimento somente suscita um movimento de **solidariedade** e de protesto quando se estabelece uma associação entre a percepção do sofrimento alheio e a convicção de que esse sofrimento resulta de uma injustiça”. Quando não há tal percepção, a solidariedade – que, neste caso, decorre de uma clivagem entre o sofrimento e a injustiça – “Pode justificar compaixão, piedade ou caridade. Não provoca necessariamente indignação, cólera ou apelo à ação coletiva” (DEJOURS, 1999a, p. 19).

Enquanto admite, como adverte Zoll (2007), que a solidariedade entre pessoas que se encontram em situações diferentes pode promover a justiça, Dejours (1999a) também aponta que pode se resumir a “compaixão, piedade ou caridade”, o que remete ao sentido de solidariedade advindo da fraternidade bíblica cristã. Sentido que ele também menciona no terceiro caso analisado em PDT-CC, ao falar sobre supostas características de personalidade da pessoa que cometeu suicídio, quando afirma que:

Sua postura em relação aos outros foge dos padrões habituais. Isto porque a Sra. V. B. tem fortes raízes em uma tradição cristã de ajuda mútua e de **solidariedade**. Além de seu trabalho, visita incansavelmente doentes nos hospitais e dá assistência a presidiários (DEJOURS, 2017, p. 127).

Diante do exposto, entendemos que diferentemente de Durkheim defendia ser a solidariedade mecânica característica de um determinado período da história e a orgânica de outro período (FURTADO, 2011; ZOLL, 2007), os estudos de Dejours (1999a), ora analisados, indicam a coexistência dos dois sentidos na contemporaneidade; corroborando com Ghizoni, Oliveira e Cançado (2013).

No que tange ao trabalho na contemporaneidade, o autor enfatiza a ausência de solidariedade; tanto em âmbito social e político, quanto em contextos organizacionais. Quando discute sobre a indiferença de alguns em relação ao sofrimento de outros, ao abordar sobre a banalização da injustiça social, Dejours (1999a) chama a atenção para a necessidade de mobilização subjetiva para que se perceba o sofrimento vivido por aqueles que se encontram em situações mais precárias, como trabalhadores informais e desempregados. Mobilização subjetiva que também é acionada entre as pessoas que se unem para se defenderem de ameaças presentes nos contextos em que trabalham, desenvolvendo estratégias coletivas de defesa ou ideologias defensivas.

Porém, se por um lado, ligações de solidariedade entre trabalhadores contribuem para proteger sua saúde mental de algum inimigo comum; por outro lado Dejours (2012b) adverte que essas mesmas ligações podem infligir sofrimento a outros, por meio de assédio moral e/ou de exclusão, por exemplo, que podem levar algumas pessoas a quadros psicopatológicos graves, e até mesmo ao suicídio.

Ainda, embora tenha abordado sentido de caridade/benevolência da solidariedade, tratou mais do sentido de coesão/união, alertando tanto para a desestruturação de ligações de solidariedade, quanto para o caráter paradoxal da solidariedade; uma vez que, segundo Dejours (2012b) pode ser colocada tanto a serviço do bem da luta por direitos e pela emancipação de trabalhadores) quanto a serviço do mal (como a exclusão, a desolação, o sofrimento e o adoecimento mental).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa deparamo-nos com uma situação que atingiu o mundo, a pandemia causada por SARS-CoV-2, um vírus altamente contagioso e letal. Embora já existisse, passou a ser transmissível entre seres humanos no final de 2019, provocando um quadro viral que foi denominado de Covid-19. Da família dos coronavírus, este ser vivo invisível a olho nu espalhou-se por todos os continentes do planeta de tal forma que a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de pandemia em 11 de março de 2020.

Desde a identificação dos primeiros casos no final de 2019, na China, foram registrados até 18 de janeiro de 2021, em nível mundial, noventa e cinco milhões, cinquenta e um mil, oitocentos e noventa e quatro (95.051.894) casos de acometimento; e, dois milhões, trinta e um mil e cinquenta e dois (2.031.052) óbitos causados pela doença (BBC NEWS-BRASIL, 2021). Até a mesma data foram registrados, no Brasil, oito milhões, quinhentos e onze mil, setecentos e setenta (8.511.770) casos confirmados e duzentos e dez mil e duzentos e noventa e nove (210.299) óbitos por covid-19 (BRASIL, 2021).

À medida em que a disseminação avançava, líderes governamentais decretavam isolamento social como principal medida para contenção da contaminação. Fronteiras entre países foram fechadas, muitas atividades presenciais foram suspensas, bilhões de pessoas se recolheram em seus lares; enquanto outros bilhões precisaram continuar saindo de casa para manter ativos os chamados serviços essenciais, como saúde, segurança, produção e distribuição de alimentos e medicamentos, dentre outros. As rotinas foram fortemente afetadas, em âmbito global.

No Brasil, as medidas de contenção foram definidas por governadores e prefeitos de acordo com os índices de transmissão e de ocupação de leitos hospitalares por pacientes infectados. Dentre tais medidas houve suspensão e redução de horário de funcionamento para indústrias, estabelecimentos comerciais de produtos não essenciais e empresas do setor de serviços, suspensão de atividades presenciais de educação básica e superior, com implantação de atividades remotas, na maioria dos casos. Com isso, muitos profissionais dos setores público e privado passaram a realizar seus trabalhos

em casa, o que provocou incrementos significativos em modalidades como teletrabalho e *home office*, que já vinham ganhando espaço no mundo do trabalho ao longo das últimas décadas.

Paralelamente à substituição de atividades presenciais de trabalho e de ensino por atividades remotas ou à distância, grande parte do trabalho informal foi suspenso e muitas empresas encerraram suas atividades ou reduziram seus quadros de funcionários, o que levou à extinção ou redução da renda de inúmeras famílias brasileiras.

Não obstante o governo federal tenha oferecido benefício financeiro para auxiliar aqueles que se encontravam destituídos de suas fontes de renda, vimos também uma mobilização de muitos setores e de instituições sociais em prol do auxílio àqueles mais necessitados. Essa mobilização proporcionou muitas “ações solidárias”. Ou seja, a solidariedade foi expressa em lemas e/ou temas de campanhas assistenciais, que resultaram em diversas ações voltadas para auxílio aos mais pobres.

Mas, se a pandemia causada pela Covid-19 promoveu a união de grupos mais favorecidos em prol de grupos menos favorecidos; de forma oposta, também levou alguns líderes de nações ricas a decisões pautadas em políticas “egoístas”, ou anti solidárias em relação às mais pobres. Estamos falando das decisões quanto às encomendas e compras de vacinas para seus povos, que foram denunciadas por representantes da Organização Mundial da Saúde (OMS) no final de 2020 e início de 2021, quando vários países iniciaram seus planos de imunização.

De acordo com Tedros Adhanom Ghebreyesus (CORREIO DA MANHÃ, 2021), líder da OMS, enquanto alguns países ricos, que compraram mais de uma dose de vacina para cada habitante e iniciaram a vacinação de pessoas que não fazem parte dos grupos de risco para agravamento da doença (como jovens, por exemplo); não há vacinas disponíveis para grupos de risco (como idosos e profissionais de saúde que atendem os infectados) em países pobres. Ainda, segundo Ghebreyesus (CORREIO DA MANHÃ, 2021, não paginado) tal situação pode vir a ser “[...] outro tijolo no muro para a desigualdade entre os que têm e os que não têm no mundo”.

Infelizmente esta situação é mais uma ilustração do caráter paradoxal da solidariedade. Além de ser um conceito com sentidos diferentes, a solidariedade

enquanto coesão entre iguais, pode ser a base para a luta por direitos humanos como processo democrático e com vistas à equidade, como tantas lutas de trabalhadores e de movimentos sociais de grupos marginalizados socialmente. Entretanto, pode ser também uma ferramenta perversa, quando se volta para a preservação de direitos de alguns em detrimento dos direitos de outros, fortalecendo a desigualdade.

Enquanto Dejours (2012b), Zizek (2012) e Ghebreyesus (2021) advertem para o uso da solidariedade (como coesão) como meio de exclusão e até mesmo de destruição do outro/de outros, Zoll (2007) alerta sobre o risco de que a solidariedade exercida entre os “diferentes” (como caridade/benevolência), possa contribuir para a manutenção da desigualdade. Complementando, Zoll (2007) pontua para a necessidade de que a “nova solidariedade” - aquela entre os diferentes, voltadas para a inclusão e para a redução das desigualdades sociais – seja fortalecida.

Com isso, ressaltamos que, além de termos logrado êxito quanto ao propósito desta pesquisa, quando identificamos que Dejours (199a, 2008, 2012a, 2012b e 2017) aborda mais a solidariedade como coesão/união do que a solidariedade como caridade/benevolência em seus escritos; ele nos adverte quanto aos possíveis efeitos “anti solidários” da coesão/união. Este alerta nos levou a refletir sobre o caráter político do uso da solidariedade, como poder de alguns sobre outros ou contra outros, que se manifesta nas relações de trabalho e de convívio em âmbito macrossocial e global. Vale ressaltar também um outro alerta que Dejours tem feito em suas publicações, a questão da solidão e da desolação, cada vez mais intensa e mais comum na esfera do trabalho.

Se nas últimas décadas estudos já vinham alertando sobre o crescimento da solidão em diferentes dimensões da vida na contemporaneidade, o isolamento social necessário para a contenção da pandemia que assolou o mundo a partir de 2020 contribuiu para a exacerbação de quadros de sofrimento e adoecimento psíquico associados a vivências de solidão. A mudança brusca na forma de viver e conviver, o medo de sair de casa, a tristeza e o luto por tantas vidas perdidas atingiram diretamente a saúde mental de todos e todas.

Neste cenário, não podemos deixar de assinalar que os efeitos desta pandemia se configuraram como dificuldades enfrentadas ao longo desta pesquisa. Ler, pensar e escrever sobre a solidariedade em tempos tão sombrios,

exigiu, sem dúvida, a intensificação de estratégias defensivas, o que sabemos não foi um processo individual, mas vivido coletivamente nos mais diferentes trabalhos e contextos sociais; já que que diante desta tragédia mundial foi preciso negar e/ou reprimir o sofrimento, em busca da sobrevivência física e psíquica.

Por fim, esta pesquisa nos possibilitou aprofundar o conhecimento sobre os sentidos de solidariedade em psicodinâmica do trabalho, a fim de alertar quanto à polissemia do conceito; bem como proporcionou reflexões sobre a importância de vínculos sociais e as possíveis e paradoxais finalidades de ações coletivas, consideradas como solidárias. Com isso, torna-se urgente, ao nosso ver, compreendermos os processos subjetivos e intersubjetivos inerentes tanto à solidão, quanto à solidariedade no mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AGUIAR, Odílio Alves. A amizade como *amor mundi* em Hannah Arendt. **O que nos faz pensar?** n. 28, p. 131-144, dez./2011.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. 1979. Disponível em: http://dhnet.org.br/anthist/marcos/hdh_arendt_origens_totalitarismo.pdf. Acesso em: 27 jan. 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luiz A. Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BBC NEWS BRASIL. **COVID-19: o mapa que mostra o alcance mundial da doença**. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51718755>. Acesso em: 18 jan. 2021.
- BENDASSOLI, Pedro Fernando. **Psicologia e Trabalho**: apropriações e significados. Coleção Debates em Administração. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- BENDASSOLI, Pedro Fernando; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. (org.) **Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.
- _____; SOBOLL, Lis Andrea Pereira. Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. *In*: BENDASSOLLI, P. F. e SOBOLL, L. A. P. (org.). **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011.
- BORGES, Livia. A Psicologia do Trabalho e das Organizações no Brasil floresce? **Estudos de Psicologia**, v. 15, n. 3, p. 277-279, set./dez. 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. (2021). **Painel coronavírus Brasil**. Disponível em: <http://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 19 jan. 2021.
- BROWN, James Alexandre Campbell. **Psicologia social da indústria**. São Paulo: Atlas, 1976.
- CATTANI, Antonio David. (org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CODO, Wanderley. O sujeito trabalhador apesar do seu trabalho? Um exame dos escritos de Christophe Dejours (2000). *In*: CODO, W. **Por uma psicologia do trabalho: ensaios recolhidos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

COELHO, Daniel Menezes; BIRMAN, Joel. A transferência na pesquisa em psicanálise – um ponto de vista ético. *In*: BIRMAN, J.; KUPERMANN, D.; CUNHA, E.; FULGÊNCIO, L. (org.). **A Fabricação do Humano**: psicanálise, subjetivação e cultura. São Paulo: Zagodoni, 2014.

CONSTANTINO, Alexandre Krüger. **Solidariedade: entre o desencanto e o reencanto**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2009.

CORREIO DA MANHÃ. **OMS alerta para “fracasso moral catastrófico” na distribuição das vacinas**. 18/01/2021. Lisboa-Portugal. Disponível em: <http://cmjornal.pt> Acesso em: 26 jan. 2021.

COUTINHO, Maria Chalfin. Dialéticas da exclusão/inclusão em uma organização industrial. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 5, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol5-num1-2006/dialetica-exclusao-inclusao-em-organizacao-industrialm>. Acesso em: 10 jun. 2017.

DAGUERRE, Anne. Sem emprego e sem futuro. **Le Monde Diplomatique – Brasil**. 2005. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/sem-emprego-e-sem-futuro>. Acesso em: 14 dez. 2020.

DAVIDOVICH, Marcia Moraes. **A legitimidade do método psicanalítico**. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho** – estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. Ampliada. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

_____; JAYET, Christian. Psicopatologia do trabalho e organização real do trabalho em uma indústria de processo - metodologia aplicada a um caso. *In*: DEJOURS, C., ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. (org.) **Psicodinâmica do Trabalho**: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. Tradução: Maria Irene Stoco Betiol. São Paulo: Atlas, 1994.

_____; ABDOUCHELI, Elizabeth. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. *In*: DEJOURS, C. ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. (org.). **Psicodinâmica do trabalho**: Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho. Tradução: Maria Irene Stoco Betiol. São Paulo: Atlas. 1994.

_____. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999a.

_____. **Conferências Brasileiras**: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. Tradução: Ana Carla Fonseca Reis. São Paulo: Fundap: EAESP/FGV, 1999b.

_____. *Addendum* – Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. *In*: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal (org.). **Christophe Dejours**: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Tradução: Franck Soudant. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2004a.

_____. A metodologia em psicopatologia do trabalho. *In*: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal (org.). **Christophe Dejours**: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Tradução: Franck Soudant. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2004b.

_____. O trabalho como enigma. *In*: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal (org.). **Christophe Dejours**: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Tradução: Franck Soudant. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2004c.

_____. A psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. *In*: MENDES, A. M.; LIMA, S. C. da C.; FACAS, E. P. (org.). **Diálogos em psicodinâmica do trabalho**. Brasília, Paralelo 15, 2007.

_____. Avaliação do trabalho submetida à prova real: críticas aos fundamentos da avaliação. *In*: SZNELWAR, L. I. e MASCIA, F. L. (org.). Coleção: **Cadernos de TTO – Trabalho, tecnologia e organização**, n. 2. São Paulo: Blucher, 2008.

_____. **Trabalho vivo**: sexualidade e trabalho. Tomo I. Brasília: Paralelo 15, 2012a.

_____. **Trabalho vivo**: trabalho e emancipação. Tomo II. Brasília: Paralelo 15, 2012b.

_____. O trabalho entre banalização do mal e emancipação. **Revista Brasileira de Psicanálise**. v. 47, n. 2, p. 85-97, 2013.

_____. Introdução e expansão da psicodinâmica do trabalho no Brasil: entrevista com Dejours. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 22, n. 3, p. 497-502, jul./set. 2017a. Entrevista concedida a Kátia Barbosa Macedo e José Roberto Montes Heloani.

_____. **Psicodinâmica do Trabalho**: casos clínicos. Porto Alegre: Dublinense, 2017b.

_____. **Primeiro, o corpo: Corpo biológico, corpo erótico e senso moral**. Tradução: Vanise Dresh. Porto Alegre: Dublinense, 2019.

_____. **Psicossomática e teoria do corpo**. Tradução: Paulo Sergio de Souza Junior. São Paulo: Edgard Blucher, 2019.

ENRIQUEZ, Eugène. Da solidão imposta à solidão solidária. **Cronos**. Natal-RN, v. 5/6, n. 1/2, p. 19-33, jan./dez. 2004.

_____. **As solidariedades estão voltando, diz Eugène Enriquez.**

Entrevista concedida a Ana Massa. 2009. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/online/arquivos/012658.shtml>. Acesso em: 12 set. 2019.

ESTEVES, Egeu Gómez; BERNARDO, Márcia Hespanhol; SATO, Leny. Fontes do pensamento e das práticas em psicologia social do trabalho. *In*: COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. (org.). **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi**. São Paulo: Editora Escuta, 1999.

_____; MINERBO, Marion. Pesquisa em Psicanálise: algumas ideias e um exemplo. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 257-278, jun. 2006.

FLEURY, Afonso Carlos Correa et al. Apresentação da coleção. *In*: SZNELWAR, L. I. e MASCIA, F. L. (org.). Coleção: **Cadernos de TTO – Trabalho, tecnologia e organização**. n. 2. São Paulo: Blucher, 2008.

_____; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A construção da pluralidade do conhecimento na formação e na prática do psicólogo no contexto do trabalho. **Aletheia**, (19), p. 75-88, 2004.

FURTADO, Odair. **Trabalho e solidariedade**. São Paulo: Cortez, 2011.

GARCIA- ROZA, Luiz Alfredo. Pesquisa de tipo teórico. **Psicanálise e Universidade**. São Paulo, n. 1, p. 9-32, 1991.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

GERNET, Isabelle. Psicodinâmica do reconhecimento. *In*: MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C.; MORRONE, C. F.; FACAS, E. P. **Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros**. 1. ed. 2. reimpressão. Curitiba: Juruá, 2012.

GHIZONI, Lilian Deisy; OLIVEIRA, André; CANÇADO, Airton Cardoso. Solidariedade. *In*: VIEIRA, F. de O.; MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C. (org.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário técnico jurídico**. 17. ed. São Paulo: Rideel, 2014.

HELOANI, José Roberto Montes. **Gestão e organização no capitalismo globalizado**: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____ ; LANCMAN, Selma. Psicodinâmica do Trabalho: o método clínico de intervenção e investigação. **Revista Produção**. São Paulo, v. 14, n. 3, p. 077-086, set./dez. 2004.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Online de Português**. 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/houaiss/>. Acesso em: 14 ago. 2016.

IRIBARRY, Isac Nicos. O que é pesquisa psicanalítica? **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**. Rio de Janeiro-RJ, v. 6, n. 1, p. 115-138, jan./jun. 2003.

JACQUES, Maria da Graça Correa. O contexto histórico como produtor e produto do conhecimento: trajetória da psicologia do trabalho. **Psicologia: reflexão e crítica**. Porto Alegre, v. 4 n. 1/2, p. 64-70, dez. 1989.

_____. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. **Psicol. Soc.** Belo Horizonte, v. 15, n. 1, 97-116, jan./jun. 2003.

LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal (org.). **Christophe Dejours**: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Tradução: Franck Soudant. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2004.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LAURENTI, Carolina. Trabalho conceitual em psicologia: pesquisa ou “perfumaria”? **Psicologia em Estudo**, Maringá-PR, v. 17, n. 2, p. 179-181, abr./jun. 2012.

_____ ; LOPES, Carlos Eduardo. Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. *In*: LAURENTI, C.; LOPES, C. E.; ARAUJO, S. de F. (org.). **Pesquisa teórica em psicologia**: aspectos filosóficos e metodológicos. São Paulo: Hogrefe CETEPP, 2016.

_____ ; LOPES, Carlos Eduardo; ARAUJO Saulo de Freitas (org.). **Pesquisa teórica em psicologia**: aspectos filosóficos e metodológicos. São Paulo: Hogrefe CETEPP, 2016.

LEÃO, Luís Henrique da Costa. Psicologia do Trabalho: aspectos históricos, abordagens e desafios atuais. **ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade**. v. 2, n. 2, p. 291-305, 2012.

LHUILIER, Dominique. Filiações teóricas das clínicas do trabalho. *In*: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (org.). **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011.

LIBONI, Maria Therezinha Loddi. 2012. **Pais e filhos problematizando a Economia Solidária como alternativa de trabalho para os jovens**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2012.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. Psicopatologia do Trabalho. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 18, n. 2, p. 10-15, 1998.

_____. Abordagens clínicas e saúde mental no trabalho. *In*: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (org.). **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011.

LIMA, Jacob Carlos; SOUZA, André Ricardo. **Trabalho, Solidariedade Social e Economia Solidária**. São Paulo: Lua Nova, n. 93, p. 139-168, 2014.

MACÊDO, Kátia Barbosa. **Os Laboratórios de Psicodinâmica do Trabalho**: da França ao Brasil. 2017. Relatório de Estágio de Pós-doutoral: Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down/001061475. Acesso em: 24 abr. 2019.

MACHADO, Lúcio de Souza; MACEDO, Kátia Barbosa. Análise bibliométrica dos estudos nacionais em clínica psicodinâmica do trabalho. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 16, n. 1, p. 9-23, abr. 2016.

MENDES, Ana Magnólia. Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. *In*: MENDES, A. M. (org.). **Psicodinâmica do Trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007a.

MENDES, Ana Magnólia. Pesquisa em psicodinâmica: a clínica do trabalho. *In*: MENDES, A. M. (org.). **Psicodinâmica do Trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007b.

_____; et al. (org.). **Psicodinâmica e clínica do trabalho**: temas, interfaces e casos brasileiros. 1. ed., 2. reimpressão. Curitiba: Juruá, 2012.

_____; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 141-156, 2009.

MEZAN, Renato. **Interfaces da Psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MEZAN, Renato. Pesquisa teórica em psicanálise. **Psicanálise e Universidade**, n. 2, p. 51-76, 1992.

MICHAELIS, **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. 2015. São Paulo: Editora Melhoramentos, Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>. Acesso em: 14 ago. 2016.

MOTTA, Júlia Maria Casulari. **A Psicologia e o mundo do trabalho no Brasil**. São Paulo: Ágora, 2005.

NAVARRO, Vera Lucia; MACIEL, Regina Heloisa e MATOS, Tereza Glauca Rocha. A questão do trabalho no Brasil: uma perspectiva histórica a partir do desenvolvimento industrial. *In*: COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. (org.). **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017.

NOVO, Benigno Núñez. **Direito Romano**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/65952/direito-romano>. Acesso em: 30 maio 2019.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; LÉDA, Denise Bessa. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 2, p. 76-83, 2004.

RIBEIRO, Mônica. **O lugar da economia solidária no atual governo**. Disponível em: <http://conexaoplaneta.com.br/blog>. Acesso em: 09 set. 2019.

ROSSI, Elisabeth Zulmira. Método de pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho. *In*: MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C.; MORRONE, C. F.; FACAS, E. P. **Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros**. 1. ed., 2. reimpressão. Curitiba: Juruá, 2012.

SAMPAIO, Jader dos Reis. Psicologia do Trabalho em Três Faces. *In*: GOULART, Iris Barbosa; SAMPAIO, Jader dos Reis (org.). **Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: estudos contemporâneos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

SANTOS, Pamela. **Com nova secretaria Ministério da Cidadania projeta ações na área de inclusão produtiva**. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/fevereiro/com-nova-secretaria-ministerio-da-cidadania-projeta-acoes-na-area-de-inclusao-produtiva>. Acesso em: 09 set. 2019.

SATO, Leny. Psicologia, saúde e trabalho: distintas construções dos objetos “trabalho” e “organizações”. *In*: TRINDADE, Zeidi Araújo; ANDRADE, Ângela Nobre de (org.). **Psicologia e saúde: um campo em construção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

_____. Diferentes faces do trabalho no contexto urbano. *In*: COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. (org.). **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SCHEIN, Edgar Henry. **Psicologia Organizacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil Ltda., 1982.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Oscar Joseph de Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 27. ed. Rio de Janeiro, 2008.

SZNELWAR, Laerte Idal; MASCIA, Fausto Leopoldo. Prefácio à edição brasileira. *In*: SZNELWAR, L. I.; MASCIA, F. L. (org.). Coleção **Cadernos de TTO – Trabalho, tecnologia e organização**, n. 2. São Paulo: Blucher, 2008.

SOLDERA, Lucas Martins. **Clínicas do Trabalho**: diálogos entre Psicossociologia e Psicodinâmica do Trabalho. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Assis-SP, 2016.

TAVARES, Leandro e HASHIMOTO, Francisco. A pesquisa teórica em Psicanálise: das suas condições e possibilidades. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicanálise**, São João del-Rei/ Belo Horizonte/Uberlândia - MG, v. 6, n. 2, p. 166-178, 2013.

TONETTO, Aline Maria, AMAZARRAY, Mayte Raya, KOLLER, Silvia Helena, GOMES, Willian Barbosa. Psicologia Organizacional e do Trabalho no Brasil: desenvolvimento científico contemporâneo. **Psicol. Soc.** São Paulo, v. 20, n. 2, p. 165-173, 2008.

VERONESE, Marília Veríssimo. Na direção de uma Psicologia Social Crítica do Trabalho. **Net**. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/oficina.php>. Acesso em: 20 out. 2007.

_____. Subjetividade, Trabalho e Solidariedade. **Aletheia**, Canoas, n. 24, p. 105-113, jul./dez. 2006.

VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (orgs.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.

WACHELKE, João Fernando Rech et al. Conceitos e práticas adotados por pesquisadores em psicologia organizacional e do trabalho. **Aletheia**, Canoas, n. 21, p. 7-19, jun. 2005.

WESTPHAL, Vera Herweg. Diferentes matizes da ideia de solidariedade. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 43-52, jan./jun. 2008.

ZANELLI, José Carlos. **O Psicólogo nas Organizações de Trabalho**: formação e atividades profissionais. Florianópolis: Paralelo 27, 1994.

_____; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. Inserção profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. *In*: ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo e BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt (org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZIZEK, Slavoj. **O guia pervertido da ideologia – parte II**. 2012. Disponível em: <http://canalcurta.tv.br/series/serie.aspx?serieId=556>. Acesso em: 23 jul. 2018.

ZOLL, Rainer. **O que é solidariedade hoje?** Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.